TIM S.A. e TIM S.A. e empresa controlada

INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS em 31 de março de 2021

INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

31 de março de 2021

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as informações trimestrais	1
Informações trimestrais auditadas	
Balanços patrimoniais	3
Demonstrações do resultado	5
Demonstrações do resultado abrangente	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Demonstrações do valor adicionado	11
Comentário de desempenho	12
Notas explicativas às informações trimestrais	40
Parecer do Conselho Fiscal	116
Declaração dos Diretores sobre as Informações Trimestrais	117
Declaração dos diretores sobre o relatório dos Auditores Independentes	118

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos acionistas, conselheiros e administradores da **TIM S.A.** Rio de Janeiro - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da TIM S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2021, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com a NBC TG 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2021, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IAS 34. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 05 de maio de 2021.

ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S. CRC-2SP015199/O-6

Fernando Alberto S. Magalhães Contador CRC-1SP133169/O-0

BALANÇOS PATRIMONIAIS

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais)

		C	ontroladora	(Consolidado
	Nota	03/2021	12/2020	03/2021	12/2020
Ativo		41.117.041	41.654.417	41.116.966	41.654.417
Circulante	_	10.047.783	10.411.555	10.047.708	10.411.556
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.716.539	2.575.290	2.716.540	2.575.291
Títulos e valores mobiliários	5	1.601.977	2.070.438	1.601.977	2.070.438
Contas a receber de clientes	6	2.818.446	3.051.834	2.818.446	3.051.834
Estoques	7	301.008	246.602	301.008	246.602
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recuperar	8	449.416	374.015	449.416	374.015
Impostos, taxas e contribuições diretos a recuperar	9	1.240.215	1.421.112	1.240.215	1.421.112
Despesas antecipadas	11	242.571	149.796	242.571	149.796
Instrumentos financeiros derivativos	36	399.641	262.666	399.641	262.666
Arrendamento mercantil	16	23.361	5.357	23.361	5.357
Outros valores a compensar	17	37.246	43.906	37.246	43.906
Outros ativos		217.363	210.539	217.287	210.539
	_				
Não Circulante		31.069.258	31.242.862	31.069.258	31.242.861
Realizável a longo prazo	_	3.805.430	4.115.088	3.805.430	4.115.088
Títulos e valores mobiliários	5	7.034	7.061	7.034	7.061
Contas a receber de clientes	6	110.555	128.827	110.555	128.827
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recuperar	8	789.420	856.786	789.420	856.786
Impostos, taxas e contribuições diretos a recuperar	9	1.057.244	1.277.127	1.057.244	1.277.127
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	485.580	550.646	485.580	550.646
Depósitos judiciais	12	780.965	794.755	780.965	794.755
Despesas antecipadas	11	81.420	73.598	81.420	73.598
Instrumentos financeiros derivativos	36	264.762	239.423	264.762	239.423
Arrendamento mercantil	16	194.144	156.841	194.144	156.841
Outros ativos		34.306	30.024	34.306	30.024
Investimento	13	-	1	-	-
Imobilizado	14	18.442.708	18.100.698	18.442.708	18.100.698
Intangível	15	8.821.120	9.027.075	8.821.120	9.027.075

TIM S.A. e TIM S.A. e EMPRESA CONTROLADA

BALANÇOS PATRIMONIAIS

31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de reais)

•		Controladora		Consol	lidado
	Nota	03/2021	12/2020	03/2021	12/2020
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		41.117.041	41.654.417	41.116.966	41.654.417
Total do Passivo		17.653.419	18.471.672	17.653.344	18.471.672
Circulante		7.903.156	8.301.956	7.903.157	8.301.956
Fornecedores	18	2.661.325	3.128.732	2.661.325	3.128.732
Empréstimos e financiamentos	20	2.261.203	1.689.385	2.261.203	1.689.385
Arrendamento mercantil	16	1.107.141	1.054.709	1.107.141	1.054.709
Instrumentos financeiros derivativos	36	13.320	7.273	13.320	7.273
Obrigações trabalhistas		311.930	272.635	311.930	272.635
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher	21	1.076.299	935.778	1.076.299	935.778
Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher	22	80.556	296.299	80.557	296.299
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	25	52.028	538.576	52.028	538.576
Autorizações a pagar	19	105.452	102.507	105.452	102.507
Receitas diferidas	23	225.164	266.436	225.164	266.436
Outros passivos		8.738	9.626	8.738	9.626
Não Circulante		9.750.263	10.169.716	9.750.187	10.169.716
Empréstimos e financiamentos	20	284.079	655.647	284.079	655.647
Instrumentos financeiros derivativos	36	-	28.893	-	28.893
Arrendamento mercantil	16	7.290.172	7.324.126	7.290.172	7.324.126
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher	21	3.120	3.102	3.120	3.102
Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher	22	212.024	212.444	212.024	212.444
Provisão para processos judiciais e administrativos	24	907.541	886.947	907.541	886.947
Plano de pensão e outros benefícios pós emprego	37	7.346	7.346	7.346	7.346
Autorizações a pagar	19	237.648	232.940	237.648	232.940
Receitas diferidas	23	739.198	755.488	739.198	755.488
Outros passivos		69.135	62.783	69.059	62.783
Patrimônio Líquido	25	23.463.622	23.182.745	23.463.622	23.182.745
Capital social		13.477.891	13.477.891	13.477.891	13.477.891
Reservas de capital		398.925	397.183	398.925	397.183
Reservas de lucros		9.317.356	9.317.356	9.317.356	9.317.356
Ajustes de avaliação patrimonial		(4.848)	(4.848)	(4.848)	(4.848)
Ações em tesouraria		(2.591)	(4.837)	(2.591)	(4.837)
Lucro do período		276.889	-	276.889	-

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Períodos findos em 31 de março de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

		Control	Consolidado	
	Notas	03/2021	03/2020	03/2021
Receita líquida	27	4.339.763	4.215.308	4.339.763
Custos dos serviços prestados e das mercadorias vendidas	28	(2.092.827)	(1.961.448)	(2.092.827)
Lucro bruto		2.246.936	2.253.860	2.246.936
Destitute (destructure) essentiation				
Receitas (despesas) operacionais:	20	(1.152.455)	(4.200.040)	(1.162.166)
Comercialização	28	(1.163.466)	(1.209.040)	(1.163.466)
Gerais e administrativas	28	(420.469)	(429.687)	(420.481)
Resultado da equivalência patrimonial	13	(77)	-	-
Outras receitas (despesas), líquidas	29	(70.435)	(92.455)	(70.500)
		(1.654.447)	(1.731.182)	(1.654.447)
Lucro operacional		592.489	522.678	592.489
Receitas (despesas) financeiras:				
Receitas financeiras	30	276.930	362.698	276.930
Despesas financeiras	31	(502.167)	(613.995)	(502.167)
		(225.237)	(251.297)	(225.237)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		367.252	271.381	367.252
Imposto de renda e contribuição social	32	(90.363)	(98.639)	(90.363)
Lucya Kantida da ananésia		276 000	172 742	276.000
Lucro líquido do exercício		276.889	172.742	276.889
Lucro por ação atribuível aos acionistas da Companhia (expresso em R\$ por ação)				
Lucro básico por ação	33	0,11	0,07	0,11
Lucro diluído por ação	33	0,11	0,07	0,11

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Períodos findos em 31 de março de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Contro	Controladora		
	03/2021	03/2020	03/2021	
Lucro líquido do período	276.889	172.742	276.889	
Outros componentes do resultado abrangente				
Item que não será reclassificado para o resultado:				
Plano de pensão e outros benefícios pós-emprego	-	-	-	
Tributos diferidos	-	-	-	
Total do resultado abrangente do período	276.889	172.742	276.889	

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Períodos findos em 31 de março de 2021

(Em milhares de reais)

		Reservas de lucros							
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva para expansão	Reserva de incentivo fiscal	Ações em tesouraria	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	13.477.891	397.183	1.036.194	6.499.602	1.781.560	(4.837)	(4.848)	-	23.182.745
Total do resultado abrangente do período									
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	276.889	276.889
Total do resultado abrangente do período	-	-	-	-	-	-	-	276.889	276.889
Opções de compra de ações (nota 25.b)	-	1.742	-	-			-	-	1.742
Compra de ações em tesouraria, líquida de alienações	-	-	-	-		2.246	-	-	2.246
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	-	1.742		-	-	2.246	-	-	3.988
Saldos em 31 de março de 2021	13.477.891	398.925	1.036.194	6.499.602	1.781.560	(2.591)	(4.848)	276.889	23.463.622

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Períodos findos em 31 março

(Em milhares de reais)

		Reservas de lucros						
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva para expansão	Reserva de incentivo fiscal	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019	13.476.172	36.154	952.486	5.985.793	1.612.019	(3.817)		22.058.807
Total do resultado abrangente do período								
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	172.742	172.742
Total do resultado abrangente do período	-	-	-	-	-	-	172.742	172.742
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas								
Opções de compra de ações	-	2.200	-	-		-	-	2.200
Total de contribuições de acionistas e distribuições aos acionistas	-	2.200			-	-	-	2.200
Saldos em 31 de março de 2020	13.476.172	38.354	952.486	5.985.793	1.612.019	(3.817)	172.742	22.233.749

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Períodos findos em 31 de março

(Em milhares de reais)

		Controla	Consolidado	
	Nota	03/2021	03/2020	03/2021
Atividades operacionais				
Lucro antes do Imposto de renda e da Contribuição social		367.252	271.381	367.252
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		307.232	271.501	307,232
Depreciação e amortização	28	1.427.782	1.408.605	1.427.782
Resultado de equivalência patrimonial	13	77	-	-
Valor residual de ativos imobilizados e intangíveis baixados		2.912	2.411	2.912
Juros das obrigações decorrentes de desmobilização de ativos		(8)	13	(8)
Provisão para processos administrativos e judiciais	24	78.656	89.616	78.656
Atualização monetária sobre depósitos judiciais e processos judiciais e administrativos		16.408	55.130	16.408
Juros, variação monetária e cambial sobre empréstimos e outros ajustes financeiros		36.306	67.929	36.306
Juros sobre arrendamento mercantil passivo		191.978	166.414	191.978
Juros sobre arrendamento mercantil ativo	30	(5.191)	(4.937)	(5.191)
Perdas por créditos de liquidação esperada	28	123.493	188.588	123.493
Opções de compra de ações	26	2.597	2.200	2.597
		2.242.262	2.247.350	2.242.185
Redução (aumento) dos ativos operacionais				
Contas a receber de clientes		142.343	(152.098)	142.343
Impostos e contribuições a recuperar		396.862	245.358	396.862
Estoques		(54.406)	(65.269)	(54.406)
Despesas antecipadas		(100.597)	(229.561)	(100.597)
Depósitos judiciais		26.885	40.427	26.885
Outros ativos		(4.310)	(22.638)	(4.234)
Aumento (redução) dos passivos operacionais				
Obrigações trabalhistas		39.296	34.844	39.296
Fornecedores		(474.153)	(1.304.710)	(474.153)
Impostos, taxas e contribuições		(96.844)	(50.316)	(96.843)
Autorizações a pagar		4.141	-	4.141
Pagamentos de processos judiciais e administrativos	24	(87.566)	(105.238)	(87.566)
Receitas diferidas		(57.562)	(81.213)	(57.562)
Outros passivos		(23.204)	(40.542)	(23.204)
Caixa gerado pelas operações		1.953.147	516.394	1.953.147
Imposto de renda e contribuição social pagos		(3.552)	(27.308)	(3.552)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		1.949.595	489.086	1.949.595

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de março

(Em milhares de reais)

	(Consolidado	
Nota	03/2021	03/2020	03/2021
Atividades de investimentos			
Títulos e valores mobiliários	468.487	617.322	468.487
Adições ao imobilizado e intangível	(1.324.158)	(904.351)	(1.324.158)
Recebimento de arrendamento mercantil financeiro	1.303	5.802	1.303
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(854.368)	(281.227)	(854.368)
Atividades de financiamentos			
Novos empréstimos	-	800.000	-
Amortização de empréstimos	-	(665.997)	-
Juros pagos – Empréstimos	(7.538)	(33.264)	(7.538)
Pagamento de arrendamento mercantil financeiro	(263.532)	(213.313)	(263.532)
Juros pagos – Arrendamento mercantil	(197.517)	(211.252)	(197.517)
Instrumentos financeiros derivativos	(234)	-	(234)
Compra de ações em tesouraria, líquido de alienações	1.391	-	1.391
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(486.548)	(597.550)	(486.548)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(953.978)	(921.376)	(953.978)
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	141.249	(713.517)	141.249
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.575.290	2.284.048	2.575.291
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	2.716.539	1.570.531	2.716.540

TIM S.A. e TIM S.A. e EMPRESA CONTROLADA

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

Períodos findos em 31 de março de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Control	Consolidado	
	03/2021	03/2020	03/2021
Receitas			
Receita operacional bruta	6.103.577	6.091.892	6.103.577
Perdas por créditos de liquidação duvidosa	(123.493)	(188.588)	(123.493)
Descontos concedidos, devoluções e outros	(596.738)	(679.873)	(596.738)
	5.383.346	5.223.431	5.383.346
Insumos adquiridos de terceiros			
Custos dos serviços prestados e mercadorias vendidas	(659.258)	(599.276)	(659.258)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(782.118)	(793.813)	(782.195)
	(1.441.376)	(1.393.089)	(1.441.453)
Retenções			
Depreciação e amortização	(1.427.782)	(1.408.605)	(1.427.782)
Valor adicionado líquido produzido	2.514.188	2.421.737	2.514.111
Valor adicionado recebido em transferência			
Resultado de equivalência patrimonial	(77)	-	-
Receitas financeiras	276.930	362.698	276.930
	276.853	362.698	276.930
Valor adicionado total a distribuir	2.791.041	2.784.435	2.791.041
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal e encargos			
Remuneração direta	140.096	134.123	140.096
Benefícios	48.564	47.678	48.564
F.G.T.S	15.533	14.810	15.533
Outros	23.266	9.770	23.266
	227.459	206.381	227.459
Impostos, taxas e contribuições			
Federais	579.382	590.366	579.382
Estaduais	945.758	953.761	945.758
Municipais	34.621	33.745	34.621
	1.559.761	1.577.872	1.559.761
Remuneração de Capitais de Terceiros			
Juros	501.424	613.402	501.424
Aluguéis	225.435	214.038	225.435
	726.859	827.440	726.859
Outros			
Investimento social	73	-	73
	73	-	73
Remuneração de Capital Próprio			
Lucros retidos	276.889	172.742	276.889
	276.889	172.742	276.889

DESTAQUES DO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2021 (Com os efeitos de IFRS 9, 15 e 16)

De volume para valor: contribuindo para recuperação da dinâmica comercial e gerando resiliência operacional

- ARPU móvel com significativo crescimento de 6,6% A/A, alcançando R\$ 25,5;
- A base de clientes de UBL da TIM Live cresceu 13,3% A/A, totalizando 662 mil conexões;
- ARPU da TIM Live com crescimento robusto de 6,1% A/A, atingindo R\$ 89,6.

Evolução contínua da infraestrutura, proporcionando a melhor experiência para o cliente

- **Liderança em cobertura 4G, ultrapassando a marca de 4 mil cidades**, com destaque também para evolução sob a frequência de 700MHz que passou a cobrir 3.468 cidades;
- Disponibilidade da tecnologia VoLTE, agora presente também em mais de 4 mil cidades e melhorando a experiência de voz dos usuários;
- Aceleração da expansão do FTTH com 3,5 milhões de homes passed e presença em 27 municípios mais 7 regiões administrativas do Distrito Federal ao final de março.

Receita e EBITDA com sólidos desempenhos acelerando a trajetória de recuperação

- Receita de Serviços Total acelerou o crescimento para 3,3% A/A no primeiro trimestre de 2021;
- Receita de Serviços Móvel continuou evoluindo para atingir um crescimento de 2,8% A/A, auxiliada por melhorias nos desempenhos do pós-pago e pré-pago;
- Receita da TIM Live manteve sólido ritmo de crescimento, subindo 20,4% A/A no 1T21;
- **Performance da PDD apresentou queda de 34,5% A/A,** ajudando o Opex a permanecer sob controle com expansão abaixo da inflação (+1,7% A/A);
- EBITDA Normalizado* atingiu R\$ 2,0 bilhões, crescendo 4,5% A/A, refletindo principalmente a aceleração da receita;
- Margem EBITDA Normalizada* atingiu 46,6% no trimestre, com expansão de +0,7 p.p. A/A;
- Lucro Líquido normalizado avançou 57,9% A/A, somando R\$ 277 milhões no 1T21;
- Os investimentos totalizaram R\$ 1,3 bilhão com a retomada de projetos repriorizados em 2020 e início da preparação para recebimento dos ativos da Oi Móvel.

	DESCRIÇÃO	1T21	1T20	%A/A	4T20	%T/T
	Base Móvel de Clientes ('000)	51.728	52.826	-2,1%	51.433	0,6%
lal	Pré-pago	29.509	31.153	-5,3%	29.603	-0,3%
Operacional	Pós-pago	22.219	21.673	2,5%	21.829	1,8%
l Sera	Pós-Pago Humano	18.279	17.880	2,2%	18.036	1,3%
g	Base de Usuários 4G ('000)	43.971	39.040	12,6%	42.043	4,6%
	Base de Clientes TIM Live ('000)	662	584	13,3%	645	2,5%
	Receita Líquida	4.340	4.215	3,0%	4.678	-7,2%
milhões)	Receita de Serviços	4.228	4.091	3,3%	4.441	-4,8%
€	Serviço Móvel	3.947	3.840	2,8%	4.164	-5,2%
(R\$ n	Serviço Fixo	281	251	12,1%	277	1,6%
	Custos Normalizados* da Operação	(2.319)	(2.281)	1,7%	(2.298)	0,9%
l Seirc	EBITDA Normalizado*	2.020	1.934	4,5%	2.380	-15,1%
Financeiro	Margem EBITDA Normalizada*	46,6%	45,9%	0,7p.p.	50,9%	-4,3p.p.
뜐	Lucro Líquido Normalizado*	277	175	57,9%	1.038	-73,3%
	Capex (Ex-aquisição de licenças)	1.324	904	46,5%	1.464	-9,5%

^{*}EBITDA normalizado conforme itens apontados na seção de Custos (+R\$ 27,2 milhões no 4T20, +R\$ 2,6 milhões no 1T20). Lucro Líquido normalizado pelo crédito fiscal e outros efeitos (-R\$ 2,4 milhões no 4T20).

DESEMPENHO FINANCEIRO (Com os efeitos de IFRS 9, 15 e 16)

RECEITA OPERACIONAL

DESCRIÇÃO	1T21	1T20	%A/A	4T20	%T/T
R\$ milhões Receita Líquida	4.340	4.215	3,0%	4.678	-7,2%
Receita de Serviços	4.228	4.091	3,3%	4.441	-4,8%
Serviço Móvel	3.947	3.840	2,8%	4.164	-5,2%
Gerada pelo Cliente	3.600	3.553	1,3%	3.838	-6,2%
Interconexão	136	111	22,0%	136	-0,1%
Plataforma de Clientes*	17	-	n.a.	15	16,3%
Outras Receitas	194	176	10,2%	176	10,4%
Serviço Fixo	281	251	12,1%	277	1,6%
dos quais TIM Live	174	144	20,4%	172	1,2%
Receita de Produtos	112	124	-10,1%	237	-53,0%

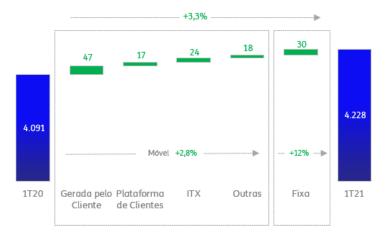
^{*}A Plataforma de Clientes inclui receitas de novas iniciativas, como Serviços Financeiros e Publicidade Móvel.

No 1T21, a Receita Líquida totalizou R\$ 4.340 milhões, representando um crescimento de 3,0% A/A e confirmando a trajetória de recuperação vista desde o 3T20. Essa melhora foi limitada parcialmente por impactos concentrados no mês de março devido a nova onda da pandemia de COVID-19.

A Receita Líquida de Serviços cresceu 3,3% A/A no primeiro trimestre, acelerando o seu crescimento versus trimestres anteriores. Todos os componentes de serviços contribuíram positivamente para essa aceleração. Já a Receita Líquida de Produtos interrompeu sua trajetória de recuperação, registrando queda de 10,1% A/A no 1T21, sendo a linha mais afetada pelo fechamento de pontos de venda e redução da circulação de pessoas devido à pandemia.

Receita Líquida de Serviços

(R\$ milhões)



Detalhamento do Segmento Móvel (líquido de impostos e deduções):

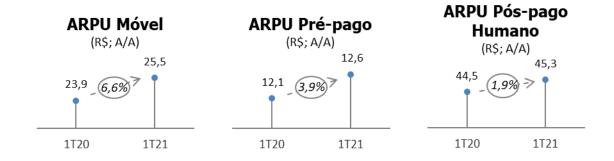
A Receita do Serviço Móvel (RSM) somou R\$ 3.947 milhões, registrando um crescimento de 2,8% versus 1T20, praticamente dobrando a velocidade de expansão quando comparada ao crescimento no 4T20 (+1,5% A/A). Essa aceleração é explicada por melhorias nos desempenhos tanto do pré-pago quanto do pós-pago.

Detalhando o desempenho de cada segmento móvel no primeiro trimestre:

- (i) O segmento pré-pago, mesmo sendo impactado pela deterioração da situação da pandemia, apresentou uma continuidade no processo de recuperação gradual observada desde o início do segundo semestre de 2020. A dinâmica das recargas, ao longo do 1T21, apresentou melhoras chegando ao terreno positivo no mês de março em uma comparação A/A. O crescimento da penetração da oferta TIM Pré TOP vem contribuindo para uma maior recorrência e expansão do ARPU no segmento. Combinando todos os efeitos, a Receita do Pré-Pago caiu 4,1% A/A, reduzindo as perdas frente a queda ocorrida no 4T20 (-4,9% A/A).
- (ii) No segmento pós-pago, a recuperação se fortalece com a manutenção do foco em uma abordagem de Valor, dando mais ênfase para o gerenciamento do *churn* e um portfólio de ofertas que visa o aumento de ARPU. No 1T21, o *churn* do pós-pago humano ficou em 2,7% ao mês, contribuindo para adições liquidas positivas. A Receita com Clientes Pós-Pagos teve uma alta de 3,9% A/A no trimestre.

A dinâmica de ARPU (Receita Média Mensal Por Usuário) continua sendo o motor de crescimento da RSM. O indicador consolidado do móvel registrou crescimento de 6,6% A/A e atingiu R\$ 25,5, refletindo o êxito da TIM no processo de monetizar sua base de clientes através das migrações para planos de maior valor no pré-pago e no pós-pago.

O ARPU dos segmentos, que exclui a linha de Outras Receitas Móveis e da Plataforma de Clientes, apresentou alta de 3,9% A/A no pré-pago e incremento de 1,9% A/A no pós-pago (ex-M2M).



A Receita de Interconexão (ITX) registrou crescimento de 22,0% A/A no 1T21, refletindo o impacto do aumento da tarifa VU-M (Tarifa de Terminação Móvel +17,2% A/A), além de um crescimento no tráfego entrante (+30,5% A/A). A incidência da VU-M na Receita Líquida de Serviços atingiu 2,6% no trimestre.

A Receita de Plataforma de Clientes totalizou R\$ 17 milhões no 1T21, sendo R\$ 11 milhões gerados por Serviços Financeiros, e R\$ 6 milhões oriundos de Publicidade Móvel (sendo, neste último, o primeiro trimestre com registro de receita e auxiliado pela evolução de plataformas como TIM Ads e Informa TIM).

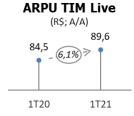
A linha de Outras Receitas registrou um incremento de 10,2% A/A no 1T21, explicado majoritariamente pelo crescimento na receita gerada por contratos de compartilhamento e *swap* de rede, em linha com a estratégia da companhia de ampliação da infraestrutura de transporte em fibra (*backbone* e *backhaul*) com maior eficiência na alocação de recursos (Capex e Opex).

Detalhamento do Segmento Fixo (líquidos de impostos e deduções):

A Receita do Serviço Fixo somou R\$ 281 milhões neste trimestre, um incremento de 12,1% quando comparada ao 1T20. Esta performance continua sendo um reflexo da TIM Live, que avançou 20,4% A/A no 1T21 e manteve a representatividade em aproximadamente 62% da receita de serviço fixo. Os demais serviços do segmento fixo, subiram 0,8% A/A.



Ao final do trimestre, a TIM Live estava presente em 27 municípios mais 7 regiões administrativas do Distrito Federal.



O ARPU (Receita Média Mensal Por Usuário) da TIM Live cresceu 6,1% A/A. O desempenho é explicado pela penetração de ofertas de FTTH de maior valor com velocidades maiores (conexões acima de 100 Mbps representam mais de 50% da base de clientes) e do reajuste de preços realizado a partir de julho/20 em parte dos planos.

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

DESCRIÇÃO	1T21	1T20	%A/A	4T20	%T/T
R\$ milhões Custos Reportados da Operação	(2.319)	(2.284)	1,5%	(2.325)	-0,2%
Custos Normalizados* da Operação	(2.319)	(2.281)	1,7%	(2.298)	0,9%
Pessoal	(277)	(257)	8,0%	(249)	11,3%
Comercialização	(815)	(802)	1,6%	(766)	6,3%
Rede e Interconexão	(720)	(627)	14,8%	(650)	10,8%
Gerais e Administrativos	(167)	(158)	5,9%	(165)	1,1%
Custo de Mercadorias Vendidas (CMV)	(146)	(159)	-8,3%	(294)	-50,6%
Provisão para Devedores Duvidosos	(123)	(189)	-34,5%	(97)	26,7%
Outras receitas (despesas) operacionais	(70)	(90)	-21,6%	(74)	-5,1%
Custos Normalizados* da Operação Ex-CMV	(2.174)	(2.123)	2,4%	(2.003)	8,5%

^{*}Custos da Operação normalizados por ajustes ao contrato de sale-leaseback de torres (+R\$ 2,6 milhões no 1T20), serviços jurídicos e administrativos associados a projetos especiais (+R\$ 27,2 milhões no 4T20).

Os Custos e Despesas Operacionais Reportados totalizaram R\$ 2.319 milhões no 1T21 (+1,5% A/A). O comparativo é afetado modestamente por efeitos não recorrentes contabilizados no 1T20 – no valor de R\$ 2,6 milhões – relacionados a ajustes ao contrato de *sale-leaseback* de torres. Neste trimestre, a linha não foi impactada por despesas não recorrentes.

No 1T21, os Custos e Despesas Operacionais Normalizados totalizaram R\$ 2.319 milhões, +1,7% A/A. Apesar do retorno de custos variáveis e fixos associados à retomada mais intensa das atividades comerciais nos dois primeiros meses do ano, a performance segue positivamente impactada pela sólida execução no controle de custos e pela entrega de eficiência em múltiplas frentes, a despeito da inflação registrada no período (IPCA 12M: 6,10%).

Detalhamento do Desempenho de Custos e Despesas:

Custos com Pessoal apresentaram alta de 8,0% A/A no 1T21. Tal performance foi influenciada, principalmente, por elementos orgânicos, como inflação sobre salários e benefícios, e por um aumento com gastos relacionados a contingências trabalhistas em processos de natureza previdenciária.

A linha de Comercialização e Publicidade teve alta de 1,6% A/A no 1T21, impactada por maiores despesas com propaganda e publicidade de produtos, decorrente da maior presença na mídia, e aumento das despesas com FISTEL. Resultado em parte compensado com ganhos de eficiências geradas pelas iniciativas de digitalização de processos e aumento da penetração dos canais digitais, e por um cenário de vendas mais reduzidas no comparativo anual, com menores despesas com comissionamento de recargas e de ativações de linhas.

O grupo de Rede e Interconexão apresentou alta de 14,8% A/A no 1T21, impulsionado por maiores custos no subgrupo de interconexão (ITX), explicada basicamente por: (i) aumento da tarifa de terminação móvel (VU-M), a partir de fevereiro de 2021; e (ii) maior pressão do tráfego sainte para outras operadoras, devido à pandemia. As despesas de Rede também apresentaram alta no 1T21, em decorrência de maiores custos com contratos de compartilhamento de infraestrutura, contrastando com uma melhora nos custos de energia.

Despesas Gerais e Administrativas (G&A) Normalizadas subiram 5,9% A/A no trimestre. Esta alta é explicada, principalmente, por um efeito líquido entre: (i) maiores despesas com serviços de manutenção de TI e com aluguéis; e (ii) menores gastos com serviços profissionais (principalmente, jurídicos) e serviços regulares de limpeza/vigilância e transporte.

O Custo de Mercadorias Vendidas (CMV) totalizou R\$ 146 milhões no 1T21 (-8,3% A/A), acompanhando a queda da Receita de Produtos, ocasionada pelo menor volume de aparelhos vendidos, apesar do aumento no mix de produtos de maior valor. A performance reflete, principalmente, o fechamento de lojas da TIM – o principal canal de venda de aparelhos da companhia – durante o mês de março, devido às medidas de contenção da COVID-19 no país.

No 1T21, as Provisões para Devedores Duvidosos (PDD) apresentaram queda de 34,5% A/A, representando o quarto trimestre consecutivo de queda anual, refletindo os esforços contínuos na melhoria da aquisição de clientes, através de modelos e políticas de crédito mais robustos, além de maior eficiência na cobrança e recuperação. Em valor absoluto, a PDD totalizou R\$ 123 milhões e representou 2,02% da Receita Bruta da TIM.

Outras Despesas Operacionais Normalizadas¹ registraram queda de 21,6% A/A no 1T21, explicada por: (i) menores despesas relacionadas a perdas com processos cíveis e trabalhistas; e (ii) maiores gastos em função de um maior provisionamento para processos trabalhistas, parcialmente compensados por um menor gasto com provisionamento para processos cíveis. A participação desta linha sobre o Opex total normalizado ficou em 3,0% no 1T21 (frente a 3,9% no 1T20).

Os Custos de Aquisição de Clientes (SAC = subsídio + comissionamento + despesas de publicidade) totalizaram R\$ 52,1 por adição bruta no 1T21, registrando queda de 12,6% A/A, impactados pelo maior volume de adições brutas de M2M no 1T21 em comparação ao 1T20.



A relação SAC/ARPU (que indica o *payback* por cliente) teve queda A/A atingindo 2,0 meses, frente a 2,5 meses do 1T20.

¹ A linha de Outras Despesas Operacionais teve impactos não-recorrentes negativos no 1T20 (R\$ 2,6 milhões), referentes a ajustes ao contrato de *sale-leaseback* de torres.

DO EBITDA AO LUCRO LÍQUIDO

DESCRIÇÃO	1T21	1T20	%A/A	4T20	%T/T
R\$ milhões					
EBITDA Normalizado*	2.020	1.934	4,5%	2.380	-15,1%
Margem EBITDA Normalizada*	46,6%	45,9%	0,7p.p.	50,9%	-4,3p.p.
Depreciação & Amortização	(1.428)	(1.409)	1,4%	(1.379)	3,6%
Depreciação	(980)	(935)	4,8%	(945)	3,6%
Amortização	(448)	(473)	-5,4%	(433)	3,3%
EBIT Normalizado*	592	525	12,8%	1.002	-40,8%
Margem EBIT Normalizada*	13,7%	12,5%	1,2p.p.	21,4%	-7,8p.p.
Resultado Financeiro Líquido Normalizado	(225)	(251)	-10,4%	(44)	407,7%
Despesas financeiras	(293)	(320)	-8,5%	(280)	4,5%
Receitas financeiras	67	61	8,6%	240	-72,2%
Variações cambiais, líquidas	1	7	-90,0%	(4)	n.a.
Lucro antes dos impostos Normalizado*	367	274	34,0%	957	-61,6%
Imposto de renda e cont. social Normalizado*	(90)	(99)	-8,4%	81	n.a.
Lucro Líquido Normalizado*	277	175	57,9%	1.038	-73,3%
Total de Itens Normalizados	-	(3)	n.a.	(25)	n.a.
EBITDA Reportado	2.020	1.931	4,6%	2.353	-14,1%
Margem EBITDA Reportada	46,6%	45,8%	0,7p.p.	50,3%	-3,7p.p.
EBIT	592	523	13,4%	974	-39,2%
Margem EBIT	13,7%	12,4%	1,3p.p.	20,8%	-7,2p.p.
Resultado Financeiro Líquido	(225)	(251)	-10,4%	(44)	407,7%
Lucro antes dos impostos	367	271	35,3%	930	-60,5%
Imposto de renda e cont. social	(90)	(99)	-8,4%	83	n.a.
Lucro Líquido	277	173	60,3%	1.013	-72,7%

^{*} EBITDA normalizado conforme itens apontados na seção de Custos (+R\$ 27,2 milhões no 4T20 e +R\$ 2,6 milhões no 1T20). Lucro Líquido normalizado pelo crédito fiscal e outros efeitos (-R\$ 2,4 milhões no 4T20).

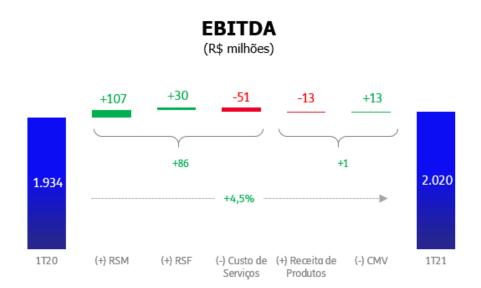
EBITDA² (LAJIDA – Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização)

O EBITDA Normalizado² **do 1T21 totalizou R\$ 2.020 milhões, registrando um aumento de 4,5% A/A**. As principais alavancas para este desempenho foram (i) a retomada do crescimento da Receita de Serviços Móveis, (ii) a manutenção do sólido crescimento da Receita de Serviços Fixos.

Com o resultado do 1T21, a TIM está a 19 trimestres com crescimento positivo de EBITDA, demonstrando a consistência de sua estratégia e o compromisso com a rentabilidade do negócio.

A Margem EBITDA Normalizada² **atingiu 46,6%,** o que se traduz em uma expansão de 0,7 p.p. em comparação com o 1T20.

² EBITDA normalizado conforme itens apontados na seção de Custos e Despesas Operacionais.



DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO (D&A) / EBIT

No 1T21, D&A registrou uma alta de 1,4% A/A, explicada pelo aumento da Depreciação de equipamentos de transmissão 4G e dos direitos de uso, em função de uma maior base de contratos de *leasing*, ainda que compensada por um menor montante de Amortização de softwares.

O EBIT Normalizado³ **do 1T21 subiu 12,8% A/A**, refletindo o crescimento do EBITDA. A Margem EBIT Normalizada fechou o trimestre em 13,7%, subindo 1,2 p.p. contra o 1T20.

RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

O Resultado Financeiro Líquido do 1T21 foi negativo em R\$ 225 milhões, o que representa uma melhora de R\$ 26 milhões quando comparado ao 1T20. Esta diferença é majoritariamente explicada por uma menor despesa financeira decorrente do efeito líquido entre: (i) Menor gasto com juros sobre financiamentos, menores despesas advindas da atualização monetária sobre provisões de contingências civis e trabalhista; e (ii) Maior volume de juros sobre *leasings*.

³ EBIT normalizado conforme itens apontados na seção de Custos e Despesas Operacionais.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

No 1T21, o Imposto de Renda e a Contribuição Social Reportados totalizaram um montante de -R\$ 90 milhões frente a -R\$ 99 milhões do 1T20, redução gerada principalmente pela maior utilização de benefícios fiscais no 1T21. Na visão Normalizada, houve uma redução de ~R\$ 9,0 milhões no 1T21, quando comparado aos -R\$ 99 milhões do 1T20, pelo motivo explicado acima, considerando a ausência de efeitos não recorrentes relevantes. **No 1T21, a alíquota efetiva ficou em -24,6%** vs. -36,0% no 1T20 (na visão Normalizada).

LUCRO LÍQUIDO4

No 1T21, o Lucro Líquido Normalizado⁴ apresentou alta de 57,9% frente ao 1T20, totalizando R\$ 277 milhões. O Lucro por Ação (LPA) Normalizado do trimestre foi de R\$ 0,11 ante os R\$ 0,07 do 1T20.

_

⁴ Lucro Líquido normalizado conforme itens apontados nas seções de Custos e Despesas Operacionais.

FLUXO DE CAIXA, DÍVIDA E CAPEX

DESCRIÇÃO	1T21	1T20	%A/A	4T20	% T/T
R\$ milhões]				
EBITDA Normalizado*	2.020	1.934	4,5%	2.380	-15,1%
Capex	(1.324)	(904)	46,5%	(1.464)	-9,5%
EBITDA - Capex	696	1.030	-32,4%	916	-24,0%
∆ Capital de Giro	(74)	(1.425)	-94,8%	1.181	n.a.
Itens operacionais não recorrentes	-	(3)	n.a.	(27)	n.a.
Fluxo de Caixa Operacional	622	(398)	n.a.	2.070	-70,0%

^{*}EBITDA normalizado conforme itens apontados na seção de Custos (+R\$ 2,6 milhões no 1T20, -R\$ 2,4 milhões no 4T20).

O Fluxo de Caixa Operacional Livre (FCOL) do 1T21 foi positivo em R\$ 622 milhões, um crescimento de R\$ 1.020 milhões, revertendo o resultado negativo de R\$ 398 milhões registrado no 1T20. Este resultado reflete, principalmente, uma Variação do Capital de Giro mais positiva.

No 1T21, o EBITDA-Capex ficou em R\$ 696 milhões, uma queda de 32,4% A/A, levando o EBITDA-Capex sobre a Receita Líquida para 16,0% (vs 24,4% no 1T20).

Fazendo um exercício para excluir os efeitos dos arrendamentos desses indicadores, o EBITDA do 1T21 foi recalculado considerando o impacto dos contratos de *leasing* sobre as despesas operacionais. Assim, o EBITDA-AL (*After Lease*) menos Capex somaria R\$ 235 milhões (-60,7% A/A).

CAPEX

O Capex totalizou R\$ 1.324 milhões no 1T21, um crescimento de 46,5% comparado ao 1T20. A alta é explicada, principalmente, pela retomada dos investimentos após dois trimestres impactados pela reavaliação de projetos por conta da pandemia. Além disso, o trabalho de preparação da infraestrutura para integração dos ativos móveis da Oi está sendo iniciado.

Os investimentos continuam sendo destinados à infraestrutura (95% do total), principalmente a projetos de TI, tecnologia 4G através do 700MHZ, rede de transporte e expansão do FTTH (que recebeu aproximadamente 9,6% do total dos investimentos realizados no 1T21).

VARIAÇÃO DO CAPITAL DE GIRO

A Variação do Capital de Giro foi negativa em R\$ 74 milhões, uma melhora de 94,8% A/A, explicada, principalmente, pela redução do impacto na conta de Fornecedores (o delta de Fornecedores saiu de R\$ 1.305 milhões no 1T20 para R\$ 474 milhões no 1T21). Além disso, em comparação com o 1T20, no trimestre corrente, a linha foi impactada mais positivamente pela variação de Contas a Receber, Impostos a Recuperar e da linha de Despesas Antecipadas.

Além disso, é válido lembrar que, em relação às taxas de fiscalização relativas ao Fistel, no 1T20, houve a postergação de seu pagamento (cerca de R\$ 789 milhões) – que usualmente ocorre no mês de março – para o dia 31 de agosto de 2020. No 3T20, houve o pagamento parcial das taxas, cerca de R\$ 300 milhões, referentes ao Condecine e CFRP, impactando negativamente a Variação do Capital de Giro no Fluxo de Caixa daquele trimestre. No 1T21, novamente houve o pagamento parcial das taxas, cerca de R\$ 73 milhões referentes ao CFRP. O valor remanescente, relativo ao Fistel (TFF) de ambos os anos, segue em suspenso sem data definida para pagamento.

DÍVIDA E CAIXA

A Dívida Bruta do 1T21 ficou em R\$ 10.235 milhões, um crescimento de R\$ 79 milhões A/A. O saldo atual inclui (i) o reconhecimento de *leasing* no valor total de R\$ 8.180 milhões (relacionado à venda de torres, projeto LT Amazonas e contratos de arrendamento com prazos superiores a 12 meses, conforme estabelecido pelo IFRS 16); (ii) dívida bancária no montante de R\$ 2.545 milhões e (iii) a posição de derivativos⁵ de *hedge* no valor de R\$ 651 milhões (reduzindo a dívida bruta).

Ao fim do 1T21, o montante de financiamentos (pós-*hedge*) totalizou R\$ 2.056 milhões, sendo compostos por contratos com bancos privados estrangeiros e totalmente protegidos por *hedge* para moeda local. **O custo médio da dívida excluindo os** *leasings* **foi de 2,8% a.a. no trimestre,** uma redução quando comparado ao custo de 4,5% a.a. do 1T20.

Conforme mencionado ao longo de 2020, em abril do mesmo ano, o Conselho de Administração da TIM aprovou a captação de R\$ 1 bilhão para reforço de liquidez, em antecipação a possíveis impactos que a pandemia da COVID-19 poderia ocasionar na economia. Deste montante, R\$ 574 milhões foram captados junto ao The Bank of Nova Scotia no mesmo mês. Ao longo do 2T20 a TIM avaliou as melhores condições para captação do saldo remanescente, contratando, em julho, R\$ 426 milhões junto ao BNP Paribas. Em julho, a TIM também amortizou integralmente as Debêntures (~R\$ 1.000 milhões) originalmente distribuídas em janeiro de 2019.

Em março, o Conselho de Administração da TIM aprovou o programa de financiamento para aquisição dos ativos móveis da Oi. A estratégia financeira aprovada consiste na contratação de empréstimos externos em moeda estrangeira ou nacional – com cobertura cambial e de taxa de juros – no montante de até R\$ 4 bilhões, pelo prazo de até 4 anos. Em abril de 2021, foram celebrados dois contratos com bancos estrangeiros, no valor total de R\$ 1,072 bilhão.

No mês de abril, a Companhia recebeu autorização do Ministério das Comunicações para emissão de até R\$ 5,75 bilhões em debêntures incentivadas, a maior aprovação já realizada pelo Governo no escopo do programa. O aporte poderá ser utilizado para o financiamento do projeto de infraestrutura da TIM, que abrange a evolução da rede fixa e móvel, incluindo 5G, e a virtualização da rede de telecomunicações, com objetivo de incremento da qualidade e da disponibilidade dos serviços oferecidos.

-

⁵ A posição de derivativos exclui o bônus de subscrição no capital do Banco C6, conforme Nota Explicativa número 36 do ITR da TIM S.A.



No final do trimestre, as posições de Caixa e Títulos de Valores Mobiliários totalizaram R\$ 4.319 milhões, registrando crescimento de R\$ 2.723 milhões A/A.

O rendimento financeiro médio foi de 2,4% a.a., no 1T21, apresentando uma estabilidade frente ao valor do 1T20, uma performance superior a observada da taxa Selic.

No 1T21, a Dívida Líquida totalizou R\$ 5.917 milhões, redução de R\$ 2.644 milhões comparada ao mesmo período do ano anterior, quando a dívida líquida foi de R\$ 8.561 milhões. Esta queda é explicada pelo crescimento maior do volume de Caixa e Aplicações Financeiras em comparação com a elevação do saldo de dívida e *leasings* no período. A Dívida Líquida excluindo os efeitos dos arrendamentos, Dívida Líquida-AL, somaria -R\$ 2.480 milhões, ou seja, "caixa líquido" com uma melhora de R\$ 2.873 milhões versus o mesmo período do ano passado.

A relação Dívida Líquida/EBITDA ficou em 0,70x no trimestre. Desconsiderando os *leasings* financeiros, a relação Dívida Líquida-AL/EBITDA-AL ficou em -0,37x no 1T21, uma redução comparada aos 0,06x do 1T20.

EVENTOS IMPORTANTES DO TRIMESTRE E SUBSEQUENTES

CELEBRAÇÃO DO ACORDO COM A IHS DE PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA NA FIBERCO

No dia 5 de maio, a TIM S.A. informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada no mesmo dia, foi aprovado um acordo ("Acordo") entre a TIM S.A. e a IHS Fiber Brasil - Cessao de Infraestruturas Ltda. ("IHS"), com vistas a aquisição de participação societária na FiberCo Soluções de Infraestrutura Ltda. ("FiberCo"), empresa constituída pela Companhia para segregação de ativos de rede e prestação de serviços de infraestrutura.

A IHS é uma grande e diversificada provedora de infraestrutura de telecomunicações, focada em mercados emergentes e atuação em 9 países da África, Oriente Médio e América Latina. A IHS, além de possuir mais de 28 mil torres, busca a expansão da cadeia de valor nos serviços de infraestrutura.

No Acordo, fica estabelecida a alienação por parte da TIM de 51% do capital social da FiberCo em favor da IHS, permanecendo os restantes 49% sob o controle da Companhia. A relação entre as sócias será regulada por acordo de acionistas, a ser celebrado no momento de fechamento da transação.

A base inicial de ativos da FiberCo será constituída pela contribuição de infraestrutura de rede secundária da TIM que cobre, aproximadamente, 6,4 milhões de domicílios, sendo 3,5 milhões em FTTH e 3,5 milhões em FTTC. Além disso, serão transferidos à FiberCo outros ativos, contratos e empregados, todos exclusivamente relacionados às suas atividades. Estas transferências só irão se concretizar após o Acordo ser aprovado pelas autoridades competentes.

Neste contexto, o valor (*Enterprise Value*) da FiberCo ficou estabelecido em R\$ 2,6 bilhões. A transação contempla componentes primária (R\$ 609.000.000,00) destinada ao caixa da FiberCo e secundária (R\$ 1.027.590.000,00) a serem pagos a TIM.

A FiberCo nasce com a missão de implantar, operar e manter infraestrutura de última milha para acessos de banda larga a ser oferecida no mercado de atacado. Não obstante, os termos do Acordo definem a TIM como cliente âncora, tendo a prerrogativa de 6 meses de exclusividade após a entrada em novas áreas.

Espera-se que essa transação possa suportar o plano da Companhia para aceleração da oferta de serviços de conectividade em fibra para clientes B2C e B2B. Dessa maneira, o plano de negócios da FiberCo tem a expectativa de atingir 8,9 milhões de domicílios cobertos em FTTH em 4 anos. A FiberCo participará ainda de outros projetos de infraestrutura, como o FTTSite, junto com a TIM.

Esta transação sempre foi encarada pela Companhia sob a ótica industrial, buscando a evolução e crescimento do seu negócio de banda larga. Entretanto, os impactos positivos de ordem financeira e econômica não podem ser deixados de lado. A expectativa é que o negócio possibilitará a Companhia "desconsolidar" uma parte relevante do seu CAPEX, provocando um efeito positivo em seu fluxo de caixa. Em paralelo, a TIM espera utilizar os proventos dessa transação para auxiliar no cumprimento de suas obrigações de investimento como, por exemplo, na aquisição dos ativos da Oi Móvel.

Esta operação está sujeita à satisfação de certas condições precedentes, incluindo, entre outras, a contribuição de ativos descrita acima e a obtenção de autorizações das autoridades competentes, como a da Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE.

CONTRATOS DE CRÉDITO COM BANCOS ESTRANGEIROS

Em abril de 2021, a Companhia firmou dois contratos de mútuo com os Bancos BNP e Bank of Nova Scotia, no valor total de R\$ 1,1 bilhão. Esses contratos têm prazo de vencimento de três anos. (Nota Explicativa 20 no ITR)

CONTINGÊNCIA TRIBUTÁRIA

Em março de 2011, a Companhia recebeu o auto de infração nº 10480.721765/2011-46 lavrado pela Receita Federal no valor de R\$ 1.265 milhões que trata de IRPJ e CSL relativo a: (i) ágio; (iii) compensação indevida de prejuízos fiscais e bases negativas; (iv) uso supostamente indevido do benefício fiscal Sudene; (v) deduções de IRRF; (vi) dedução de estimativas e (vii) multas.

O resultado do julgamento em primeira instância administrativa foi pela manutenção integral da autuação, mas o recurso voluntário apresentado pela empresa foi julgado parcialmente provido. A empresa foi intimada do acórdão no dia 28/04/2021 e, com isso, restou confirmado o êxito parcial de R\$ 736 milhões (valores históricos) e R\$ 1,4 bilhão (valores atualizados).

Do total mencionado acima, R\$ 43 milhões (valores históricos) e R\$ 79 milhões (valores atualizados) já estavam classificados como risco remoto e o restante, como risco possível. Todo o montante correspondente ao êxito parcial será definitivamente excluído da contingência tributária e o valor remanescente seguirá sua discussão no curso do processo administrativo que ainda será levado à apreciação da Câmara Alta do CARF. (Nota Explicativa 24 no ITR)

DESEMPENHO OPERACIONAL E DE MARKETING

DESCRIÇÃO	1T21	1T20	%A/A	4T20	%T/T
Base Móvel de Clientes ('000)	51.728	52.826	-2,1%	51.433	0,6%
Pré-Pago	29.509	31.153	-5,3%	29.603	-0,3%
Pós-Pago	22.219	21.673	2,5%	21.829	1,8%
Pós-Pago Humano	18.279	17.880	2,2%	18.036	1,3%
Base de Usuários 4G ('000)	43.971	39.040	12,6%	42.043	4,6%
Market share	21,5%	23,3%	-1,8p.p.	22,0%	-0,4p.p.
Pré-Pago	25,4%	27,3%	-1,9p.p.	25,8%	-0,4p.p.
Pós-Pago	17,9%	19,3%	-1,4p.p.	18,3%	-0,4p.p.
Pós-Pago Humano	19,4%	20,7%	-1,4p.p.	19,8%	-0,5p.p.
Adições Líquidas ('000)	296	(1.621)	-118,2%	274	8,0%
Base de Clientes de Telefonia Fixa ('000)	887	1.101	-19,4%	935	-5,1%
Base de Clientes TIM Live ('000)	662	584	13,3%	645	2,5%

SEGMENTO MÓVEL:

MERCADO GERAL

O mercado móvel registrou um crescimento de 6,2% A/A no 1T21, reforçando o movimento de evolução positiva da base, observado pela primeira vez desde 2015, no último trimestre. Nos últimos 12 meses, o pós-pago registrou adições líquidas de 12,0 milhões de acessos, sendo 68% deste volume linhas humanas. O pré-pago apresentou 2,0 milhões mil novos acessos, voltando a reportar adições líquidas positivas após 6 anos.

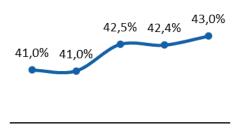
TIM

1T20

2T20

A TIM encerrou o 1T21 com um total de 51,2 milhões de acessos, registrando leve crescimento de 0,6% T/T e queda de 2,1% A/A. Em linha com o movimento de mercado, o novo avanço no trimestre reafirma a interrupção de uma sequência de retrações desde 2016.





3T20

4T20

1T21

O pós-pago finalizou o 1T21 com 22,2 milhões de acessos (+2,5% A/A), representando 43,0% da base total (+2,0 p.p. A/A). No período, o mix de linhas humanas se manteve estável, respondendo por 82,3% do total do segmento.

Ao final do trimestre, **o pós-pago humano registrava uma base de 18,3 milhões acessos** (+2,2% A/A), com adições líquidas de 399 mil acessos nos últimos 12 meses. O 1T21 foi marcado por novas medidas de isolamento para combate à pandemia de COVID-19 em praças relevantes do país. Apesar do impacto na atividade comercial do período, o segmento manteve um patamar mais baixo de taxa de desconexão mensal (2,7% no 1T21), como registrado nos últimos trimestres.

A base de M2M atingiu 3,9 milhões acessos (+3,9% A/A) no trimestre. Nos últimos 12 meses, as adições líquidas acumularam 147 mil acessos. A aceleração do segmento ainda depende de um aumento da demanda dos clientes corporativos que, por sua vez, está associada a um nível mais intenso de atividade econômica.

No 1T21, a base pré-paga possuía 29,5 milhões de acessos, uma queda de 5,3% A/A. As adições líquidas do segmento acumularam um volume de desconexões inferior aos períodos anteriores, 1,6 milhão nos últimos 12 meses. As restrições de mobilidade urbana impactaram diretamente a dinâmica de *sell-out* ao longo deste período, porém dados de abril-21 já mostram uma recuperação mais acelerada na performance de recargas do segmento.

A base 4G fechou o trimestre com 44,0 milhões de acessos, acelerando novamente o ritmo e retornando ao patamar de dois dígitos de crescimento (+12,6% A/A). O mix de aparelhos 4G na base total de acessos humanos atingiu seu maior nível histórico, 92% (+12 p.p. A/A).

SEGMENTO FIXO:

A **TIM Live apresentou uma base de 662 mil conexões no 1T21**, mantendo a velocidade de crescimento acelerado (+13,3% A/A). Nos últimos 12 meses, as adições líquidas do serviço atingiram 78 mil acessos, sendo os planos com velocidades acima de 200 mbps os responsáveis pela dinâmica de expansão do período. Este foi o primeiro trimestre em que os planos de maior valor, com velocidades acima de 100 mbps, ultrapassaram os 50% de participação na base total.

Evolução de Clientes TIM Live (# usuários) 662 mil 584 mil

3T20

4T20

1T21

2T20

1T20



No 1T21, a TIM Live passou a contar com as opções de **produtos para automação residencial na TIM Tech Store.** O lançamento da loja virtual tem o intuito de dar descontos exclusivos aos clientes do serviço neste *marketplace*. A estratégia de produtos vem complementar a oferta do serviço na modalidade *standalone* e de conteúdo OTT já oferecidos, agregando ainda mais valor à conectividade.

O *rollout* da rede continuou acelerado, priorizando a consolidação dos clusters já ativos. Dessa forma, o total de *homes passed* cresceu 39,9% A/A, com o total de localidades estável na comparação com o último trimestre (27 cidades e 7 regiões administrativas).

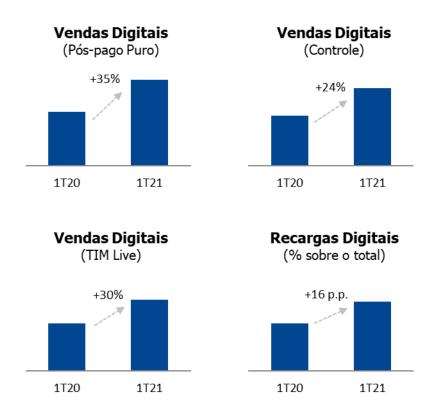
QUALIDADE E REDE

QUALIDADE E EXPERIÊNCIA DO USUÁRIO

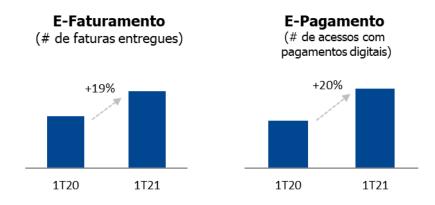
Com o cenário desafiador que se apresentou ao longo de 2020, devido a pandemia de COVID-19, e em meio a uma recuperação da dinâmica socioeconômica, a estratégia de **transformação digital** segue ganhando cada vez mais importância. Nessa retomada, todos os esforços realizados pela TIM nos últimos anos, através de suas iniciativas digitais e do desenvolvimento constante de sua rede, visando fortalecer seu posicionamento perante o mercado e buscando sempre proporcionar a melhor experiência a seus clientes e a sociedade, têm demonstrado resultados consistentes.

Nesse sentido, os resultados positivos alcançados em nossos canais digitais e a excelência na prestação de serviços para nossos clientes comprovam não apenas a capacidade da TIM de se adaptar a diversas situações sem perda de sua qualidade e eficiência, mas também que tomamos as decisões corretas e que corroboram com nosso propósito de "evoluir juntos com coragem, transformando tecnologia em liberdade".

Por mais um trimestre, os esforços para simplificar o autoatendimento e potencializar nossos canais de venda digital vêm gerando resultados positivos. No 1T21, as vendas digitais no segmento de pós-pago puro tiveram crescimento de 35,4% A/A, enquanto no Controle *consumer* o aumento foi de 23,7% A/A. As vendas digitais da TIM Live ganharam relevância, registrando aumento de 30,4% A/A. Adicionalmente, o mix de recargas eletrônicas manteve crescimento (+15,8 p.p em comparação ao primeiro trimestre de 2020).

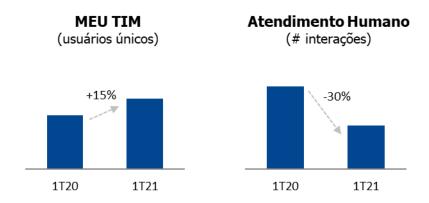


Da mesma forma, os mecanismos de faturamento e pagamento digitais mantiveram seu ritmo de crescimento no trimestre. As faturas entregues por canais digitais cresceram 19,4% A/A, registrando uma penetração na base de 77,2% (+11,1 p.p. A/A). O número de clientes que realizam pagamentos por meios digitais também apresentou alta (evolução de 19,9% A/A), levando a uma penetração de 75,3% (+7,7 p.p. A/A). Outra funcionalidade oferecida para clientes da TIM é a possibilidade de fazerem recargas e/ou consultas de saldo e franquia, além da oportunidade de receberem suas faturas através do WhatsApp.



Outro fator fundamental é a simplificação dos processos de *caring*. Por isso, no 1T21, o aplicativo Meu TIM seguiu sendo ferramenta fundamental para atingir esse objetivo, proporcionando maior transparência e controle a clientes no momento de administrarem seus planos. O crescimento de 15,0% A/A na média mensal dos usuários únicos do *app* novamente comprova a adesão cada mais significativa dessa plataforma por parte dos

clientes. Além disso, a queda de 29,7% A/A nas interações via atendimento humano também reforça a adoção desse canal, reduzindo a dependência de comunicação através de *call centers*.



Mais uma iniciativa inovadora explorada pela Companhia tem sido o uso de inteligência artificial na central de relacionamento. Essas inovações visam gerar benefícios aos clientes, como a implementação de ferramentas que possam detectar de forma automática eventuais problemas nos serviços fornecidos aos usuários, sugerindo medidas corretivas ou resolvendo essas ocorrências. O autoatendimento cognitivo da TIM responde por voz em linguagem natural e em tempo real a dúvidas ou demandas dos consumidores sobre questões relacionadas aos benefícios de cada plano, pagamento de contas, além de realizar serviços como contratação de dados, desbloqueio de linhas, contestação de informações, entre outros. No 1T21, atingimos **uma média de 4 milhões de autoatendimentos por mês através do assistente cognitivo**. Desde a implementação em 2020, **mais de 34 milhões de chamadas já passaram pela nova URA Cognitiva, sendo 12 milhões apenas no primeiro trimestre de 2021**. A expectativa é de atingirmos 50 milhões de atendimentos cognitivos até o final do ano.

EVOLUÇÃO DA REDE

Pilar fundamental nos planos estratégicos da TIM, a expansão e aprimoramento da infraestrutura de rede está associada à melhoria contínua de nossos serviços. Em tempos difíceis, "mais do que nunca, precisamos estar conectados", e assim a TIM reforçou ainda mais seu compromisso em garantir a melhor qualidade de rede e experiência de uso, atendendo as necessidades de seus clientes e da sociedade.

Com isso, no trimestre, **mais de 95% do Capex foi dedicado a projetos de infraestrutura (Rede + TI)**, alocados de forma eficiente através da utilização de ferramentas analíticas que buscam gerar a otimização na aplicação de recursos. Entre as iniciativas mais relevantes estão:

- Expansão da rede de fibra ótica (backbone, backhaul e FTTH);
- o Acordos de compartilhamento de rede;
- Refarming de frequência;
- Agregação de portadoras;
- Densificação de sites.

Dentre as principais ações e projetos em andamento, focados na modernização e aprimoramento da nossa infraestrutura, podemos destacar:

- Compromisso de expandir a cobertura 4G para todos os municípios do Brasil até 2023;
- Instalação de múltiplos data centers buscando melhorar a experiência, sendo 14 DCC (Data Center Core) e 19 DCE (Data Center Edge) – total de 33 ao final do 1T21;
- Expansão da cobertura 4.5G para 1.480 cidades no 1T21;
- Expansão do uso do 4G na frequência de 700MHz, presente em 3.468 municípios ao final do ano;
- Expansão do Volte, disponibilizado para 4.086 cidades;
- Ampliação do refarming da frequência de 2,1 GHz no 4G, atingindo 338 cidades;
- Projeto de virtualização de infraestrutura;
- Expansão da capacidade de rede através da solução Massive MIMO;
- Acordo de compartilhamento de infraestrutura de rede móvel com a Vivo, visando a eficiência na alocação de Capex e Opex;
- Ampliação para 122 sites instalados no projeto Sky Coverage (solução sustentável e de custo extremamente baixo, com benefícios sociais ao fornecer cobertura em áreas remotas);
- Consolidação da rede NB-IoT, presente em mais de 3.529 municípios ao final do 1T21, possibilitando a criação de soluções IoT não apenas nas grandes cidades, mas também nos municípios mais afastados das capitais.

DESCRIÇÃO	1T21	1T20	%A/A	4T20	%T/T
Cidades 4G	4.121	3.506	17,5%	3.877	6,3%
das quais 700 Mhz habilitadas	3.468	2.436	42,4%	3.294	5,3%
das quais VoLTE habilitadas	4.086	3.459	18,1%	3.860	5,9%
População Urbana Coberta (4G)	96%	94%	2,0p.p.	95%	1,0p.p.
das quais 700 Mhz habilitadas	92%	82%	10,0p.p.	92%	n.a.
das quais VoLTE habilitadas	95%	93%	2,0p.p.	94%	1,0p.p.
Cidades 3G	3.821	3.285	16,3%	3.506	9,0%
População Urbana Coberta (3G)	93%	92%	1,0p.p.	93%	n.a.

Novamente, a **TIM** garante sua liderança em cobertura **4G**, ultrapassando a marca de **4** mil cidades conectadas com essa tecnologia. Assim, a Companhia segue em sua missão de proporcionar a melhor cobertura **4G** para todos os municípios do Brasil. **No trimestre, a cobertura 4G** se expandiu para **4.121** cidades, ou **96%** da população urbana coberta. O crescimento de 21% A/A nos elementos de rede desta tecnologia no período reforça o compromisso da Companhia com a evolução da qualidade e capacidade da infraestrutura da rede móvel. Como resultado dessa evolução, o tráfego de dados no **4G** atingiu a marca de **91%** do total, uma alta de mais de **4** p.p. em comparação com o ano anterior.

A cobertura na banda larga fixa também seguiu em constante expansão ao longo do trimestre, superando ao final de março 3,5 milhões de *homes passed* em FTTH, enquanto o FTTC alcançou 3,5 milhões. Isso representa um total de 6,4 milhões de *homes passed* em 29 cidades mais 7 regiões administrativas do Distrito Federal (FTTH + FTTC)⁶.

Na infraestrutura de transporte, a TIM atingiu **mais de 109 mil km com a fibra ótica** para backbone e backhaul, um avanço de 7,0% A/A, e no projeto FTTCity chegou a 1.021 cidades. Esta evolução continua a suportar o aumento de tráfego tanto nos serviços do Móvel quanto do Fixo.

Por fim, com um **alcance de 1.709** *Biosites* **ativos ao final do 1T21**, o desenvolvimento dos projetos de instalação de *Biosites* também está alinhado aos valores de responsabilidade social corporativa da companhia. Essas estruturas trazem uma solução para densificação da rede de acesso móvel (antenas/torres) com baixíssimo impacto visual e urbanístico. Além disso, contribuem para a harmonização com o meio ambiente e com a infraestrutura urbana – tendo multifuncionalidade capaz de agregar a transmissão de telecomunicações, iluminação e câmeras de segurança –, além de serem de menor custo e de rápida instalação.

-

⁶ Rio de Janeiro (RJ), São Gonçalo (RJ), Nilópolis (RJ), Nova Iguaçu (RJ), São João do Meriti (RJ), Duque de Caxias (RJ), São Paulo (SP), Mauá (SP), Poá (SP), Suzano (SP), Francisco Morato (SP), Franco da Rocha (SP), Diadema (SP), Guarulhos (SP), Salvador (BA), Lauro de Freitas (BA), Camaçari (BA), Feira de Santana (BA), Recife (PE), Olinda (PE), Jaboatão dos Guararapes (PE), Paulista (PE), Goiânia (GO), Aparecida de Goiânia (GO), Anápolis (GO), Manaus (AM), Belo Horizonte (MG), Betim (MG), Contagem (MG), Brasília (DF), Taguatinga (DF), Samambaia (DF), Ceilândia (DF), Águas Claras (DF), Guará (DF) e Candangolândia (DF).

Atualmente, a companhia detém autorização de uso de mais de 110 MHz em espectro, sendo 36 MHz em frequências abaixo de 1 GHz, distribuídos da seguinte forma:

Média de Espectro Ponderada por População							
700 MHz 850 MHz 900 MHz 1.800 MHz 2.100 MHz 2.500 MI							
20	11	5	35	22	20		

ENVIRONMENTAL, SOCIAL & GOVERNANCE

DESTAQUES ESG DO 1º TRIMESTRE DE 2021

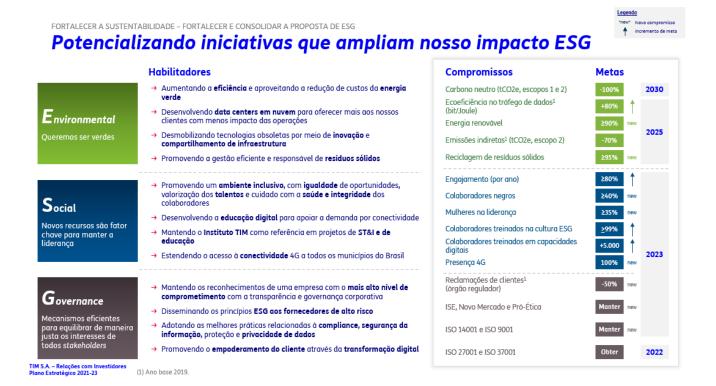
A TIM estabeleceu um novo e mais ambicioso plano de metas, chamado <u>Plano ESG</u>, para o triênio 2021-23. Partindo das ambições assumidas no último Plano Industrial (2020-2022), a Companhia apresenta novos objetivos relacionados a um portfólio de iniciativas que são parte da sua estratégia, contribuindo para uma interrelação coerente entre os aspectos ESG, a operação do negócio e o *accountability* organizacional.

Somam-se às oito metas já estabelecidas e incrementadas, mais sete novas:

- Reciclar pelo menos 95% dos resíduos sólidos até 2023;
- Atingir 90% do consumo de energia de fontes renováveis até 2025;
- Alcançar 40% de pessoas negras no quadro de colaboradores até 2023;
- Ter 35% de mulheres em cargos de liderança até 2023;
- Levar a conectividade do 4G a todos os municípios do Brasil até 2023;
- Reduzir em 50% as reclamações dos clientes na Anatel até 2023, com relação a 2019;
- Manter as certificações ISO 14001 e ISO 9001 até 2023.

Para a TIM, a construção do futuro começa a partir de uma base sólida e da definição de um caminho estratégico certo. Como pioneira nos temas ESG ("Environmental, Social & Governance") no setor de Telecomunicações no Brasil, a Companhia vem atuando continuamente para o fortalecimento dessa cultura. Exemplos, foram a criação do Comitê ESG de assessoramento ao Conselho de Administração (CdA) e o desenvolvimento do Sistema de Indicadores ESG que possibilita o acompanhamento e gestão da performance de diversos dados ambientais e sociais.

PLANO ESG 2021-23



ENVIRONMENTAL

- A TIM alcançou a marca de 64% de sua matriz energética oriunda de fontes renováveis. Em março de 2021, encontravam-se em operação 34 usinas próprias, entre solar, centrais geradoras hidrelétricas (CGHs) e geradores a biogás. Até 2021, a expectativa é chegar a 80% de energia renovável.
- Primeira operadora a migrar 100% dos seus datacenters para nuvem, a medida contribuirá para a meta da TIM de ser carbono neutro até 2030, pois reduz as emissões associadas aos Escopos 1 e 2.
- Desde 2010, a companhia registra suas emissões no Registro Público de Emissões do Programa Brasileiro GHG *Protocol*.
- É integrante do Índice Carbono Eficiente da B3, carteira composta por empresas que apresentam inventários de emissões de gases de efeito estufa e demonstram compromisso com relação às mudanças climáticas, e também do ICDPR-70, Índice CDP Brasil de Resiliência Climática.
- É certificada nas normas ISO 9001, desde 2000 e ISO 14001, desde 2010. Em março de 2021,
 a Companhia obteve a recertificação da ISO 14001.

SOCIAL

- A TIM aderiu aos Princípios de Empoderamento das Mulheres (WEP, em inglês) como forma efetiva de direcionar a sua jornada na equidade de gênero, alinhada ao Plano ESG e ao tema material "Promoção da diversidade e igualdade de oportunidades".
- Como parte do Programa de Diversidade e Inclusão e em comemoração ao Dia Internacional da Mulher, a TIM promoveu a Campanha Março das Mulheres, com ações internas e externas focadas na valorização e respeito às mulheres, e conscientização sobre expressões "machistas" que não cabem mais na atualidade.
- Vencedora do Prêmio Anatel de Acessibilidade em Telecomunicações 2021, voltado às empresas do setor que disponibilizam ambientes físicos e virtuais acessíveis para pessoas com deficiência ou que incentivam, divulgam e asseguram os direitos de acessibilidade.
- Priorização da saúde e segurança dos colaboradores com a continuidade, em 2021, do regime de home office para quase toda a força de trabalho, incluindo 100% dos atendentes da central de relacionamento com clientes, em função da pandemia da COVID-19.
- Criação do English Time, curso de inglês online e gratuito para todos os colaboradores da TIM,
 que ainda podem compartilhar o benefício com uma pessoa de fora da empresa, sem custos.

GOVERNANCE

- Primeira operadora a conseguir a certificação ISO 37001, que atesta a segurança e eficácia do sistema de gestão antissuborno. A TIM alcançou com um ano de antecedência a meta de seu Plano ESG;
- Desde 2011 faz parte do Novo Mercado, maior nível de governança das empresas litadas na B3;
- Foi primeira e até o momento única operadora de telecomunicações nomeada como empresa Pró-Ética pela Controladoria Geral da União;
- Em março de 2021, apresentou no TIM Day o Plano ESG 2021-23, como evolução do Plano Industrial (2020-2022), com sete novas metas e outras que tiveram seus desafios incrementados;
- Realização de três reuniões do Comitê ESG, que entre outras deliberações, elegeram o presidente do Comitê e aprovaram o plano de trabalho para o ano de 2021.

Para acessar o informe trimestral de *Environmental, Social & Governance ("ESG")*, favor acessar: www.tim.com.br/ri/Informe-ESG.

AVISO LEGAL

As informações financeiras e operacionais consolidadas, divulgadas neste documento, exceto onde indicado de outra forma, são apresentadas segundo as normas internacionais de contabilidade IFRS (*International Financial Reporting Standards*) e em Reais (R\$), em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, Lei 6.404/76. As comparações referem-se ao primeiro trimestre de 2021 (1T21), exceto quando indicado de outra forma.

Este documento pode conter declarações de caráter prospectivo. Estas não são declarações de fatos históricos e refletem as crenças e expectativas da administração da Companhia. As palavras "antecipa", "acredita", "estima", "espera", "prevê", "planeja", "prediz", "projeta", "visa", bem como palavras similares, têm como intenção identificar essas declarações, que envolvem, necessariamente, riscos e incertezas conhecidos e desconhecidos, previstos ou não, pela Companhia. Portanto, os resultados operacionais futuros da Companhia poderão diferir das expectativas atuais e os leitores desta divulgação não devem basear suas considerações exclusivamente nas informações aqui fornecidas. Declarações prospectivas refletem apenas as opiniões na data em que são apresentadas e a Companhia não está obrigada a atualizá-las diante de novas informações ou desdobramentos futuros.

ANEXO

Anexo 1: Indicadores Operacionais

Anexo 1 TIM S.A. Indicadores Operacionais

DESCRIÇÃO	1T21	1T20	%A/A	4T20	%T/T
Base Móvel de Clientes ('000)	51.728	52.826	-2,1%	51.433	0,6%
Pré-Pago	29.509	31.153	-5,3%	29.603	-0,3%
Pós-Pago	22.219	21.673	2,5%	21.829	1,8%
Pós-Pago (ex-M2M)	18.279	17.880	2,2%	18.036	1,3%
Base de Usuários 4G ('000)	43.971	39.040	12,6%	42.043	4,6%
Market share	21,5%	23,3%	-1,8p.p.	22,0%	-0,4p.p.
Pré-Pago	25,4%	27,3%	-1,9p.p.	25,8%	-0,4p.p.
Pós-Pago	17,9%	19,3%	-1,4p.p.	18,3%	-0,4p.p.
Pós-Pago (ex-M2M)	19,4%	20,7%	-1,4p.p.	19,8%	-0,5p.p.
Adições Brutas ('000)	6.664	5.357	24,4%	6.425	3,7%
Adições Líquidas ('000)	296	(1.621)	-118,2%	274	8,0%
Churn Mensal (%)	4,1%	4,3%	-0,2p.p.	4,0%	0,1p.p.
ARPU Móvel (R\$)	25,5	23,9	6,6%	27,0	-5,8%
Pré-Pago	12,6	12,1	3,9%	13,9	-9,5%
Pós-Pago	37,7	37,2	1,4%	39,7	-5,1%
Pós-Pago (ex-M2M)	45,3	44,5	1,9%	48,5	-6,5%
SAC/Adições Brutas (R\$)	52	60	-12,6%	47	11,2%
Base de Clientes de Telefonia Fixa ('000)	887	1.101	-19,4%	935	-5,1%
Base de Clientes TIM Live ('000)	662	584	13,3%	645	2,5%
ARPU TIM Live (R\$)	89,6	84,5	6,1%	90,7	-1,1%
Aparelhos Vendidos ('000)	154	174	-11,1%	281	-45,1%
Colaboradores	9.189	9.588	-4,2%	9.421	-2,5%

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS Em 31 de março de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

1. Contexto operacional

1.a Estrutura societária

A TIM S.A. ("TIM", "Companhia" e/ou "Empresa") é uma sociedade por ações, de capital aberto, com sede na cidade do Rio de Janeiro, RJ, controlada pela TIM Brasil Serviços e Participações S.A. ("TIM Brasil"). A TIM Brasil é uma empresa controlada do grupo Telecom Italia e detinha 66,58% do capital social da TIM em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

A Companhia presta Serviço Telefônico Fixo Comutado ("STFC") nas modalidades Local, Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional, assim como o Serviço Móvel Pessoal ("SMP") e o Serviço de Comunicação Multimídia ("SCM"), em todos os estados brasileiros e no Distrito Federal.

As ações da Companhia são negociadas na B3 (anteriormente BM&F/Bovespa). Adicionalmente, a TIM S.A possui recibos de depósitos americanos (*American Depositary Receipts* – ADRs), nível II, negociados na Bolsa de Valores de Nova York (NYSE) – EUA. Em consequência, a Companhia está sujeita às normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e da *Securities and Exchange Commission* ("SEC"). Visando atender às boas práticas de mercado, a Companhia adota como princípio a divulgação simultânea de suas informações financeiras nos dois mercados, em reais, em português e inglês.

Em dezembro de 2020, o conselho de Administração da TIM, após a análise dos estudos realizados e das propostas não-vinculantes recebidas, aprovou, em reunião realizada no dia 10 de dezembro de 2020, a constituição de uma sociedade, como preparação para futura segregação de ativos e prestação de serviços de infraestrutura de fibra ótica residencial TIM S.A, denominada FiberCo Soluções de Infraestrutura Ltda.

Reorganização Societária

Em 29 de julho de 2020, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou a submissão à Assembleia Geral Extraordinária da proposta de incorporação da TIM Participações pela TIM S.A.

A Assembleia Geral extraordinária foi realizada em 31 de agosto de 2020, e aprovou, por maioria dos votos, a incorporação da TIM Participações pela TIM S.A, nos termos do Protocolo e Justificação de Incorporação celebrado entre as administrações das companhias em 29 de julho de 2020.

Consequentemente, a administração da Companhia procedeu a incorporação em 31 de agosto de 2020 mediante acervo líquido contábil da entidade TIM Participações, no montante de R\$355.323.

Conforme previsto no Protocolo de Incorporação, as variações do patrimônio da TIM Participações entre a data do laudo (31 de março de 2020) e do ato societário de incorporação (31 de agosto de 2020), foram transferidas, absorvidas e incorporadas ao resultado operacional da incorporada. Como resultado da incorporação, todas as operações da TIM Participações foram transferidas para a TIM S.A., que a sucedeu em todos os seus bens, direitos e obrigações, a título universal e para todos os fins de direito. Esta transação não teve impacto econômico ou tributário e o ágio incorporado não será utilizado para fins de quaisquer compensações fiscais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação Em 31 de março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Esta reorganização societária, teve como objetivo proporcionar maior eficiência e simplificação da estrutura organizacional do Grupo TIM, tornando a estrutura de controles internos mais eficientes. Além disso, a reorganização societária proporciona uma otimização de carga tributária nas futuras distribuições de juros sobre capital próprio, e também, a integração de unidades administrativas e financeiras, permitindo, a concentração e redução dos custos operacionais e outras despesas administrativas com serviços profissionais. Como resultado desta operação, não houve qualquer impacto para os acionistas controladores e não controladores.

Após a Incorporação, a TIM S.A., passou a ser a ser negociada com os códigos TIMS3 na B3 e TIMB na NYSE.

Para fins de apresentação do saldo comparativo, as informações patrimoniais e financeiras da TIM S.A. permanecem inalteradas atendendo o conceito de entidade legal para a apresentação das informações trimestrais individuais e consolidadas.

O acervo líquido contábil na data de incorporação, em 01 de setembro de 2020, está sumariado a seguir:

	Notas	01/09/20		Notas	01/09/20
Ativo			Passivo		
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	4	21.959	Impostos, taxas e contribuições a recolher	21 e 22	368
Impostos, taxas e contribuições a recuperar	8 e 9	28.515	Outros passivos		10.708
Outros ativos		166	Total do passivo circulante		11.076
Total do ativo circulante		50.640			
			Não circulante		
Não circulante			Provisão para processos judiciais e administrativos	24	36.850
Depósitos judiciais	12	72.346	Outros passivos		29.752
Outros ativos		1.254	Total do passivo não circulante		66.602
			Patrimônio Líquido		
Ágio (1)		308.761	Capital social	25	1.719
Total do ativo não circulante		382.361	Reservas	25	353.604
			Total do patrimônio líquido		355.323
Total do ativo		433.001	Total do passivo e do patrimônio líquido		433.001

(1) O Ágio incorporado possui a seguinte composição:

Ágio rentabilidade futura (nota 15)	367.571
Mais valia de passivos (provisão para processos judiciais) em combinação de negócios (nota 24)	(89.106)
Imposto de renda diferido sobre mais valia	30.296
	308.761

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação Em 31 de março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

2. Base de preparação e apresentação das informações trimestrais individuais e consolidadas

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as delib erações emitidas pela CVM e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das informações trimestrais, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 - Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, na preparação das suas informações trimestrais. Desta forma, as informações relevantes próprias das informações trimestrais estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas informações trimestrais estão definidas abaixo e/ou apresentadas em suas respectivas notas explicativas. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

a. <u>Critérios gerais de elaboração e divulgação</u>

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos financeiros derivativos) mensurados ao valor justo.

Ativos e passivos são classificados conforme seu grau de liquidez e exigibilidade. Os mesmos são classificados como circulantes quando for provável que sua realização ou liquidação ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes. Exceção a este procedimento está relacionada aos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos (ativos e passivos) e passivos contingentes que estão classificados integralmente no longo prazo.

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das informações trimestrais.

Os juros pagos são classificados como fluxo de caixa de financiamentos na demonstração dos fluxos de caixa pois representam custos de obtenção de recursos financeiros.

b. <u>Moeda funcional e moeda de apresentação</u>

A moeda de apresentação das informações trimestrais é o Real (R\$), que também é a moeda funcional da Companhia.

Transações em moeda estrangeira são reconhecidas pela taxa de câmbio na data da transação. Itens monetários em moeda estrangeira são convertidos para o Real pela taxa de câmbio na data do balanço, informada pelo Banco Central do Brasil. Os ganhos e as perdas cambiais atrelados a estes itens são registrados na demonstração do resultado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação Em 31 de março de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

c. <u>Informações por segmentos</u>

Segmentos operacionais são componentes da entidade que desenvolvem atividades de negócio das quais pode obter-se receitas e incorrer em despesas. Seus resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da entidade, que toma as decisões sobre alocação de recursos e avalia o desempenho do segmento. Para a existência do segmento, é necessário haver informação financeira individualizada do mesmo.

O principal tomador de decisões operacionais na Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação periódica de desempenho, é a Diretoria-Executiva, que, juntamente com o Conselho de Administração, são responsáveis pela tomada das decisões estratégicas da Companhia e por sua gestão.

A estratégia do Grupo é focada na otimização dos resultados, sendo que a partir da reorganização societária mencionada na Nota 1, todas as atividades operacionais do Grupo estão concentradas exclusivamente na TIM S.A.. Apesar de haver atividades diversas, os tomadores de decisão entendem que a Companhia representa apenas um segmento de negócio e não contemplam estratégias específicas voltadas apenas para uma linha de serviço. Todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são efetuadas em bases consolidadas. O objetivo é sempre maximizar o resultado consolidado obtido pela exploração das licenças de SMP, STFC e SCM.

d. <u>Procedimentos de consolidação</u>

Controladas são todas as entidades nas quais o Grupo detém o controle. O Grupo controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

É utilizado o método de contabilização de compra (purchase accounting) para registrar a aquisição de controladas pelo Grupo. O custo de aquisição é mensurado como o valor justo dos ativos adquiridos, dos instrumentos patrimoniais (ex.: ações) emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos pelo adquirente na data da troca de controle. Os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição, independentemente da proporção de qualquer participação minoritária. O excedente do custo de aquisição, que ultrapassa o valor justo da participação do Grupo nos ativos líquidos identificáveis adquiridos, é registrado como ágio. Se o custo da aquisição for menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado, como receita após proceder-se a uma revisão dos conceitos e cálculos aplicados.

As operações entre as empresas do Grupo, bem como os saldos, os ganhos e as perdas não realizados nessas operações, são eliminados. A data-base das informações financeiras utilizadas para consolidação é a mesma em todas as empresas do Grupo.

Os saldos consolidados comparativos para mar/2020 não foram apresentados, uma vez que a subsidiária FiberCo foi constituída apenas em dezembro de 2020. Não existindo assim saldos consolidados em março de 2020.

e. <u>Aprovação das informações trimestrais</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação Em 31 de março de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

As presentes informações trimestrais foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 5 de maio de 2021.

f. <u>Novas normas, alterações e interpretações de normas</u>

As seguintes novas normas/alterações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo *International Accounting Standards Board (IASB*), estão em vigor para o exercício findo em 31 de março de 2021.

Alterações ao CPC 15 (R1): Definição de negócios

As alterações do CPC 15 (R1) esclarecem que, para ser considerado um negócio, um conjunto integrado de atividades e ativos deve incluir, no mínimo, um input - entrada de recursos e um processo substantivo que, juntos, contribuam significativamente para a capacidade de gerar output - saída de recursos. Além disso, esclareceu que um negócio pode existir sem incluir todos os inputs - entradas de recursos e processos necessários para criar outputs - saída de recursos. Essas alterações não tiveram impacto sobre as informações trimestrais individuais e consolidadas da Companhia, mas podem impactar períodos futuros caso o Grupo ingresse em quaisquer combinações de negócios.

• Alterações no CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência.

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38, CPC 48 e CPC 40, fornecem isenções que se aplicam a todas as relações de proteção diretamente afetadas pela reforma de referência da taxa de juros. Uma relação de proteção é diretamente afetada se a reforma suscitar incertezas sobre o período ou o valor dos fluxos de caixa baseados na taxa de juros de referência do item objeto de hedge ou do instrumento de hedge. Essas alterações não têm impacto nas informações trimestrais individuais e consolidadas da Companhia, uma vez que este não possui relações de hedge de taxas de juros.

• Alterações no CPC 26 (R1) e CPC 23: Definição de material

As alterações fornecem uma nova definição de material que afirma, "a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade". As alterações esclarecem que a materialidade dependerá da natureza ou magnitude de informação, individualmente ou em combinação com outras informações, no contexto das demonstrações financeiras. Uma informação distorcida é material se poderia ser razoavelmente esperado que influencie as decisões tomadas pelos usuários primários. Essas alterações não tiveram impacto sobre as informações trimestrais individuais e consolidadas, nem se espera que haja algum impacto futuro para a Companhia.

• Revisão no CPC 00 (R2): Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro

O pronunciamento revisado traz alguns novos conceitos, fornece definições atualizadas e critérios de reconhecimento para ativos e passivos e esclarece alguns conceitos importantes. Essas alterações não tiveram impacto nas informações trimestrais individuais e consolidadas da Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação Em 31 de março de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

 Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento.

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19.

Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

As seguintes novas normas foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e pelo *International Accounting Standards Board (IASB*), mas não estão em vigor para o exercício findo em 31 de março de 2021.

• CPC 11 - Contratos de seguro

Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 - Contratos de Seguro (norma ainda não emitida pelo CPC no Brasil, mas que será codificada como CPC 50 - Contratos de Seguro e substituirá o CPC 11 - Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Assim que entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituirá a IFRS 4 - Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por:

- Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável).
- Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 vigora para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17.

Essa norma não se aplica a Companhia.

• Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante

Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação Em 31 de março de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- O que significa um direito de postergar a liquidação;
- Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação
- Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente.

Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

Impactos COVID - 19

Desde março de 2020 foi decretado estado de pandemia pela Organização Mundial de Saúde devido ao surto do Coronavirus 2019 (COVID-19), os principais impactos e primeiros casos foram contabilizados no Brasil e no mundo também do primeiro trimestre de 2020.

O surto de COVID-19 se desenvolveu rapidamente em 2020 e se prolonga até 2021 e as medidas tomadas para conter o vírus afetaram muito a atividade econômica, incluindo alguns impactos nos resultados operacionais e nos fluxos de caixa das Companhias no Brasil. Ao longo de 2020, foi decretado o lockdown em vários estados do Brasil que durou de março a junho de 2020.

Em 2021, houve o agravamento da crise com aumento do número de casos, consequentemente, a necessidade de novas medidas de restrição dentre elas o fechamento do comercio impactando o funcionamento das lojas, essas restrições foram implementadas principalmente no mês de março em diferentes cidades do Brasil.

No ano de 2020, a Companhia apresentou uma infraestrutura robusta sendo parte de um segmento extremamente importante neste período de crise, essencial para a população, governo e sistema de saúde. Após análise interna, não houve indicação de redução ao valor recuperável de ativos ou riscos associados ao cumprimento de obrigações, uma vez que a Companhia não é altamente alavancada e ainda possui linhas de crédito disponíveis para serem utilizadas em caso de redução significativa do volume de caixa.

Em 2021, até o momento, não sofremos nenhum impacto material em nossas operações, a Companhia continua a apresentar resultados positivos sendo o principal impacto das medidas de restrição verificado na linha de venda de produtos devido ao fechamento das lojas.

Continuamos avaliando as respostas governamentais como o avanço da vacinação e o desempenho econômico e acreditamos que uma desaceleração prolongada nas condições econômicas locais, regionais ou globais, pode vir a afetar os negócios da Companhia no futuro.

3. Estimativas e julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis da Companhia

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados. Os mesmos baseiam-se na experiência histórica da Companhia e em outros fatores, tais como as expectativas de eventos futuros, considerando as circunstâncias presentes na data-base das informações trimestrais.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação Em 31 de março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para os próximos exercícios financeiros, estão contempladas a seguir.

(a) Perda por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e/ou o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado.

Eventuais atividades de reorganização com as quais a Companhia não esteja comprometida na database de apresentação das informações trimestrais ou investimentos futuros significativos que possa melhorar a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste são excluídos para fins de teste de impairment.

Os principais ativos não financeiros para os quais foi feita esta avaliação são os ágios fundamentados em rentabilidade futura registrados pela Companhia (nota 15) e seus ativos tangíveis.

(b) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

O imposto de renda e a contribuição social (corrente e diferido) são calculados de acordo com interpretações da legislação em vigor e o CPC 32 / IAS 12. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças temporárias. Em particular, o crédito fiscal diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias é reconhecido na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e possa ser utilizado. A mensuração da recuperabilidade do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias leva em consideração o histórico de lucro tributável, bem como a estimativa de lucro tributável futuro (nota 10).

(c) Provisão para processos judiciais e administrativos

Os processos judiciais e administrativos são analisados pela Administração em conjunto com seus assessores jurídicos (internos e externos). A Companhia considera em suas análises fatores como hierarquia das leis, jurisprudências disponíveis, decisões mais recentes nos tribunais, sua relevância no ordenamento jurídico e histórico de pagamentos. Essas avaliações envolvem julgamento da Administração (nota 24).

(d) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo são mensurados através de técnicas de avaliação que consideram dados observáveis ou derivados de dados observáveis no mercado (nota 36).

(e) Receitas de tráfego não faturadas – "unbilled revenues"

Como algumas datas de corte para faturamento ocorrem em datas intermediárias dentro dos meses do ano, ao final de cada mês existem receitas já auferidas pela Companhia, mas não efetivamente

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação Em 31 de março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

faturadas a seus clientes. Estas receitas não faturadas são registradas com base em estimativa, que leva em consideração dados de consumo, número de dias transcorridos desde a última data de faturamento, entre outros (nota 27).

(f) Arrendamento mercantil

A Companhia possui quantidade significativa de contratos de arrendamento no qual atua como arrendatária, sendo que com a adoção da norma contábil do IFRS 16 / CPC 06 (R2) – Arrendamento mercantil, em 01/01/2019, determinados julgamentos foram exercidos pela administração da Companhia na mensuração do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso, tais como: (i) estimativa do prazo de arrendamento, considerando período não cancelável e os períodos cobertos por opções de extensão do prazo do contrato, quando o exercício depende apenas da Companhia e esse exercício é razoavelmente certo; (ii) utilização de determinadas premissas para calcular a taxa de desconto.

A Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa de incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação arrendamento, considerando período não cancelável e os períodos cobertos por opções de extensão do prazo do contrato. A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos da Companhia (como o custo da dívida).

4. Caixa e equivalentes de caixa

São ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

A Administração da Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

	Controladora		Conso	lidado
	03/2021	12/2020	03/2021	12/2020
Caixa e bancos	76.911	100.008	76.912	100.009
Aplicações financeiras de livre disponibilidade:				
CDB/Compromissadas	2.639.628	2.475.282	2.639.628	2.475.282
	2.716.539	2.575.290	2.716.540	2.575.291

Os Certificados de Depósitos Bancários ("CDBs") e Operações Compromissadas são títulos nominativos emitidos por bancos e vendidos ao público como forma de captação de recursos. Tais títulos podem ser negociados durante o prazo contratado, a qualquer momento, sem perda significativa em seu valor e são utilizados para o cumprimento das obrigações de curto prazo pela Companhia.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação Em 31 de março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A remuneração média anual das aplicações da Companhia referente aos CDB's e Operações Compromissadas é de 101,37% (101,24% em 31 de dezembro de 2020) da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

5. Títulos e Valores mobiliários

Os saldos em 31 de março de 2021, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados.

	03/2021	12/2020
FUNCINE (1)	7.034	7.061
Fundo Soberano (2)	3.372	5.220
FIC: (3)		
Títulos Públicos (3)	998.872	1.345.797
CDB (4)	14.896	17.370
Letra Financeira ⁽⁵⁾	256.573	292.500
Outros (6)	328.264	409.551
	1.609.011	2.077.499
Parcela circulante	(1.601.977)	(2.070.438)
Parcela não circulante	7.034	7.061

- (1) A partir de dezembro de 2017, a Companhia, com o objetivo de utilizar benefício fiscal de dedutibilidade para fins de imposto de renda e contribuição social, passou a investir no Fundo de Financiamento da Indústria Cinematográfica Nacional (FUNCINE). A remuneração média em 2021 é negativa em 0,13% (negativa em 3,34% em 31 de dezembro de 2020).
- (2) O Fundo Soberano é composto apenas de títulos públicos federais. A remuneração média em 2021 é de 86,54% (87,71% em 31 de dezembro de 2020) da variação do Certificado de Depósito Interbancário CDI.
- (3) Em agosto de 2017, a Companhia investiu em FIC's abertos (Fundo de Investimento em Cotas). Os Fundos são compostos em sua maioria por títulos públicos e papéis de instituições financeiras de primeira linha. A remuneração média em 2021 dos FIC's foi de 119,84% (112,72% em 31 de dezembro de 2020) da variação do Certificado de Depósito Interbancário CDI. Títulos públicos são instrumentos financeiros de renda fixa emitidos pelo Tesouro Nacional para financiar as atividades do Governo Federal.
- (4) As operações CDB são títulos emitidos pelos bancos com o compromisso de recompra do título por parte do próprio banco e com taxas predeterminadas.
- (5) A Letra Financeira (LF) é um título de renda fixa emitido por instituições financeiras com a finalidade de captar recursos de longo prazo.
- (6) Está representado por: Debêntures, FIDC, Notas Comerciais, Notas Promissórias, Cédula de Crédito Bancário.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação Em 31 de março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

6. Conta a receber de clientes

Os saldos em 31 de março de 2021, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados.

São ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado e se referem as contas a receber dos usuários dos serviços de telecomunicações, de uso de rede (interconexão) e de venda de aparelhos e acessórios. As contas a receber são registradas pelos preços praticados na data da transação. Os saldos de contas a receber incluem, também, serviços prestados e não faturados até a data dos balanços ("unbilled"). As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas de créditos esperada ("impairment").

A provisão para perdas de créditos esperada foi reconhecida como redução das contas a receber, com base no perfil da carteira de assinantes, idade das contas vencidas, conjuntura econômica, riscos envolvidos em cada caso e pela curva de arrecadação, em montante considerado suficiente, ajustadas a fim de refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidarem os recebíveis.

O valor justo das contas a receber de clientes se aproxima ao valor contábil registrado em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

A taxa média considerada no cálculo do valor presente do contas a receber registrado no longo prazo é de 0,22% (0,22% em 31 de dezembro de 2020).

	03/2021	12/2020
Contas a receber de clientes	2.929.001	3.180.661
Contas a receber bruta	3.613.037	3.831.921
Serviços faturados	1.911.131	2.039.403
Serviços a faturar ("unbilled")	813.342	817.669
Uso de rede	416.512	399.083
Venda de mercadorias	451.652	552.962
Ativo contratual (nota 23)	12.510	14.914
Outras contas a receber	7.890	7.890
Perdas por crédito de liquidação esperada	(684.036)	(651.260)
Parcela circulante	(2.818.446)	(3.051.834)
Parcela não circulante	110.555	128.827

A movimentação da provisão para perda por créditos de liquidação esperada, contabilizadas como conta redutora de ativo, foi como seque:

	03/2021	12/2020
	(3 meses)	(12 meses)
Saldo inicial	651.260	774.077
Constituição de provisão	123.493	552.817
Baixas de Provisão	(90.717)	(675.634)
Saldo Final	684.036	651.260

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação Em 31 de março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A idade das contas a receber apresenta-se como segue:

	03/2021	12/2020
Total	3.613.037	3.831.921
A vencer	2.549.427	2.785.469
Vencidos até 30 dias	269.724	248.955
Vencidos até 60 dias	105.132	84.218
Vencidos até 90 dias	84.802	71.635
Vencidos a mais de 90 dias	603.952	641.644

7. Estoques

Os saldos em 31 de março de 2021, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados.

Estoques são apresentados ao custo médio de aquisição. Uma perda é reconhecida para ajustar o custo de aparelhos e acessórios ao valor líquido realizável (valor de venda), quando este valor for menor que o custo médio de aquisição.

	03/2021	12/2020
Total Estoques	301.008	246.602
Estoques	312.549	257.477
Aparelhos celulares e tablets	233.827	186.961
Acessórios e cartões pré-pagos	55.741	55.558
TIM chips	22.981	14.958
Perdas para ajuste ao valor de realização	(11.541)	(10.875)

8. Impostos, taxas e contribuições indiretos a recuperar

Os saldos em 31 de março de 2021, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados.

	03/2021	12/2020
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recuperar	1.238.836	1.230.801
ICMS	1.196.032	1.188.018
Outros	42.804	42.783
Parcela circulante	(449.416)	(374.015)
Parcela não circulante	789.420	856.786

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação Em 31 de março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Os valores de ICMS (Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços) a recuperar são compostos principalmente:

- (i) pelos créditos sobre as aquisições de ativo imobilizado diretamente relacionadas à prestação de serviço de telecomunicações (crédito parcelado em 48 meses).
- (ii) por valores de ICMS recolhidos sob o regime de substituição tributária das operações relacionadas às mercadorias adquiridas para revenda, principalmente os aparelhos celulares, *chips, tablets e modems* comercializados pela TIM.

9. Impostos, taxas e contribuições diretos a recuperar

Os saldos em 31 de março de 2021, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados.

	03/2021	12/2020
Impostos, taxas e contribuições diretos a recuperar	2.297.459	2.698.239
Imposto de renda e contribuição social (i)	262.264	381.905
PIS / COFINS (ii)	1.968.592	2.253.545
Outros	66.603	62.789
Parcela circulante	(1.240.215)	(1.421.112)
Parcela não circulante	1.057.244	1.277.127

- (i) Os valores de imposto de renda e contribuição social estão substancialmente relacionados com: (a) antecipações realizadas ao longo do período cuja utilização dar-se-á no encerramento do exercício corrente e eventual saldo no próximo exercício; e (b) outros créditos de imposto de renda e contribuição social de anos anteriores, cujo atual prazo estimado para utilização é posterior a 12 meses.
- (ii) Os valores de PIS/COFINS a recuperar referem-se, principalmente, aos créditos oriundos de processos judiciais de titularidade da TIM Celular S.A. (incorporadas em último nível pela TIM S.A.), bem como da própria TIM S.A., com decisão definitiva favorável em Tribunais Superiores que discutiam a exclusão do ICMS da base de cálculo das contribuições do PIS e da COFINS. De acordo com a avaliação interna da Companhia, esperamos utilizar tais créditos até o final do ano de 2022.

Em março de 2017, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu a inconstitucionalidade da inclusão do montante apurado de ICMS na base de cálculo das contribuições para o PIS e para a COFINS. A TIM S.A. (anterior denominação da Intelig Telecomunicações Ltda.), na condição de incorporadora da TIM Celular S.A. e demais entidades existentes no Grupo no passado, titulares de processos de mesma natureza, discute este tema judicialmente desde 2006, retroagindo tais efeitos em 5 anos, conforme lhe é permitido pela legislação. O valor total registrado em 2019 referente a esses créditos foi de R\$3.023 milhões, sendo R\$1.795 de principal e R\$1.228 milhões de atualizações monetária.

Os valores contabilizados são atualizados mensalmente pela taxa de juros equivalente à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic), disponibilizada no site da Receita Federal do Brasil.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação Em 31 de março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Em 2020, a TIM efetuou declarações de compensação com créditos oriundos do processo de exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS, para pagamentos de tributos federais, no valor total de R\$ 1.516 milhões. Já no 1º trimestre de 2021, foram efetuadas compensações no total de R\$ 275 milhões com os referidos créditos de PIS e COFINS.

Em março de 2021, após utilização de parte do estoque de créditos da TIM S.A., no total de R\$ 1.853 milhões, encontram-se registrados os montantes de R\$ 1.270 milhões, sendo R\$ 825 milhões de principal e R\$ 445 milhões de atualização monetária.

10. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos em 31 de março de 2021, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre (1) os prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social acumulados e (2) as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas informações trimestrais. O imposto de renda diferido é determinado usando-se alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, até a data do balanço. Mudanças posteriores nas alíquotas de imposto ou na legislação fiscal podem alterar os valores dos saldos de impostos diferidos, tanto ativos como passivos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente sob a hipótese de histórico de lucratividade e/ou quando as projeções anualmente preparadas pela Companhia, examinadas pelo Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria Estatutário, e aprovadas pelos demais órgãos da Administração, indiquem que seja provável a realização futura de tais créditos fiscais.

Os saldos de impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo valor líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades, em geral são apresentados em separado, e não pelo saldo líquido.

Em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020, as alíquotas vigentes foram de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. Os saldos de prejuízo fiscal e de base negativa da contribuição social sobre os lucros não têm prazo de prescrição e podem ser compensados até o limite de 30% do lucro fiscal apurado a cada exercício, conforme legislação fiscal vigente.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação Em 31 de março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Os valores contabilmente registrados são os seguintes:

	03/2021	12/2020
Prejuízo fiscal e Base negativa de contribuição social	448.771	475.128
Diferenças temporárias:		
Provisão para processos judiciais e administrativos	310.938	303.948
Perdas por créditos de liquidação duvidosa	236.175	224.459
Ajuste a valor presente – licença 3G	4.754	5.240
Aluguel Infraestrutura LT Amazonas	30.573	29.971
Provisão para participação dos empregados	47.917	36.915
Tributos com exigibilidade suspensa (1)	298.152	258.246
Ágio amortizado – TIM Fiber	(370.494)	(370.494)
Instrumentos financeiros derivativos (3)	(217.187)	(154.718)
Juros capitalizados 4G	(255.314)	(262.608)
Custo atribuído – TIM S.A.	(51.012)	(53.792)
Ajustes norma IFRS16	313.958	303.833
Depreciação acelerada (2)	(331.608)	(266.464)
Outros	19.957	20.982
	485.580	550.646
Parcela imposto ativo diferido	485.580	550.646

- 1) Representada principalmente pela taxa Fistel, referente aos exercícios de 2020 e 2021, cujo início do seu pagamento foi postergado, com base na Medida Provisória no. 952, de 15 de abril de 2020.
- (2) A partir do 1º trimestre de 2020, a TIM S.A. exclui das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL, a parcela de aceleração da depreciação de bens móveis integrantes do ativo imobilizado, em razão de sua utilização ininterrupta em três turnos de funcionamento, suportada por laudo pericial técnico, conforme previsto no artigo 323, do RIR/2018, ou pela adequação à depreciação fiscal prevista na Instrução Normativa RFB nº 1.700/2017. Referido ajuste fiscal gerou um passivo diferido de R\$ 331,6 milhões até 31 de março de 2021(R\$ 266,5 milhões até 31 de dezembro de 2020) e foi aplicado a partir de 1 de janeiro de 2020.
- (3) Em 2020, foram constituídos R\$ 53 milhões de passivo fiscal diferido sobre o ganho decorrente da marcação a mercado da opção de subscrição de ações referente a parceria do Banco C6 (nota 36).

Expectativa de recuperação de créditos tributários

As estimativas de recuperação dos créditos tributários foram calculadas levando-se em consideração premissas financeiras e de negócios disponíveis em 31 de março de 2021.

Com base nestas projeções, a Companhia possui a sequinte expectativa de recuperação dos créditos:

Imposto de renda e contribuição social diferidos	Prejuízos Fiscais e Base Negativa	Diferenças temporárias	
2021	157.080	475.448	
2022	241.402	(42.880)	
2023	50.289	(77.202)	
2024 em diante	-	(318.557)	
Total	448.771	36.809	485.580

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação Em 31 de março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A Companhia com base em histórico de lucratividade e fundamentada em projeções de resultados tributáveis futuros, constitui créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a totalidade de seus prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias.

A Companhia utilizou créditos oriundos de base negativa de contribuição social no montante de R\$26.357 durante o trimestre findo em 31 de março de 2021 (R\$325.583 em 31 de dezembro de 2020, incluindo prejuízos fiscais).

11. Despesas antecipadas

Os saldos em 31 de março de 2021, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados.

	03/2021	12/2020
	323.991	223.394
Fistel (1)	54.690	-
Propagandas não veiculadas	12.992	1.679
Aluguéis e seguros	74.493	69.208
Custos incrementais para obtenção de contratos de clientes (2)	130.190	125.114
Outros	51.626	27.393
Parcela circulante	(242.571)	(149.796)
Parcela não circulante	81.420	73.598

- (1) A taxa Fistel é apropriada mensalmente ao resultado.
- (2) Está substancialmente representado pelos custos incrementais relacionados com comissões de vendas pagas a parceiros para obtenção de contratos de clientes decorrentes da adoção do IFRS 15/ CPC 47, os quais são diferidos ao resultado em conformidade com o prazo do contrato e/ou benefício econômico, usualmente de 1 a 2 anos.

12. Depósitos judiciais

Os saldos em 31 de março de 2021, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados.

São registrados ao custo histórico e atualizados conforme a legislação vigente.

	03/2021	12/2020
	780.965	794.755
Cível	295.491	315.312
Trabalhista	143.350	149.390
Tributário	181.994	181.670
Regulatório	111	111
Penhora Online (*)	160.019	148.272

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação Em 31 de março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(*) Referem-se a bloqueios judiciais diretamente nas contas correntes e aplicações financeiras da Companhia vinculadas a determinados processos judiciais. Esse montante é analisado periodicamente e quando identificado é feita a reclassificação para uma das demais contas específicas da rubrica de depósitos judiciais

Cível

Tratam-se de valores depositados em juízo para garantia de execuções em processos cíveis cujos valores estão sendo discutidos judicialmente pela Companhia. Tais processos, em sua maioria, referem-se a ações judiciais movidas por clientes, envolvendo questões de direito do consumidor, dentre outros.

Existem alguns processos com matérias diferenciadas, em que se discute o valor fixado pela ANATEL para desocupação de determinadas subfaixas de transmissão, viabilizando a implementação da tecnologia 4G. Neste caso, o valor depositado atualizado em juízo em discussão é de R\$70.777 (R\$ 70.560 em 31 de dezembro de 2020).

Trabalhista

Trata-se de valores depositados em juízo referentes a garantias a execução efetuada e depósitos para interposição dos recursos cabíveis, nos quais ainda há a discussão nos autos sobre a matéria ou valores devidos. O montante está distribuído entre diversos processos movidos por empregados próprios e terceiros prestadores de serviços.

A redução se deve substancialmente pelo encerramento de diversos processos judiciais compensados pelos depósitos judiciais correspondentes.

Tributário

A Companhia possui depósitos judiciais, relativos à matéria tributária, realizados para suportar diversas discussões judiciais em curso. Tais depósitos referem-se, principalmente, às seguintes discussões:

- (a) Aproveitamento de crédito na aquisição de energia elétrica diretamente empregada no processo produtivo das companhias, matéria com viés positivo no judiciário. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 35.082 (R\$ 34.544 em 31 de dezembro de 2020).
- (b) Incidência da CPMF sobre operações de conversão de empréstimos em capital próprio da Companhia; reconhecimento do direito ao não recolhimento da contribuição supostamente incidente sobre a simples mudança de titularidade de contas correntes em razão de incorporação. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 8.885 (R\$ 8.862 em 31 de dezembro de 2020).
- (c) Constitucionalidade da cobrança da Taxa de Fiscalização do Funcionamento (TFF) por autoridades municipais de localidades diversas. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 19.096 (R\$ 18.883 em 31 de dezembro de 2020).
- (d) Não homologação de compensação de débitos federais com créditos de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) pela suposta insuficiência de créditos, bem como o depósito realizado para fins de liberação de Certidão Negativa de Débitos. O valor atualizado dos

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação Em 31 de março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 11.052 (R\$ 11.317 em 31 de dezembro de 2020).

- (e) Incidência de ISS sobre serviços de importação e de terceiros; suposta falta de recolhimento relativamente à limpeza de terreno e serviço de manutenção de ERB (Estação Rádio Base), ao ISS próprio, ao ISS incidente sobre serviços de *Co-billing* e no licenciamento de software (*blackberry*). Garantia do direito de aproveitamento do benefício da denúncia espontânea e busca pelo afastamento das multas confiscatórias no caso de pagamento em atraso. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 7.866 (R\$ 7.843 em 31 de dezembro de 2020).
- (f) Serviços acessórios previstos no Convênio 69/98 ICMS incidente sobre prestações de serviços de comunicação dos valores cobrados a título de acesso, adesão, ativação, habilitação, disponibilidade, assinatura e utilização dos serviços, dentre outros. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 3.338 (R\$ 3.329 em 31 de dezembro de 2020).
- (g) Exigência pela ANATEL do Preço Público Relativo à Administração dos Recursos de Numeração. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 3.521 (R\$ 3.514 em 31 de dezembro de 2020).
- (h) Depósito realizado pela TIM S.A Inconstitucionalidade e ilegalidade da cobrança do FUST (Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações). Pleito pelo reconhecimento do direito de não recolher FUST, deixando de incluir em sua base de cálculo as receitas transferidas a título de interconexão e EILD (Exploração Industrial de Linha Dedicada), bem como pelo direito de não sofrer a cobrança retroativa das diferenças apuradas em função de não observar a súmula 7/2005 da ANATEL. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 60.455 (R\$ 58.664 em 31 de dezembro de 2020).
- (i) ICMS Diversos. Depósitos realizados em diversos processos que discutem cobranças de ICMS, principalmente relacionados a discussões sobre comodato, DIFAL, serviços isentos e não tributados, CIAP e Convênio 39. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 3.229 (R\$ 14.505 em 31 de dezembro de 2020).
- (j) CSLL Cobranças referentes a casos do Jornal do Brasil que foram direcionados à empresa, assim como cobrança referente a compensação BC Negativa / Prejuízo Fiscal sucedida. O valor atualizado dos depósitos referentes a essa discussão é de R\$ 11.052 (R\$ 9.739 em 31 de dezembro de 2020).

13. Investimento

A participação societária em controlada é avaliada pelo método de equivalência patrimonial.

O Conselho de Administração da TIM, após a análise dos estudos realizados e das propostas nãovinculantes recebidas, aprovou, em reunião realizada em 10 de dezembro de 2020, a constituição da FiberCo Soluções de Infraestrutura Ltda. ("FiberCo"), uma sociedade limitada, como preparação para uma possível (ou eventual) segregação de ativos e prestação de serviços de infraestrutura de fibra ótica residencial. A empresa foi constituída em 16 de dezembro de 2020.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação Em 31 de março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Tal processo é uma das etapas intermediárias da transformação da TIM na prestação dos serviços de banda larga, e objetiva a criação de um veículo aberto de infraestrutura de fibra ótica ("FiberCo") com a captação de um parceiro estratégico que se tornará sócio da FiberCo. A FiberCo atuará no mercado de atacado podendo prover serviços de conectividade em fibra, de última milha e de transporte, para as operadoras do mercado, contando com a TIM como cliente.

(a) Participação em empresa controlada:

03/2021	12/2020
FiberCo	FiberCo
-	-
100%	100%
(76)	1
(77)	-
(77)	-
(76)	1
	FiberCo 100% (76) (77)

Conforme IAS 28 / CPC 18, o prejuízo que excedeu ao valor investido, foi reclassificado para a rubrica outros passivos, no passivo não circulante, no montante de R\$76.

14. Imobilizado

Os saldos em 31 de março de 2021, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados.

O imobilizado é demonstrado pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada e de provisão para *impairment* (esta última, se aplicável). A depreciação é calculada pelo método linear, por prazos que levam em consideração a expectativa de vida útil dos bens e seu valor residual. Em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020 a Companhia não apresenta indicativos de *impairment* em seu ativo imobilizado.

Os custos estimados na desmontagem de torres e equipamentos em imóveis alugados são capitalizados e depreciados pelo prazo estimado de utilização. A Companhia reconhece no imobilizado, em contrapartida ao passivo "provisão para futura desmobilização de ativos", o valor presente destes custos. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação entre os valores destas alienações e o valor contábil no momento da transação e são reconhecidos em "outras despesas (receitas) operacionais, líquidas", na demonstração do resultado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação Em 31 de março de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

• Movimentação do imobilizado

	Saldo em dez/20	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em mar/21
Total do Custo do Imobilizado Bruto	47.429.167	1.411.908	(1.889.802)	-	46.951.273
Equipamentos de comutação / transmissão	25.875.916	10.191	(1.638.327)	1.037.521	25.285.301
Cabos de fibra ótica	878.100	-	-	3.655	881.755
Aparelhos em comodato	2.643.336	260	(1.110)	41.176	2.683.662
Infraestrutura	6.436.572	-	(98.762)	90.436	6.428.246
Bens de informática	1.770.386	-	(32.855)	10.064	1.747.595
Bens de uso geral	902.287	-	(31.561)	10.781	881.507
Direito de uso em arrendamentos	8.367.895	254.564	(87.019)	-	8.535.440
Terrenos	40.794	-	-	-	40.794
Obras em andamento	513.881	1.146.893	(168)	(1.193.633)	466.973
	-				-
Total Depreciação Acumulada	(29.328.469)	(979.966)	1.799.870	-	(28.508.565)
Equipamentos de comutação / transmissão	(18.130.526)	(502.448)	1.636.883	-	(16.996.091)
Cabos de fibra ótica	(482.613)	(17.989)	-	-	(500.602)
Aparelhos em comodato	(2.398.217)	(36.201)	102	-	(2.434.316)
Infraestrutura	(4.018.854)	(103.874)	98.664	-	(4.024.064)
Bens de informática	(1.617.970)	(15.458)	32.901	-	(1.600.527)
Bens de uso geral	(637.903)	(12.155)	31.320	-	(618.738)
Direito de uso em arrendamentos	(2.042.386)	(291.841)	-	-	(2.334.227)
Total Imobilizado líquido	18.100.698	431.942	(89.932)	-	18.442.708
Equipamentos de comutação / transmissão	7.745.390	(492.257)	(1.444)	1.037.521	8.289.210
Cabos de fibra ótica	395.487	(17.989)	-	3.655	381.153
Aparelhos em comodato	245.119	(35.941)	(1.008)	41.176	249.346
Infraestrutura	2.417.718	(103.874)	(98)	90.436	2.404.182
Bens de informática	152.416	(15.458)	46	10.064	147.068
Bens de uso geral	264.384	(12.155)	(241)	10.781	262.769
Direito de uso em arrendamentos	6.325.509	(37.277)	(87.019)	-	6.201.213
Terrenos	40.794	-	-	-	40.794
Obras em andamento	513.881	1.146.893	(168)	(1.193.633)	466.973

As baixas de ativos tangíveis no período, com exceção do direito de uso, incluem ajustes de inventário para bens que estavam totalmente depreciados com impacto líquido de R\$2,9 milhões.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação Em 31 de março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Consolidado

	Saldo em dez/19	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em mar/20
Total do Custo do Imobilizado Bruto	43.353.099	1.197.357	(61.075)	-	44.489.381
Equipamentos de comutação / transmissão	22.812.029	-	(56.397)	723.995	23.479.627
Cabos de fibra ótica	813.589	-	-	20.497	834.086
Aparelhos em comodato	2.489.995	266	(2.202)	32.320	2.520.379
Infraestrutura	6.096.847	-	(1.084)	35.118	6.130.881
Bens de informática	1.721.251	1	(991)	22.558	1.742.819
Bens de uso geral	859.505	1	(104)	13.871	873.273
Direito de uso em arrendamentos	6.933.416	638.094	-	-	7.571.510
Terrenos	40.794	-	-	-	40.794
Obras em andamento	1.585.673	558.995	(297)	(848.359)	1.296.012
Total Depreciação Acumulada	(25.740.935)	(930.344)	56.084	-	(26.615.195)
Equipamentos de comutação / transmissão	(16.383.561)	(461.700)	53.404	-	(16.791.857)
Cabos de fibra ótica	(410.567)	(17.601)	-	-	(428.168)
Aparelhos em comodato	(2.256.863)	(35.300)	580	-	(2.291.583)
Infraestrutura	(3.593.833)	(107.680)	1.005	-	(3.700.508)
Bens de informática	(1.565.309)	(15.692)	991	-	(1.580.010)
Bens de uso geral	(590.658)	(11.730)	104	-	(602.284)
Direito de uso em arrendamentos	(940.144)	(280.641)	-	-	(1.220.785)
Total Imobilizado líquido	17.612.164	267.013	(4.991)	-	17.874.186
Equipamentos de comutação / transmissão	6.428.468	(461.700)	(2.993)	723.995	6.687.770
Cabos de fibra ótica	403.022	(17.601)	-	20.497	405.918
Aparelhos em comodato	233.132	(35.034)	(1.622)	32.320	228.796
Infraestrutura	2.503.014	(107.680)	(79)	35.118	2.430.373
Bens de informática	155.942	(15.691)	-	22.558	162.809
Bens de uso geral	268.847	(11.729)	-	13.871	270.989
Direito de uso em arrendamentos	5.993.272	357.453	-	-	6.350.725
Terrenos	40.794	-	-	-	40.794
Obras em andamento	1.585.673	558.995	(297)	(848.359)	1.296.012

As obras em andamentos representam o custo dos projetos em andamento relacionados com construções de redes e/ou outros ativos tangíveis no período de sua construção e instalação, até o momento em que entrarem em operação, quando serão transferidas para as contas correspondentes destes bens.

Os direitos de uso em arrendamento, são representados pelos contratos de aluguéis de ativos identificáveis, enquadrados na nova regra do IFRS16 / CPC 06 (R2). Tais direitos referem-se a arrendamentos de infraestrutura de rede, lojas e quiosques, imóveis, terrenos (Rede) e fibra, conforme abaixo:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação Em 31 de março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Direito de uso em arrendamento	Infraestrutura de rede	Lojas & Quiosques e imóveis	Terreno s (Rede)	Fibra	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	3.019.900	400.262	1.500.909	1.404.438	6.325.509
Adições no exercício	69.715	65.842	17.794	101.213	254.564
Remensuração	(25.729)	(30.403)	(10.243)	(20.644)	(87.019)
Depreciação	(121.750)	(25.938)	(50.149)	(94.004)	(291.841)
Saldos em 31 de março de 2021	2.942.136	409.763	1.458.311	1.391.003	6.201.213
Vida útil - %	12,86	22,02	10,03	25,93	

• <u>Taxas de depreciação</u>

	Taxa anual %
Equipamentos de comutação/ transmissão	8 a 14,29
Cabos de fibra ótica	4 a 10
Aparelhos em comodato	14,28 a 50
Infraestrutura	4 a 20
Bens de informática	10 a 20
Bens de uso geral	10 a 20

Em 2020, em conformidade com o IAS 16 / CPC 27, aprovado por Deliberação da CVM, a Companhia realizou avaliações da vida útil aplicada em seus ativos imobilizados e concluiu que não ocorreu nenhuma mudança significativa ou alteração nas circunstâncias em que as estimativas se basearam de forma a justificar mudanças na vida útil utilizada atualmente.

15. Intangível

Os saldos em 31 de março de 2021, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados.

O intangível é mensurado pelo seu custo histórico menos amortização acumulada e provisão para impairment (esta última, se aplicável) e reflete: (i) a compra de autorizações e de direitos de uso de bandas de radiofrequências e (ii) software em uso e/ou desenvolvimento. O intangível também inclui: (i) direito de uso de infraestrutura de outras empresas e (ii) ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill) na aquisição de empresas.

Os encargos de amortização são calculados com base no método linear, ao longo da vida útil estimada dos ativos contratados e prazos das licenças de prestação de serviços. As estimativas da vida útil dos bens integrantes do intangível são revisadas regularmente.

Os encargos financeiros sobre recursos captados genericamente (sem destinação específica), utilizados com propósito de obter um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Dentro deste conceito, tivemos a capitalização de encargos para aquisição da licença 4G e limpeza da frequência da faixa de 700 MHZ adquirida até setembro/19, quando o ativo foi considerado em operação pela

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação Em 31 de março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Administração e a partir desta data, encerrou-se a capitalização de juros e encargos sobre este ativo. Esses custos são amortizados ao longo das vidas úteis estimadas.

Em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020 a Companhia não apresenta indicativos de *impairment* em seus ativos intangíveis de vida útil definida e indefinida.

Os valores das autorizações para exploração do SMP e direitos de uso de radiofrequências, assim como software, ágio e outros são demonstrados como segue.

(a) Movimentação do intangível

	Saldo em dez/20	Adições/ Amortização	Transferências	Saldo em mar/21
<u>Total Custo do Intangível Bruto</u>	31.444.050	241.861	-	31.685.911
Direito de uso de softwares	19.117.515	-	258.065	19.375.580
Autorizações	9.931.248	4.160	2.726	9.938.134
Ágio	1.527.220	-	-	1.527.220
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	177.866	-	-	177.866
Outros ativos	329.626	-	63	329.689
Ativos intangíveis em desenvolvimento	360.575	237.701	(260.854)	337.422
Total Amortização Acumulada	(22.416.975)	(447.816)	-	(22.864.791)
Direito de uso de softwares	(16.378.487)	(303.953)	-	(16.682.440)
Autorizações	(5.816.241)	(135.624)	-	(5.951.865)
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	(67.966)	(2.086)	-	(70.052)
Outros ativos	(154.281)	(6.153)		(160.434)
Total Intangível Líquido	9.027.075	(205.955)	-	8.821.120
Direito de uso de softwares (c)	2.739.028	(303.953)	258.065	2.693.140
Autorizações (f)	4.115.007	(131.464)	2.726	3.986.269
Ágio (d)	1.527.220	-	-	1.527.220
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas (e)	109.900	(2.086)	-	107.814
Outros ativos	175.345	(6.153)	63	169.255
Ativos intangíveis em desenvolvimento	360.575	237.701	(260.854)	337.422

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação Em 31 de março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Saldo em dez/19	Adições/ Amortização	Baixas	Transferências	Saldo em mar/20
Total Custo do Intangível Bruto	29.861.788	344.409	(9)	-	30.206.188
Direito de uso de softwares	18.184.382	-	-	228.838	18.413.220
Autorizações	9.811.794	-	-	11.702	9.823.496
Ágio	1.159.649	-	-	-	1.159.649
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	169.327	-	-	552	169.879
Outros ativos	327.361	-	-	-	327.361
Ativos intangíveis em desenvolvimento	209.275	344.409	(9)	(241.092)	312.583
Total Amortização Acumulada	(20.561.032)	(473.309)	-	-	(21.034.341)
Direito de uso de softwares	(15.093.166)	(329.142)			(15.422.308)
Autorizações	(5.278.413)	(135.949)			(5.414.362)
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas	(60.204)	(1.940)			(62.144)
Outros ativos	(129.249)	(6.278)			(135.527)
<u>Total Intangível Líquido</u>	9.300.756	(128.900)	(9) -	9.171.847
Direito de uso de softwares (c)	3.091.216	(329.142)		- 228.838	2.990.912
Autorizações	4.533.381	(135.949)		- 11.702	4.409.134
Ágio (d)	1.159.649	-			1.159.649
Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas (e)	109.123	(1.940)		- 552	107.735
Outros ativos	198.112	(6.278)			191.834
Ativos intangíveis em desenvolvimento (f)	209.275	344.409	(9) (241.092)	312.583

Os ativos intangíveis em andamento representam o custo dos projetos em andamento relacionados com ativos intangíveis no período de sua configuração e instalação, até o momento em que entrarem em operação, quando serão transferidas para as contas correspondentes destes bens.

(b) <u>Taxas de amortização</u>

	Taxa anual %
Direito de uso de softwares	20
Autorizações	5 a 50
Direito de uso de infraestrutura	5
Outros ativos	7 a 10

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação Em 31 de março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(c) Direito de uso de software

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os critérios de capitalização são atendidos.

Os custos diretamente atribuíveis que são capitalizados como parte do produto software estão relacionados a custos com empregados diretamente alocados em seu desenvolvimento.

(d) Ágios registrados em anos anteriores

A Companhia possui o seguinte ágio fundamentado em expectativa de rentabilidade futura em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

Ágio aquisições de TIM Fiber SP e TIM Fiber RJ – A TIM Celular S.A (incorporada pela Intelig, atual TIM S.A) adquiriu, ao final de 2011, as empresas Eletropaulo Telecomunicações Ltda. (que posteriormente teve sua razão social alterada para TIM Fiber SP Ltda. – "TIM Fiber SP") e AES Communications Rio de Janeiro S.A. (que posteriormente teve sua razão social alterada para TIM Fiber RJ S.A. – "TIM Fiber RJ"). Estas empresas eram prestadoras do SCM nos principais municípios da Grande São Paulo e do Grande Rio de Janeiro, respectivamente.

TIM Fiber SP Ltda. e TIM Fiber RJ S.A. foram incorporadas à TIM Celular S.A. em 29 de agosto de 2012.

A TIM Celular S.A. registrou ágio, de forma definitiva, advindo da compra das empresas TIM Fiber SP e TIM Fiber RJ, no valor total de R\$ 1.159.649.

Em 31 de agosto de 2020, com a incorporação da TIM Participações S.A. pela TIM S.A, a Companhia incorporou os ágios oriundos do acervo líquido da TIM Participações, que foram originados em transações de aquisições conforme descrito abaixo:

<u>Ágio aquisição da "Intelig" pela TIM Participações</u> – O ágio decorrente da aquisição da TIM S.A. (anteriormente "Intelig") em dezembro de 2009 no montante de R\$ 210.015 é representado/fundamentado pela expectativa de rentabilidade futura da Companhia. Sua recuperabilidade é analisada anualmente, através do teste de *impairment*.

<u>Ágio aquisição de participações minoritárias da TIM Sul e TIM Nordeste</u> – A TIM Participações S.A. (incorporada pela TIM S.A em agosto de 2020), adquiriu em 2005 a totalidade das ações junto aos acionistas minoritários da TIM Sul e da TIM Nordeste com ações emitidas pela TIM Participações, convertendo as referidas empresas em controladas integrais. O ágio decorrente desta operação foi de R\$ 157.556.

Teste de impairment

Conforme exigido pela norma contábil, a Companhia realiza anualmente teste de *impairment* para os ágios relacionados às combinações de negócios envolvendo as empresas do Grupo TIM, sendo que a metodologia e premissas utilizadas pela Administração para teste de *impairment* dos ágios acima mencionados está sumarizada a seguir:

A Administração da Companhia entende que a menor unidade geradora de caixa para teste de *impairment* dos ágios na aquisição das empresas anteriormente descritas abrange o negócio a nível consolidado, portanto abrange o grupo consolidado. Essa metodologia está alinhada com o

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação Em 31 de março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

direcionamento estratégico da Companhia. Importante ressaltar que os resultados do grupo são representados essencialmente pela TIM S.A. Deste modo, os resultados da TIM S.A. são o principal gerador de caixa do Grupo TIM, visto que a única empresa operacional atuante no Brasil é a TIM S.A, e por essa razão a Companhia representa uma única unidade geradora de caixa para fins de teste de *impairment* de ativos de vida útil indefinida de acordo com IAS 36 / CPC01.

Em 31 de dezembro de 2020 o teste de *impairment* foi realizado comparando o *carrying amount* com o valor justo menos os custos de descarte do ativo, conforme previsto no IAS 36 / CPC 01.

Para apuração do valor justo foi considerado o nível de hierarquia dentro do qual a mensuração do valor justo do ativo (unidade geradora de caixa) é classificada. Para a Companhia, como existe apenas uma CGU esta foi classificada em sua totalidade como Nível 1, para os custos de alienação consideramos que o mesmo é irrelevante considerando a variação entre o valor justo nível 1 e o carrying amount da unidade geradora de caixa.

O valor justo de instrumentos de Nível 1 compreende instrumentos negociados em mercados ativos e baseados nos preços de mercado cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

Seus títulos são negociados na BOVESPA com código (TIMS3) e possuem um volume regular de negociações que permite a mensuração (Nível 1) como o produto entre o preço cotado para o ativo ou passivo individual e a quantidade detida pela entidade.

A mensuração foi feita com base no valor da ação na data de fechamento do balanço e foram realizados também testes de sensibilidade e em nenhum dos cenários foi identificado nenhum indicativo de *impairment*, sendo o valor justo apurado superior ao *carrying amount*. Portanto sendo o valor justo superior ao *carrying amount*, não se faz necessário o cálculo do valor em uso. Os efeitos da TIM Participações holding (incorporada pela TIM S.A) sobre o valor de *carrying amount* são irrelevantes e também seus efeitos sobre o resultado do Grupo Consolidado. Portanto, os cálculos realizados a nível consolidado contemplam essencialmente os resultados e saldos contábeis da TIM S.A., assim a Administração da Companhia conclui que a utilização da metodologia do valor justo menos custos de vendas é adequada para conclusão da não existência de constituir provisão para *impairment* uma vez que o valor justo menos o custo de venda é superior que o total *carrying amount* da unidade geradora de caixa.

Em 31 de março de 2021, a Companhia efetuou a análise para todos os ativos tangíveis e intangíveis e não identificou quaisquer indicadores de *impairment* e, portanto, não houve necessidade de revisão do teste de *impairment* no período.

(e) Direito de uso de infraestrutura - LT Amazonas

A Companhia assinou contratos de direito de uso de infraestrutura com empresas que exploram linhas de transmissão de energia elétrica na Região Norte do Brasil. Tais contratos enquadraram-se no escopo do IFRIC 4 / ICPC 3 como arrendamentos mercantis financeiros.

Adicionalmente, a Companhia assinou contratos de compartilhamento de infraestrutura de rede com a Telefónica Brasil S.A., também na Região Norte. Nestes, as duas operadoras otimizam recursos e reduzem seus respectivos custos operacionais (nota 16).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação Em 31 de março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(f) <u>Autorizações</u>

Nesta rubrica estão registrados os valores relativos à aquisição do Lote 2 no Leilão da faixa de 700 MHz no montante de R\$ 1.739 milhões, além dos custos relacionados à limpeza da frequência da faixa de 700 MHZ adquirida, que totalizaram R\$ 1.199 milhões, em valores nominais. Por tratar-se de obrigação de longo prazo, o montante a pagar de R\$ 1.199 milhões foi reduzido em R\$ 47 milhões pela aplicação do conceito de ajuste ao valor presente ("AVP").

A licença acima mencionada enquadra-se no conceito de ativo qualificável. Consequentemente, os encargos financeiros sobre recursos captados sem destinação específica, utilizados com propósito de obter um ativo qualificável, foram capitalizados entre os anos de 2014 a 2019.

16. Arrendamento Mercantil ("Leasing")

Os saldos em 31 de março de 2021, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados.

Os arrendamentos nos quais a Companhia, como arrendatária, detém substancialmente os riscos e benefícios da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do item arrendado e o valor presente dos pagamentos previstos em contrato, tendo como contrapartida um passivo de arrendamento. Os juros relacionados ao arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado, como despesa financeira durante o período de vigência contratual.

Os arrendamentos nos quais a Companhia, como arrendadora, transfere substancialmente os riscos e benefícios da propriedade para outra parte (arrendatária) são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são transferidos do ativo intangível da Companhia e reconhecidos como um recebível pelo menor valor entre o valor justo do item arrendado e/ou o valor presente dos recebimentos previstos em contrato. Os juros relacionados ao arrendamento são reconhecidos na demonstração do resultado como receita financeira durante o período de vigência contratual.

Os arrendamentos são ativos ou passivos financeiros classificados e/ou mensurados pelo custo amortizado.

Ativo

	03/2021	12/2020
LT Amazonas	160.745	162.198
Subleasing lojas – IFRS16	56.760	-
	217.505	162.198
Parcela circulante	(23.361)	(5.357)
Parcela não circulante	194.144	156.841

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação Em 31 de março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

LT Amazonas

Em decorrência do contrato firmado com a LT Amazonas, a Companhia assinou contratos de compartilhamento de infraestrutura de rede com a Telefónica Brasil S.A.. Nestes acordos, a Companhia e Telefónica Brasil S.A. dividem investimentos feitos na Região Norte do Brasil. A Companhia possui valores mensais a receber da Telefónica Brasil S.A. por um período de 20 anos, reajustados anualmente pelo IPC-A. A taxa de desconto utilizada na apuração do valor presente das parcelas devidas é de 12,56% ao ano, considerando a data de assinatura do contrato.

A tabela a seguir apresenta o cronograma de recebimentos do contrato em vigor, representando os recebimentos estimados (valores nominais) nos contratos assinados. Tais saldos diferem dos registrados nos livros contábeis, pois, nestes os montantes são registrados a valor presente:

	Valores nominais	Valor presente
Até março de 2022	24.351	5.492
Abril de 2022 a março de 2026	99.749	32.971
Abril de 2026 em diante	184.399	122.282
	308.499	160.745

Subleasing Lojas - IFRS16

A Companhia em virtude de contratos de sublocação para terceiros em algumas de suas lojas, reconheceu o valor presente dos recebíveis de curto e longo prazo, os quais são iguais em valor e prazo aos fluxos de caixa passivo dos contratos denominados de "lojas revenda". O impacto no leasing passivo está refletido no grupo "Arrendamento mercantil - Lojas & Quiosques".

A tabela a seguir apresenta o cronograma de recebimentos do contrato em vigor, representando os recebimentos estimados (valores nominais) nos contratos assinados. Tais saldos diferem dos registrados nos livros contábeis, pois, nestes os montantes são registrados a valor presente:

	Valores nominais	Valor presente
Até março de 2022	21.622	17.869
Abril de 2022 a março de 2026	43.104	38.891
Abril de 2026 em diante	-	-
	64.726	56.760

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação Em 31 de março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	03/2021	12/2020
LT Amazonas (i)	288.620	290.385
Venda de Torres (leaseback) (ii)	1.306.014	1.256.410
Outros (iv)	120.386	115.027
Sub-total	1.715.020	1.661.822
Outros arrendamentos (iii):		
Arrendamento mercantil - Rede	3.186.741	3.252.463
Arrendamento mercantil - Lojas & Quiosques	213.059	175.660
Arrendamento mercantil – Imóveis	288.221	259.330
Arrendamento mercantil - Terrenos (Rede)	1.575.331	1.606.567
Arrendamento mercantil – Fibra	1.418.941	1.422.993
Sub-total leasing IFRS16 / CPC 06 (R2)	6.682.293	6.717.013
Total	8.397.313	8.378.835
Parcela circulante	(1.107.141)	(1.054.709)
Parcela não circulante	7.290.172	7.324.126

O montante de juros pagos no período findo em 31 de março de 2021 referente ao IFRS16 / CPC 06 (R2) é de R\$ 140.760 (R\$ 148.478 no período findo em 31 de março de 2020).

A movimentação dos passivos de arrendamento mercantil está demonstrada na Nota 36.

i) LT Amazonas

A Companhia assinou contratos de direito de uso de infraestrutura com empresas que exploram linhas de transmissão de energia elétrica na Região Norte do Brasil ("LT Amazonas"). A vigência dos acordos é de 20 anos, contados a partir da data em entrada de operação dos ativos. Os contratos preveem pagamentos mensais às detentoras dos direitos de transmissão de energia elétrica, atualizados anualmente pelo IPCA.

A taxa de desconto utilizada na apuração do valor presente das parcelas devidas é de 14,44% ao ano, considerando a data de assinatura dos contratos com as transmissoras.

A tabela a seguir apresenta o cronograma de pagamentos dos contratos em vigor, representando os os desembolsos estimados (valores nominais) nos contratos assinados. Tais saldos nominais diferem dos registrados nos livros contábeis, pois, nestes os montantes são registrados a valor presente:

	Valores nominais	Valor presente
Até março de 2022	52.389	14.496
Abril de 2022 a março de 2026	189.465	53.695
Abril de 2026 em diante	350.381	220.429
	592.235	288.620

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação Em 31 de março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

ii) Venda e leaseback das Torres

A Companhia celebrou com a American Tower do Brasil Cessão de Infraestruturas Ltda. ("ATC") em novembro de 2014 e em janeiro de 2015 dois Contratos de Venda de até 6.481 torres de telecomunicações de sua propriedade por cerca de R\$ 3 bilhões e um Contrato Master de Locação (Master Lease Agreement – "MLA") de parte do espaço nas referidas torres pelo prazo de 20 anos a contar da data da transferência de cada torre, na modalidade "sale and leaseback" que preveem valores mensais de aluguel por tipo de torre (greenfield ou rooftop). A transação de venda previa um processo de transferência das torres em tranches à ATC, tendo em vista a necessidade de atendimento de determinadas condições precedentes.

No total foram realizadas 5.873 transferências de torres, sendo 54, 336 e 5.483 nos exercícios de 2017, 2016 e 2015, respectivamente. A referida transação resultou em um valor de venda total no montante de R\$ 2.651.247, sendo o montante de R\$ 1.088.390 contabilizado como receita diferida e amortizado ao longo do período contrato (nota 22).

As taxas de desconto utilizadas na data das transações, que variaram de 11,01% a 17,08% ao ano, as quais foram determinadas com base em transações observáveis de mercado que a Companhia (o arrendatário) teria que pagar em um leasing similar e/ou empréstimo.

A tabela a seguir apresenta o cronograma de pagamentos do contrato em vigor, representando os desembolsos estimados (valores nominais) no contrato assinado. Tais saldos diferem dos registrados nos livros contábeis, pois, nestes os montantes são registrados a valor presente:

	Valores nominais	Valor presente
Até março de 2022	212.205	32.554
Abril de 2022 a março de 2026	842.253	176.487
Abril de 2026 em diante	1.970.929	1.096.973
	3.025.387	1.306.014

(iii) Outros arrendamentos:

Além dos contratos de arrendamento mercantil citados acima, a Companhia também possui contratos de arrendamentos que se enquadram no escopo do IFRS 16 / CPC 06 (R2).

A tabela a seguir apresenta o cronograma de pagamentos desses contratos em vigor, representando os desembolsos estimados (valores nominais) nos contratos assinados. Tais saldos diferem dos registrados nos livros contábeis, pois, nestes os montantes são registrados a valor presente:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação Em 31 de março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Até março de 2022	Abril de 2022 a março de 2026	Abril de 2026 em diante	Valores nominais	Valor presente
Total outros arrendamentos	1.567.328	4.806.446	2.830.770	9.204.544	6.682.293
Arrendamento mercantil - rede	685.058	2.263.552	1.463.807	4.412.417	3.186.741
Arrendamento mercantil - Lojas & Quiosques	86.281	152.875	80	239.236	213.059
Arrendamento mercantil - Imóveis	58.958	185.539	189.657	434.154	288.221
Arrendamento mercantil - Terrenos (Rede)	304.159	1.035.040	1.177.226	2.516.425	1.575.331
Arrendamento mercantil – Fibra	432.872	1.169.440	-	1.602.312	1.418.941

O valor presente, principal e de juros em 31 de março de 2021 para os contratos acima, foi estimado mês a mês, com base na taxa média incremental dos empréstimos da Companhia de 8,54% (9,35% em 2020).

Os valores de arrendamentos considerados de baixo valor ou menores de 12 meses reconhecidos como despesa de aluguel em 31 de março de 2021 é de R\$ 7.372 (R\$ 28.523 em 31 de dezembro de 2020).

(iv) Está representado substancialmente pelas transações de arrendamento mercantil em torres de transmissão.

17. Outros valores a compensar

Os saldos em 31 de março de 2021, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados.

Referem-se aos valores de crédito Fistel oriundos da redução da base de clientes que poderá ser compensado com futuro aumento de base ou para reduzir uma obrigação futura, sendo esperada sua utilização no abatimento da contribuição TFF (Taxa de Fiscalização de Funcionamento) devida à Fistel.

Em 31 de março de 2021, esse crédito é de R\$ 37.246 (R\$43.906 em 31 de dezembro de 2020).

18. Fornecedores

Os saldos em 31 de março de 2021, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados.

As contas a pagar a fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso usual dos negócios. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Dado o curto prazo de vencimento destas obrigações, em termos práticos, normalmente as mesmas são reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação Em 31 de março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	03/2021	12/2020
	2.661.325	3.128.732
Moeda nacional	2.508.689	2.932.486
Fornecedores de materiais e serviços (a)	2.411.220	2.839.547
Interconexão (b)	68.444	64.066
Roaming (c)	213	212
Co-billing (d)	28.812	28.661
Moeda estrangeira	152.636	196.246
Fornecedores de materiais e serviços (a)	123.925	148.888
Roaming (c)	28.711	47.358
Parcela Circulante	2.661.325	3.128.732

- (a) Representa o valor a ser pago a fornecedores na aquisição de materiais e na prestação de serviços aplicados no ativo tangível e intangível ou para consumo na operação, manutenção e administração, conforme os termos do contrato entre as partes.
- (b) Refere-se à utilização da rede de outras operadoras de telefonia fixa e móvel, nos casos em que as chamadas são iniciadas na rede TIM e finalizadas nas outras operadoras.
- (c) Refere-se às chamadas efetuadas quando o cliente está fora de sua área de registro, sendo considerado visitante na outra rede.
- (d) Refere-se às chamadas efetuadas pelo cliente ao escolher outra operadora de longa distância.

19. Autorizações a pagar

Os saldos em 31 de março de 2021, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados.

Em 31 de março de 2021, a Companhia possui os sequintes compromissos junto à ANATEL:

	03/2021	12/2020
Renovação de autorizações (i)	192.647	188.498
Dívida ANATEL atualizada (ii)	150.453	146.949
	343.100	335.447
Parcela circulante	(105.452)	(102.507)
Parcela não circulante	237.648	232.940

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação Em 31 de março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

- (i) Para prestação do SMP, a Companhia obteve Autorizações do direito de uso de radiofrequência por prazo determinado, renováveis por mais 15 (quinze) anos. Na opção pela prorrogação do direito desse uso, é devido o pagamento do valor de 2% sobre a receita líquida da região coberta pela Autorização que encerra cada biênio. Em 31 de março de 2021, a Companhia possuía saldos vincendos relativos à renovação de Autorizações no montante de R\$ 192.647 (R\$ 188.498 em 31 de dezembro de 2020).
- (ii) Em 5 de dezembro de 2014, a Companhia assinou o Termo de Autorização da faixa de 700 MHz e pagou o equivalente a R\$1.678 milhões, registrando o saldo remanescente no valor de R\$ 61 milhões como passivo comercial, conforme método de pagamento previsto no Edital.

Em 30 de junho de 2015, a Companhia distribuiu ação judicial questionando a cobrança do valor nominal excedente de R\$ 61 milhões (R\$ 150 milhões em 31 de março de 2021) o qual ainda está pendente de julgamento.

As autorizações detidas em caráter primário pela TIM S.A. em 31 de março de 2021, assim como suas datas de expiração, estão demonstradas na tabela abaixo:

			D	ata de Expira	ção		
Termos de Autorização	450 MHz	800 MHz, 900 MHz e 1.800 MHz	Frequências adicionais 1800 MHz	1900 MHz e 2100 MHz (3G)	2500 MHz Banda V1 (4G)	2500 MHz (Banda P** (4G)	700 MHz (4G)
Amapá, Roraima, Pará, Amazonas e Maranhão	-	Março, 2031*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR92 (PA) – fevereiro, 2024*	Dezembro, 2029
Rio de Janeiro e Espírito Santo	Outubro, 2027	Março, 2031*	ES - Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR21 (RJ) – fevereiro, 2024*	Dezembro, 2029
Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Distrito Federal, Goiás, Rio Grande do Sul (exceto município de Pelotas e região) e municípios de Londrina e Tamarana no Paraná	PR - outubro, 2027	Março, 2031*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR61 (DF) – fevereiro, 2024*	Dezembro, 2029
São Paulo	-	Março, 2031*	Interior - Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Paraná (exceto municípios de Londrina e Tamarana)	Outubro, 2027	Setembro, 2022*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	AR41, exceto Curitiba e Região Metropolitana - Fevereiro, 2024* AR41, Curitiba	Dezembro, 2029
						e Região Metropolitana - julho, 2031	
Santa Catarina	Outubro, 2027	Setembro, 2023*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Município e região de Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul	-	Abril, 2024*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Pernambuco	-	Maio, 2024*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR81 - julho, 2031	Dezembro, 2029
Ceará	-	Novembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação Em 31 de março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Paraíba	-	Dezembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Rio Grande do Norte	-	Dezembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Alagoas	-	Dezembro, 2023*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Piauí	-	Março, 2024*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029
Minas Gerais (exceto os municípios do setor 3 do PGO para radiofrequências 3G e sobras)	-	Abril, 2028*	Abril, 2023	Abril, 2023	Outubro, 2027	Parte da AR31 - fevereiro, 2030*	Dezembro, 2029
Bahia e Sergipe	-	Agosto, 2027*	-	Abril, 2023	Outubro, 2027	-	Dezembro, 2029

^{*} Termos já renovados por 15 anos, portanto sem direito a novo período de renovação.

20. Empréstimos e financiamentos

Os saldos em 31 de março de 2021, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados.

São classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado, sendo representados por passivos financeiros não derivativos que não são usualmente negociados antes do vencimento.

No reconhecimento inicial são registrados por seu valor justo e após reconhecimento inicial, são mensurados pelo método da taxa efetiva de juros. As apropriações de despesas financeiras de acordo com o método da taxa efetiva de juros são reconhecidas no resultado, na linha de despesas financeiras.

<u>Descrição</u>	<u>Moeda</u>	<u>Encargos</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Mar/21</u>	<u>dez/20</u>
KFW Finnvera (1)	USD	Libor 6M+ 0,75% a.a.	Jan/24 a Dez/25	378.938	344.125
BAML (1)	EUR	0,279% a.a.	Ago/21	598.903	570.844
Scotia (1)	USD	1,734% a.a.	Ago/21	1.129.742	1.030.761
BNP Paribas (1)	USD	2,822% a.a.	Jan/22	437.699	399.302
Total				2.545.282	2.345.032
Circulante				(2.261.203)	(1.689.385)
Não circulante				284.079	655.647

Garantias

(1) Não possuem garantia.

Os financiamentos da Companhia, contratados junto ao BNDES, foram obtidos para a expansão da rede de telefonia móvel e possuíam cláusulas contratuais restritivas que preveem o cumprimento de determinados índices financeiros e não financeiros calculados semestralmente. Em fevereiro de 2020 a Companhia realizou o pré-pagamento total dos financiamentos obtidos junto ao BNDES, contudo ainda existem contratos em vigor com o banco regulando as linhas de crédito disponíveis para saque que estão demonstradas no quadro abaixo. Os índices financeiros são: (1) Patrimônio Líquido sobre

^{**} Somente áreas complementares nos Estados específicos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação Em 31 de março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Ativo total; (2) EBITDA sobre despesas financeiras líquidas; (3) Dívida financeira total sobre EBITDA e (4) Dívida financeira líquida de curto prazo sobre EBITDA. A Companhia vem cumprindo todos os índices financeiros estabelecidos.

Segue abaixo quadro com a posição de financiamentos e linhas de crédito disponível:

Тіро	Moeda	Data da abertura	Prazo	Valor total	Valor Remanescente	Montante utilizado até 31 de março 2021
BNDES (i)	TJLP	Mai/18	Mar/22	1.090.000	1.090.000	-
BNDES (ii)	TJLP	Mai/18	Mar/22	20.000	20.000	-
FINAME (iii)	IPCA	Mar/19	Mar/22	390.000	390.000	-
BNB (iv)	IPCA	Jan/20	Jun/23	752.479	752.479	-
Total R\$:				2.252.479	2.252.479	-

Objetivo:

- (i) Apoio ao plano de investimentos da TIM para os anos de 2017 a 2019 incluindo, mas não se limitando, a aquisição de equipamentos nacionais
- (ii) Investimentos em projetos sociais, no âmbito da comunidade
- (iii) Aplicação exclusiva na aquisição de máquinas e equipamentos, sistemas industriais e/ou outros componentes de fabricação nacional
- (iv) Apoio ao plano de investimentos da TIM para os anos de 2020 a 2022 na região de atuação do Banco do Nordeste do Brasil

Os empréstimos e financiamentos em 31 de março de 2021 vencíveis em longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

2022	94.590
2023	95.329
2024	63.987
2025	30.173
	284.079

O valor nominal dos empréstimos é consistente com seu respectivo cronograma de pagamento.

	Valor nominal
2021	1.826.063
2022	529.730
2023	95.329
2024	63.987
2025	30.173
	2.545.282

Valor justo dos empréstimos

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação Em 31 de março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

No Brasil, não há um mercado consolidado de dívidas de longo prazo com as características verificadas nos financiamentos obtidos junto ao KFW Finnvera, que possui como garantidor a agência finlandesa de fomento Finnvera. Ambos são financiamentos para a compra de equipamentos e, portanto, tem um cunho de subsídio e fomento da atividade comercial entre a companhia e determinados fornecedores. Para fins de análise de valor justo, considerando as características desta operação, a Companhia entende que seu valor justo é igual àquele registrado no balanço.

Com relação às captações contratadas com o The Bank of Nova Scotia, Bank of America e BNP Paribas, considera-se o valor justo desses empréstimos o valor presente da ponta ativa dos contratos de swap que protegem a companhia de variações das taxas de câmbio e juros. O valor justo das operações em 31 de março de 2021 são, respectivamente, R\$ 1.135.040, R\$ 600.254 e R\$ 449.909.

21. Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher

Os saldos em 31 de março de 2021, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados.

	03/2021	12/2020
Impostos, taxas e contribuições indiretos a recolher	1.079.419	938.880
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	326.434	359.498
Impostos e Taxas ANATEL (1)	685.628	509.087
Imposto sobre Serviço - ISS	59.727	66.082
Outros	7.630	4.213
Parcela circulante	(1.076.299)	(935.778)
Parcela não circulante	3.120	3.102

(1) A taxa Fistel, no valor aproximado de R\$790 milhões, referente ao exercício de 2020, teve o início do seu pagamento postergado, com base na Medida Provisória 952, de 15 de abril de 2020, para 31 de agosto de 2020. No terceiro trimestre de 2020, a Companhia efetuou o pagamento parcial no montante de R\$300 milhões e o valor remanescente permanece em aberto baseada em uma liminar proferida pelo Tribunal Regional da 1ª Região. Em 2021, novamente houve o pagamento parcial das taxas, cerca de R\$ 73 milhões referentes a Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública (CFRP) e o valor remanescente relativo ao Fistel (TFF), segue em suspenso sem data definida para pagamento.

22. Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher

Os encargos de imposto de renda e de contribuição social correntes são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, até a data do balanço.

A legislação permite que as empresas optem pelo pagamento trimestral ou mensal de imposto de renda e contribuição social. Em 2021, a Companhia optou por efetuar o pagamento trimestral de imposto de renda e contribuição social.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação Em 31 de março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

		Controladora		Consolidado
	03/2021	12/2020	03/2021	12/2020
Impostos, taxas e contribuições diretos a recolher	292.580	508.743	292.581	508.743
Imposto de renda e contribuição social	214.118	313.145	214.118	313.145
PIS / COFINS	45.009	154.353	45.009	154.353
Outros (1)	33.453	41.245	33.454	41.245
Parcela circulante	(80.556)	(296.299)	(80.557)	(296.299)
Parcela não circulante	212.024	212.444	212.024	212.444

(1) A composição desta conta refere-se principalmente à adesão da Companhia ao Programa de Recuperação Fiscal – REFIS a partir de 2009 para parcelamento dos débitos em aberto dos tributos federais (PIS – Programa de Integração Social, COFINS – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social, IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica e CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido), cujo vencimento final dar-se-á em 31 de outubro de 2024.

23. Receitas diferidas

Os saldos em 31 de março de 2021, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados.

	03/2021	12/2020
Receitas diferidas	964.362	1.021.924
Serviços a prestar pré-pago (1)	150.190	189.482
Subvenções Governamentais (2)	20.647	24.732
Receitas antecipadas	10.498	11.163
Receitas diferidas sobre venda de torres (3)	775.398	788.921
Passivo contratual (4)	7.629	7.626
Parcela circulante	(225.164)	(266.436)
Parcela não circulante	739.198	755.488

- (1) Refere-se a recarga de créditos de voz e dados ainda não utilizados pelos clientes relativos aos serviços do sistema pré-pago que são apropriados ao resultado quando da efetiva utilização destes serviços pelos clientes.
- (2) Refere-se à liberação de recursos referente à linha de financiamento junto ao BNDES (Programa de Sustentação do Investimento BNDES PSI). O somatório das subvenções concedidas pelo BNDES até 31 de março de 2021 é de R\$ 203 milhões e o montante em aberto em 31 de março de 2021 é de R\$20.647 (R\$24.732 em 31 de dezembro de 2020). Este montante está sendo amortizado pelo prazo de vida útil do ativo que está sendo financiado e apropriado no grupo de "outras receitas (despesas), líquidas" (nota 29).
- (3) Refere-se ao valor das receitas a serem apropriadas pela venda das torres (nota 16).
- (4) Contratos com clientes. O saldo de ativos e passivos contratuais é como segue:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação Em 31 de março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A tabela abaixo apresenta informações sobre a parcela das contas a receber com clientes, das quais se originam ativos e passivos contratuais.

	03/2021	12/2020
Contas a receber incluídos em contas a receber de clientes	2.037.578	2.000.764
Ativo contratual (nota 6)	12.510	14.914
Passivo contratual	(7.629)	(7.626)

Os contratos com clientes foram gerados na alocação dos descontos em ofertas combinadas fidelizadas, onde o desconto pode ser no equipamento e/ou no serviço, gerando um ativo ou passivo contratual, respectivamente, de acordo com a oferta sob análise.

Resumo das principais variações no período.

	Ativo (passivo) contratual
Saldo em 1º. de janeiro de 2021	7.288
Adições	417
Baixas	(2.824)
Saldo em 31 de março de 2021	4.881

Os saldos de ativos e passivos contratuais tem previsão de realização conforme tabela abaixo:

	2021	2022	2023
Ativo (passivo) contratual	6.759	(1.693)	(185)

A Companhia em linha com parágrafo 121 da IFRS15, não está apresentando os efeitos das informações sobre contratos de clientes com prazos de duração inferiores a 1 ano.

24. Provisão para processos judiciais e administrativos

Os saldos em 31 de março de 2021, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados.

A Companhia é parte integrante em processos judiciais e administrativos nas esferas cível, trabalhista, tributária e regulatória, que surgem no curso normal de seus negócios.

A provisão é constituída com base em opiniões dos consultores jurídicos da Companhia e da Administração, por montantes julgados como suficientes e adequados para cobrir perdas e riscos considerados prováveis. As situações onde as perdas são consideradas prováveis e possíveis são objeto de registro e divulgação, respectivamente, por seus valores atualizados, e aquelas em que as perdas são consideradas remotas não são divulgadas.

A provisão para processos judiciais e administrativos constituída, atualizada, está composta como segue:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação Em 31 de março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	03/2021	12/2020
Provisão para processos judiciais e administrativos	907.541	886.947
Cível (a)	251.030	245.432
Trabalhistas (b)	206.300	213.026
Tributária (c)	420.945	399.288
Regulatória (d)	29.266	29.201

As variações na provisão para processos judiciais e administrativos encontram-se resumidas a seguir:

	dez-20	Adições, líquidas de reversões	Pagamentos	Atualização monetária	mar-21
	886.947	78.656	(87.566)	29.504	907.541
Cível (a)	245.432	41.922	(52.901)	16.577	251.030
Trabalhistas (b)	213.026	25.166	(31.714)	(178)	206.300
Tributária (c)	399.288	11.568	(2.951)	13.040	420.945
Regulatória (d)	29.201	-	-	65	29.266

A Companhia está sujeita a diversas ações judiciais e procedimentos administrativos propostos pelos consumidores, fornecedores, prestadores de serviços e órgãos de defesa do consumidor e órgãos fazendários, que tratam de variadas matérias que surgem no curso normal dos negócios das entidades. A seguir estão sumariados os principais processos:

a. Processos cíveis

a.1 Ações movidas por consumidores

A Companhia é parte em ações que se referem a reclamações diversas movidas por consumidores, nas esferas judicial e administrativa. As referidas ações no montante de R\$144.044 (R\$ 139.429 em 31 de dezembro de 2020) referem-se principalmente por suposta cobrança indevida, cancelamento de contrato, qualidade dos serviços, defeitos e falhas na entrega de aparelhos e negativação indevida.

a.2 Órgãos de Defesa do Consumidor

A TIM é parte em ações judiciais e administrativas movidas pelo Ministério Público, Procon e outros órgãos de defesa do consumidor, decorrentes de reclamações consumeristas, em que, se discute: (i) supostas falhas na prestação dos serviços de rede; (ii) questionamentos da qualidade no atendimento; (iii) supostas violações ao Decreto SAC; (iv) supostas violações contratuais; (v) suposta publicidade enganosa e; (vi) discussão de cobrança de multa de fidelização, nos casos de furto e roubo do aparelho. Os valores envolvidos equivalem a R\$49.240 (R\$51.713 em 31 de dezembro 2020).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação Em 31 de março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

a.3 Ex- parceiros comerciais

A TIM é ré em ações propostas por ex-parceiros comerciais em que são pleiteados, dentre outros, valores com fundamentos em supostos inadimplementos contratuais. Os valores envolvidos equivalem a R\$20.303 (R\$ 18.634 em 31 de dezembro de 2020).

a.4 Outros

A TIM é ré em outras ações de objetos essencialmente não consumeristas propostas pelos mais diversos agentes diferentes dos descritos anteriormente, em que, dentre outras se discute: (i) renovatórias de contratos de locação; (ii) ações de subscrição acionária; (iii) ações indenizatórias; (iv) suposto descumprimento de contrato e; (v) ações de cobrança. Os valores envolvidos equivalem a R\$35.416 (R\$33.682 em 31 de dezembro de 2020).

a.5 Socioambiental e infraestrutura

A Companhia é parte em ações envolvendo agentes diversos que discutem aspectos relacionados a licenciamento, dentre os quais Licenciamento Ambiental e Licenciamento de Estrutura (instalação/operação). Os valores envolvidos equivalem a R\$621 (R\$610 em 31 de dezembro de 2020).

a.6 ANATEL

A Companhia é parte em ações em face da ANATEL, em que se discute: (i) débito relativo à cobrança de 2% das receitas de serviços de valor adicionado - VAS e interconexão; (ii) correção monetária pro-rata aplicada à proposta de preços estipulados no edital para uso das frequências do 4G e (iii) suposto descumprimento de metas de qualidade do serviço. Os valores envolvidos equivalem a R\$1.406 (R\$ 1.364 em 31 de dezembro de 2020).

b. Processos trabalhistas

São processos envolvendo diversas reclamações trabalhistas propostas tanto por ex-empregados, em relação a questões como diferenças salariais, equiparações, pagamentos de remuneração variável, adicionais legais e horas extras, quanto por ex-empregados de empresas prestadoras de serviços, os quais, valendo-se da legislação trabalhista em vigor, requerem a responsabilização da Companhia por obrigações trabalhistas não adimplidas pelas empresas prestadoras de serviços contratadas.

Do total de 1.342 reclamações trabalhistas em 31 de março de 2021 (1.873 em 31 de dezembro de 2020) movidas contra a Companhia, a maioria refere-se a demandas que envolvem ex-empregados de prestadores de serviços seguido de processos de empregados próprios. O provisionamento destas causas totaliza R\$ 206.300 atualizado monetariamente (R\$ 213.026 em 31 de dezembro de 2020).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação Em 31 de março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

c. Processos tributários

	03/2021	12/2020
Tributos Federais	184.974	182.146
Tributos Estaduais	153.687	135.891
Tributos Municipais	7.458	5.633
Processos TIM S.A (Purchase price allocation)	74.826	75.618
	420.945	399.288

O total da provisão registrada está substancialmente composto pelos seguintes processos cujos valores indicados estão estimados pelos índices estabelecidos pelo governo federal para tributos em atraso, estando atrelados à variação da taxa SELIC:

Tributos federais

A provisão está substancialmente composta pelos seguintes processos:

- (i) A provisão suporta sessenta e quatro processos, relativos a questionamentos envolvendo a incidência sobre operações da CIDE, CPMF, CSLL, IRRF, denúncia espontânea da multa no pagamento do FUST e obrigações acessórias. Deste total, destacam-se os valores envolvidos nos processos judiciais que buscam o reconhecimento do direito de não recolher a CPMF supostamente incidente sobre operações simultâneas de compra e venda de moeda estrangeira e troca de titularidade de conta decorrente de incorporação societária, cujos valores provisionados, atualizados, equivalem a R\$ 8.372 (R\$ 8.355 em 31 de dezembro de 2020), assim como o valor relativo a multa e juros sobre a contribuição ao FUST do ano de 2009, onde não está sendo reconhecido o benefício da denúncia espontânea, cujo valor provisionado e atualizado é de R\$ 14.813 (R\$ 14.771 em 31 de dezembro de 2020).
- (ii) A empresa constituiu uma provisão para um processo que visa a cobrança da contribuição previdenciária retida à alíquota de 11% a que, supostamente, deveriam ter sido submetidos os pagamentos realizados pela empresa a outras pessoas jurídicas a título de remuneração por atividades diversas, cujo valor provisionado e atualizado é de R\$ 38.691 (R\$ 38.584 em 31 de dezembro de 2020).
- (iii) Adicionalmente, no segundo trimestre de 2019, a Companhia constituiu a provisão para o processo de FUST, que busca a Inconstitucionalidade e ilegalidade da cobrança do FUST (Fundo de Universalização de Serviços de Telecomunicações). Pleito pelo reconhecimento do direito de não recolher FUST, deixando de incluir em sua base de cálculo as receitas transferidas a título de interconexão e EILD (Exploração Industrial de Linha Dedicada), bem como pelo direito de não sofrer a cobrança retroativa das diferenças apuradas em função de não observar a súmula 7/2005 da ANATEL, no valor de R\$ 59.142 (R\$ 58.988 em 31 de dezembro de 2020).
- (iv) Em junho/2020, a empresa constituiu provisão para processos de compensação federal decorrentes de uma reapuração realizada em 2006, para a qual o suporte documental não se mostrou robusto o suficiente após perícias realizadas. O valor provisionado e atualizado é de R\$ 5.331 (R\$ 5.313 em 31 de dezembro de 2020).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação Em 31 de março de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Tributos Estaduais

A provisão suporta noventa e sete processos, dentre os quais se destacam:

- (i) valores envolvidos nas autuações que questionam o estorno de débitos de ICMS, assim como o suporte documental para a comprovação de créditos apropriados pela Companhia, cujos valores provisionados, atualizados, equivalem a R\$ 36.620 (R\$ 36.491 em 31 de dezembro de 2020);
- (ii) valores supostamente não oferecidos à tributação pela prestação de serviços de telecomunicações, que, atualizados, equivalem a R\$ 5.152 (R\$ 5.135 em 31 de dezembro de 2020);
- (iii) cobranças em razão de supostas diferenças tanto de entradas como de saídas de mercadorias, em procedimento de levantamento quantitativo de estoque, cujos valores atualizados equivalem a R\$ 15.802 (R\$ 15.751 em 31 de dezembro de 2020);
- (iv) lançamento de créditos relativos ao retorno de aparelhos celulares cedidos em comodato, cujos valores atualizados equivalem a R\$ 11.167 (R\$ 11.125 em 31 de dezembro de 2020);
- (v) subsídios para *handset*, cujos valores atualizados equivalem a R\$ 8.789 (R\$ 8.767 em 31 de dezembro de 2020); e
- (vi) valores supostamente creditados de forma indevida relacionados a créditos CIAP, cujos valores atualizados equivalem a R\$ 14.976 (R\$ 14.912 em 31 de dezembro de 2020).

<u>Tributos Municipais</u>

Destacam-se os valores envolvidos nas autuações que questionam a retenção e recolhimento do ISS-fonte de serviços de terceiros sem vínculo empregatício, bem como o recolhimento de ISS próprio correspondente a serviços prestados em *co-billing*.

PPA TIM S.A

Há processos tributários advindos da aquisição da antiga Intelig (atual TIM S.A.) pela antiga controladora do grupo TIM Participações, que compõem o processo de alocação do preço de aquisição da antiga Intelig e somam R\$74.826 (R\$75.618 em 31 de dezembro de 2020).

d. Processos regulatórios

A ANATEL instaurou processos administrativos em desfavor do Grupo pelo: (i) não cumprimento de certos indicadores de qualidade; (ii) inadimplemento de outras obrigações derivadas dos Termos de Autorização e; (iii) não atendimento à regulamentação do SMP e do STFC, dentre outras.

Em 31 de março de 2021, o valor indicado relativo aos Procedimentos para Apuração de Descumprimento de Obrigações ("PADOs"), considerando a atualização monetária, classificados com risco de perda provável é de R\$ 29.266 (R\$ 29.201 em 31 de dezembro de 2020).

e. Processos judiciais e administrativos cujas perdas são avaliadas como possíveis

A Companhia possui ações de natureza cível, trabalhista, tributária e regulatória envolvendo riscos de perda classificados por seus consultores jurídicos e pela Administração como possíveis, para as quais não há provisão para processos judiciais e administrativo constituída, não sendo esperados efeitos materiais adversos nas informações trimestrais, conforme valores apresentados a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação Em 31 de março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	03/2021	12/2020
	18.331.481	18.147.562
Cível (e.1)	1.117.371	1.101.332
Trabalhista e previdenciária (e.2)	407.297	340.801
Tributária (e.3)	16.689.831	16.586.353
Regulatória (e.4)	116.982	119.076

Os processos administrativos e judiciais cujas perdas são avaliadas como possíveis e monitorados pela Administração estão divulgados pelos seus valores atualizados.

As principais ações com risco de perda classificadas como possível estão descritas abaixo:

e.1. Cíveis

	03/2021	12/2020
Ações movidas por consumidores (e.1.1)	202.725	220.347
ANATEL (e.1.2)	229.950	223.066
Órgãos de Defesa do Consumidor (e.1.3)	134.868	160.279
Ex-parceiros comerciais (e.1.4)	213.410	193.529
Sócio ambiental e infraestrutura (e.1.5)	156.974	154.187
Outros (e.1.6)	179.444	149.924
	1.117.371	1.101.332

<u>e.1.1 Ações movidas por consumidores</u>

Referem-se principalmente a ações por suposta cobrança indevida, cancelamento de contrato, qualidade dos serviços, defeitos e falhas na entrega de aparelhos e negativação indevida.

e.1.2 ANATEL

A Companhia é parte em ações em face da ANATEL, em que se discute: (i) débito relativo à cobrança de 2% das receitas de serviços de valor adicionado - VAS e interconexão; (ii) correção monetária pro-rata aplicada à proposta de preços estipulados no edital para uso das frequências do 4G e (iii) suposto descumprimento de metas de qualidade do serviço.

e.1.3 Órgãos de Defesa do Consumidor

A TIM é parte em ações judiciais e administrativas movidas pelo Ministério Público, Procon e outros órgãos de defesa do consumidor, decorrentes de reclamações consumeristas, em que se discute: (i) supostas falhas na prestação dos serviços de rede; (ii) suposta falha na entrega de aparelhos; (iii) suposto descumprimento das legislações estaduais; (iv) modelo de contratação e supostas cobranças indevidas de Serviços de Valor Adicionado - VAS; (v) supostas violações ao Decreto SAC; (vi) supostas violações contratuais; e (vii) bloqueio de dados.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação Em 31 de março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

e.1.4 Ex-Parceiros comerciais

A TIM é ré em ações propostas por diversos ex-parceiros comerciais em que são pleiteados, dentre outros, valores com fundamentos em supostos inadimplementos contratuais.

e.1.5 Socioambiental e infraestrutura

A Companhia é parte em ações envolvendo agentes diversos que discutem aspectos relacionados a (1) Licenciamento Ambiental e Licenciamento de Estrutura (instalação/operação) e (2) (i) radiação eletromagnética emitida pelas estruturas de Telecom; (ii) renovação de contratos de locação de terrenos para instalação de sites; (iii) Despejo em terrenos alugados para instalação de sites; (iv) apresentação de dados cadastrais, dentre outros.

e.1.6 Outros

A TIM é ré em outras ações de objetos essencialmente não consumeristas propostas pelos mais diversos agentes diferentes dos descritos anteriormente, em que, dentre outras se discute: (i) renovatórias de contratos de locação; (ii) ações de subscrição acionária; (iii) ações indenizatórias; (iv) suposto descumprimento de contrato e; (v) ações de cobrança.

e.2. Trabalhista e Previdenciária

e.2.1. Previdenciária

A TIM S.A recebeu Notificação Fiscal de Lançamento de Débito, referente à suposta irregularidade no recolhimento de contribuições previdenciárias relativas ao pagamento de Participação nos Lucros e Resultados, no valor provável de R\$ 23.270 (R\$ 10.467 em 31 de dezembro de 2020). Ainda, recebeu Notificações Fiscais de Lançamento de Débitos, sob suposto não recolhimento de contribuições previdenciárias incidentes sobre parcelas recebidas a título de abono indenizatório, gratificação não-ajustada, hiring bônus e incentive houve no valor possível total de R\$ 57.192 atualizado (R\$ 22.829 atualizado em 31 de dezembro de 2020).

e.2.2. Trabalhistas

Há 3.462 reclamações trabalhistas em 31 de março de 2021 (3.038 em 31 de dezembro de 2020) movidas contra a Companhia e com risco possível, referentes a demandas que envolvem exempregados e empregados de prestadores de serviços no montante de R\$ 350.104 atualizado (R\$317.971 em 31 de dezembro de 2020).

Os demais valores são relativos a processos trabalhistas de pedidos diversos movidos por exempregados próprios e de empresas terceiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação Em 31 de março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

e.3. Tributárias

	03/2021	12/2020
	16.689.831	16.586.353
Tributos Federais (e.3.1)	4.279.941	4.268.212
Tributos Estaduais (e.3.2)	8.644.979	8.562.352
Tributos Municipais (e.3.3)	742.157	740.813
FUST, FUNTTEL e EBC (e.3.4)	3.022.754	3.014.976

Os valores apresentados estão corrigidos, de forma estimada, com base no índice SELIC. O valor histórico envolvido equivale a R\$ 12.202.300 (R\$ 11.976.959 em 31 de dezembro de 2020).

e.3.1.Tributos Federais

O valor total autuado contra o Grupo TIM relativamente a tributos federais é de R\$ 4.279.941 em 31 de março de 2021 (R\$ 4.268.212 em 31 de dezembro de 2020). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

- a. Alegação de suposta incorreção de aproveitamento de créditos tributários por realização de incorporação reversa, amortização do ágio pago na aquisição das empresas de telefonia celular, dedução de despesas de amortização de ágio, exclusão da reversão de ágio, demais reflexos e glosas de compensações e deduções pagas por estimativa, utilização supostamente indevida do benefício da SUDENE por falta de formalização do benefício na Secretaria da Receita Federal (RFB), e falta de recolhimento de IRPJ e CSLL devidos por estimativa. O valor envolvido é de R\$ 2.723.577 (R\$ 2.715.670 em 31 de dezembro de 2020).
- b. Metodologia de compensação de prejuízos fiscais e bases negativas. O valor envolvido é de R\$ 193.598 (R\$ 193.181 em 31 de dezembro de 2020).
- c. Cobrança de CSLL sobre as variações monetárias decorrentes das operações de swap contabilizadas pelo regime de caixa. O valor envolvido é de R\$ 67.743 (R\$ 67.572 em 31 de dezembro de 2020).
- d. Cobrança de IRRF sobre rendimentos de residentes no exterior, inclusive aqueles remetidos a título de roaming internacional e pagamento a beneficiários não identificados, bem como a cobrança de CIDE sobre pagamento de royalties em remessas para o exterior, inclusive as remessas a título de roaming internacional. O valor envolvido é de R\$ 260.090 (R\$ 259.088 em 31 de dezembro de 2020).
- e. Cobrança de débitos de IRPJ, PIS/COFINS e CSLL decorrente da não homologação ou homologação parcial de compensações realizadas pela Companhia a partir de créditos de retenções na fonte sobre aplicações financeiras e saldo negativo de IRPJ. O valor envolvido é de R\$ 400.818 (R\$ 399.691 em 31 de dezembro de 2020).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação Em 31 de março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

e.3.2. Tributos Estaduais

O valor total autuado contra o Grupo TIM relativamente a tributos estaduais em 31 de março de 2021 é de R\$ 8.644.979 (R\$ 8.562.352 em 31 de dezembro de 2020). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

- a. Não inclusão na base de cálculo do ICMS de descontos incondicionais oferecidos a clientes, além de multa pelo suposto descumprimento de obrigação acessória correlata, inclusive pela falta de apresentação do registro 60i do arquivo SINTEGRA. O valor envolvido é de R\$ 1.108.897 (R\$ 1.128.741 em 31 de dezembro de 2020).
- b. Utilização de benefício fiscal (Programa de Promoção do Desenvolvimento Econômico Integrado e Sustentável do Distrito Federal PRÓ-DF) concedido pelo próprio ente tributante, porém declarado inconstitucional posteriormente, bem como suposto creditamento indevido de ICMS decorrente da compra interestadual de mercadorias com benefício fiscal concedido no Estado de origem. O valor envolvido é de R\$ 583.540 (R\$ 492.935 em 31 de dezembro de 2020).
- c. Estorno de crédito e creditamento extemporâneo relativos a aquisições de ativo permanente. O valor envolvido para a TIM S.A. é de R\$ 610.242 (R\$ 608.316 em 31 de dezembro de 2020).
- d. Lançamentos de créditos e estorno de débitos do ICMS, bem como a identificação e sustentação documental de valores e informações lançados em contas de clientes, tais como as alíquotas do imposto e os créditos concedidos como antecipação de futuras recargas (crédito especial), bem como créditos relacionados com operações de substituição tributária e operações isentas e não tributadas. Em 31 de março de 2021, o montante envolvido é de R\$ 3.355.577 (R\$ 3.356.501 em 31 de dezembro de 2020).
- e. Aproveitamento de crédito na aquisição de energia elétrica diretamente empregada no processo produtivo das companhias. O valor envolvido é de R\$ 134.838 (R\$ 134.494 em 31 de dezembro de 2020).
- f. Suposto conflito entre as informações constantes de obrigações acessórias e o recolhimento do tributo, bem como questionamento específico de multa pelo descumprimento de obrigações acessórias. O valor envolvido é de R\$ 701.794 (R\$ 698.673 em 31 de dezembro de 2020).
- g. Suposta falta de recolhimento de ICMS decorrente da glosa de débitos estornados relacionados ao serviço pré-pago, crédito indevido de ICMS nas saídas de mercadorias supostamente beneficiadas com redução da base de cálculo, bem como alegação de indevida não inclusão de Serviços de Valor Agregado (SVA) da base de cálculo do ICMS. O valor envolvido é de R\$ 250.315 (R\$ 249.271 em 31 de dezembro de 2020).
- h. Lançamento de créditos relativos ao retorno de aparelhos celulares cedidos em comodato. O valor envolvido é de R\$ 198.199 (R\$ 197.521 em 31 de dezembro de 2020).
- i. Cobrança de ICMS relativo aos serviços de assinatura e sua alegada indevida não inclusão na base de cálculo do ICMS devido à sua natureza. O valor envolvido é de R\$ 261.574 (R\$ 260.447 em 31 de dezembro de 2020).

e.3.3. Tributos Municipais

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação Em 31 de março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

O valor total autuado contra o Grupo TIM relativamente a tributos municipais com classificação de risco possível é de R\$ 742.157 em 31 de março de 2021 (R\$ 740.813 em 31 de dezembro de 2020). Deste valor, destacam-se principalmente as seguintes discussões:

- a. Cobrança de ISS, bem como da multa punitiva pela ausência do suposto imposto devido, sobre diversas contas de receita da Companhia. O valor envolvido é de R\$ 150.456 (R\$ 150.023 em 31 de dezembro de 2020).
- b. Cobrança de ISS sobre importação de serviços ou serviços realizados em outros Municípios. O valor envolvido é de R\$ 387.037 (R\$ 385.536 em 31 de dezembro de 2020).
- c. Constitucionalidade da cobrança da Taxa de Fiscalização do Funcionamento (TFF) por autoridades municipais de localidades diversas. O valor envolvido é de R\$ 127.491 (R\$ 126.159 em 31 de dezembro de 2020).

e.3.4. FUST e FUNTTEL

O valor total autuado contra o Grupo TIM relativamente às contribuições para o FUST e FUNTTEL com classificação de risco possível é de R\$ 3.022.754 (R\$ 3.014.976 em 31 de dezembro de 2020). A principal discussão envolve a cobrança da contribuição ao FUST e ao FUNTTEL (Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações) a partir da emissão pela ANATEL da Súmula nº. 07/2005, visando entre outros, e principalmente, a cobrança da contribuição para o FUST e para o FUNTTEL sobre as receitas de interconexão auferidas por prestadoras de serviços de telecomunicações móvel, a partir da vigência da Lei nº. 9.998/2000.

e.4. Regulatórias

A ANATEL instaurou processos administrativos contra a Companhia pelo: (i) não cumprimento de certos indicadores de qualidade; (ii) inadimplemento de outras obrigações derivadas dos Termos de Autorização e; (iii) não atendimento à regulamentação do SMP e do STFC, dentre outras.

Em 31 de março de 2021, o valor indicado relativo aos PADOs (Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações), considerando a atualização monetária, classificados com risco possível era de R\$ 116.982 (R\$ 119.076 em 31 de dezembro de 2020). A variação decorreu principalmente da tramitação dos PADOs inseridos no Termo de Ajustamento de Conduta "TAC" em negociação com a ANATEL, onde tais processos foram extintos nas esferas administrativas.

Ao longo do primeiro trimestre de 2021, a Companhia executou todas as atividades planejadas para o estrito cumprimento do Termo de Ajustamento de Conduta n.º 001/2020 (TAC) celebrado junto a Anatel, incluindo as atividades de suporte à fiscalização da Agência para os compromissos vencidos em 31/12/2020. Até o fechamento do trimestre não foram identificados atrasos de cronograma e, ao longo dos 4 anos de execução do TAC, a Companhia seguirá na plena implementação dos mecanismos de acompanhamento interno por meio do reporte trimestral da evolução dos cronogramas pelo Escritório de Governança em Reunião de Diretoria e Conselho de Administração.

Ao obter a prorrogação de prazo das autorizações de uso das radiofrequências associadas ao SMP, a TIM S.A. torna-se devedora do ônus contratual sobre a receita líquida decorrente dos planos de serviço comercializados no âmbito de cada autorização. No entanto, desde 2011 a ANATEL passou a incluir na base de cálculo do referido ônus também as receitas obtidas com Interconexão, e a partir de 2012, as receitas obtidas com Serviços de Valor Adicionado. No entender da Companhia, a inclusão de tais receitas é indevida em razão de não ser expressamente prevista nos Termos de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação Em 31 de março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Autorizações originais, pelo que as cobranças recebidas são discutidas na esfera administrativa e/ou judicial.

25. Patrimônio líquido

Os saldos em 31 de março de 2021, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados.

a. Capital social

O capital social é registrado pelo valor efetivamente captado junto aos acionistas, líquido dos custos diretamente atrelados ao processo de captação.

O capital social subscrito e integralizado em 31 de março de 2021, está representado por 2.420.804.398 ações ordinárias (2.420.804.398 ações ordinárias em 31 de dezembro de 2020).

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social, mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 4.450.000.000 ações ordinárias.

Em 2 de julho de 2020, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou o grupamento da totalidade das 42.296.789.606 ações ordinárias e sem valor nominal de emissão da Companhia, nos termos do Art. 12 da Lei nº 6.404/76, sem modificação do capital social, na proporção de 100 ações para formar 1 ação ordinária, passando o capital social , a ser representado por 422.967.896 ações ordinárias e sem valor nominal, preservando todos os direitos e vantagens das referidas ações ordinárias. O grupamento proposto não resultou em frações de ações. A incorporação resultou no cancelamento de todas as ações de emissão da Companhia, as quais eram de titularidade da TIM Participações.

Após a incorporação, mencionada na nota 1, e verificada a condição suspensiva, os acionistas da TIM Participações receberam 1 ação ordinária de emissão da TIM S.A para cada 1 ação ordinária de emissão da TIM Participações de sua titularidade, o que, assumindo a manutenção do número de ações de emissão da TIM Participações ex-tesouraria, resultou na emissão de 2.420.447.019 ações ordinárias pela TIM S.A., todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Em 31 de agosto de 2020, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 1.719 definido no protocolo de incorporação, o qual passou a ser representado por R\$13.477.891.

Em 28 de setembro de 2020, em reunião do Conselho de administração, os conselheiros da Companhia tomaram conhecimento dos pagamentos relacionados às outorgas de 2018 e 2019, realizados por meio da transferência das ações mantidas em tesouraria aos beneficiários, conforme previsto nos Planos e nos termos do Programa de Recompra aprovado pelo Conselho de Administração da TIM Participações S.A. (incorporada pela TIM S.A), em reunião realizada em 29 de julho de 2020, no montante de 357.379 ações (nota 1).

b. Reservas de capital

A utilização das reservas de capital obedece aos preceitos do art. 200 da Lei nº 6.404/76, que dispõe sobre as sociedades por ações. Esta reserva é composta da seguinte forma:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação Em 31 de março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	03/2021	12/2020
	398.925	397.183
Reserva especial de ágio	353.604	353.604
Opções de compra de ações	45.321	43.579

b.1 Reserva especial de ágio

A reserva especial de ágio foi constituída a partir da incorporação do acervo líquido da antiga controladora TIM Participações S.A. (nota 1)

b.2 Opções de compra de ações

Os saldos registrados nestas rubricas representam as despesas da Companhia com opções de compra de ações, concedidas aos empregados (nota 26).

c. Reservas de lucros

c.1 Reserva legal

Refere-se à destinação de 5% do lucro líquido relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de cada ano, até que a reserva iguale 20% do capital social, excluindo a partir de 2018 o saldo destinado à reserva de incentivos fiscais. Adicionalmente, a Companhia poderá deixar de constituir a reserva legal quando esta, somada às reservas de capital, exceder 30% do capital social.

Esta reserva só pode ser utilizada para aumentar o capital ou compensar prejuízos acumulados.

c.2 Reserva estatutária para expansão

A formação desta reserva tem previsão no parágrafo 2º do art. 46 do estatuto social da Companhia e tem como finalidade a expansão dos negócios sociais.

O saldo do lucro que não tenha destinação compulsória a outras reservas e que não seja destinado ao pagamento de dividendos é destinado a esta reserva, que não poderá ultrapassar 80% do capital social. Atingindo este limite, caberá à Assembleia Geral deliberar sobre o saldo, procedendo à sua distribuição aos acionistas ou ao aumento de capital.

c.3 Reserva de benefício fiscal

A Companhia usufrui de benefícios fiscais que preveem restrições na distribuição dos lucros da mesma. Segundo a legislação que estabelece estes benefícios fiscais, o valor do imposto que deixar de ser pago em virtude de isenções e reduções da carga tributária não poderá ser distribuído aos sócios e constituirá reserva de incentivo fiscal da pessoa jurídica. Tal reserva somente pode ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento do capital social. Em 31 de março de 2021, o valor acumulado dos benefícios usufruídos pela Companhia equivale a R\$ 1.781.560 (R\$1.781.560 em 31 de dezembro de 2020).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação Em 31 de março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

O referido benefício fiscal, corresponde basicamente pela redução do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) incidente sobre o lucro da exploração apurado nas unidades incentivadas. A Companhia atua na área da extinta Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDENE/SUDAM), sendo os laudos de incentivo fiscal concedidos por estado da federação, por período de 10 anos, passíveis de renovação.

d. <u>Dividendos</u>

Os dividendos são calculados de acordo com o estatuto social e com a Lei das Sociedades por Ações.

Segundo seu último estatuto social, aprovado em 31 de agosto de 2020, a Companhia deve distribuir como dividendo obrigatório a cada exercício social findo em 31 de dezembro, desde que haja valores disponíveis para distribuição, quantia equivalente a 25% sobre o lucro líquido ajustado.

Conforme previsto no estatuto social da Companhia, os dividendos não reclamados no prazo de 3 anos reverterão em favor da Companhia.

Em 31 de dezembro, os dividendos e JCP foram calculados como seque:

	2020
Lucro líquido do exercício	1.843.690
	1.843.690
(-) incentivos fiscais não distribuíveis	(169.540)
(-) Constituição da reserva legal	(83.707)
Lucro líquido ajustado	1.590.443
Dividendos mínimos calculados com base em 25% do lucro ajustado	397.611
Composição dos dividendos a pagar e JCP:	
Juros sobre capital próprio	1.083.000
Total de dividendos e JSCP distribuídos e propostos	1.083.000
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre JSCP	(162.450)
Total de dividendos e JCP líquidos	920.550

Os juros sobre capital próprio pagos e/ou a pagar são contabilizados em contrapartida às despesas financeiras as quais, para fins de apresentação das informações trimestrais são reclassificadas e divulgadas como destinação do lucro líquido do exercício, nas mutações do patrimônio líquido. O total de juros sobre o capital próprio aprovados em 2020 foi de R\$ 1.083.000. Em 22 de janeiro de 2021, a Companhia pagou o valor de R\$583 milhões, referente a última tranche de juros sobre capital próprio referente ao ano de 2020. Em 2020, o total pago foi de R\$ 1.153.054 (sendo R\$ 500 milhões referentes ao exercício de 2020 e R\$ 653 milhões referentes ao exercício de 2019).

O saldo em 31 de março de 2021, na rubrica de "dividendos e juros sobre capital próprio a pagar" é composta pelos valores não liquidados de anos anteriores no montante de R\$52.028.

Conforme previsto na Lei nº 6.404/76 e estatuto social da Companhia, os dividendos e juros sobre o capital próprio declarados e não reclamados pelos acionistas em até 3 anos, são revertidos ao patrimônio líquido no momento de sua prescrição, sendo destinado a uma reserva suplementar para expansão dos negócios.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação Em 31 de março de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Para a demonstração dos fluxos de caixa, os juros sobre o capital próprio e dividendos pagos aos seus acionistas estão sendo alocados no grupo de "Atividades de Financiamentos".

26. Plano de Incentivo de Longo Prazo

Os saldos em 31 de março de 2021, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados.

Plano 2011 – 2013, Plano 2014-2016 e Plano 2018-2020

Em 5 de agosto de 2011, 10 de abril de 2014 e 19 de abril de 2018, foram aprovados pela Assembleia Geral de Acionistas da TIM Participações S.A. (incorporada pela TIM SA em 31 de agosto de 2020) os planos de incentivo de longo prazo; "Plano 2011-2013", "Plano 2014-2016" e "Plano 2018-2020" respectivamente, concedidos a altos administradores e àqueles que ocupam posições chave na Companhia.

Os Planos 2011-2013 e 2014-2016 tratam da outorga de opções de ações, enquanto o Plano 2018-2020 prevê a outorga de ações (performance shares e restricted shares).

O exercício das opções do Plano 2011-2013 esteve condicionado ao atingimento de metas específicas de desempenho que poderiam impedir o exercício das opções, enquanto no exercício das opções do Plano 2014-2016 o atingimento de metas pode afetar apenas o preço de aquisição das ações. O Preço de Exercício é calculado aplicando-se um ajuste, para mais ou para menos, no Preço Base da Ação, em consequência do desempenho acionário, considerando os critérios previstos em cada Plano.

Já o Plano 2018-2020 propõe conceder aos participantes ações de emissão da Companhia, sujeitos a permanência do participante na Companhia e desempenho (atingimento de metas específicas). A quantidade de ações pode variar, para mais ou para menos, em consequência do desempenho e eventualmente da concessão de dividendos, considerando os critérios previstos em cada Outorga.

O prazo de vigência das opções dos Planos 2011-2013 e 2014-2016 é de 6 anos e a TIM S.A. não tem nenhuma obrigação legal ou não formalizada de recomprar ou liquidar as opções em dinheiro. Para o Plano 2018-2020 o prazo de vigência possui a mesma periodicidade de 3 anos relacionada à sua carência (*Vesting*). Por sua vez, o Plano 2018-2020, além de considerar a transferência de Ações, prevê também a possibilidade de realizar o pagamento aos participantes do valor equivalente em dinheiro.

O valor total da despesa foi calculado considerando o fair *value* das opções e valor das ações e é reconhecido nos resultados ao longo do período *vesting* (carência).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação Em 31 de março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Tabela Programa Opções de Ações (Stock Options)

Data de outorga	Opções outorgadas	Data de vencimento	Preço Base	Saldo no início do exercício	Concedidas durante o exercício	Exercidas durante o exercício	Caducadas durante o exercício	Vencidas durante o exercício	Saldo no final do exercício
Plano 2014- 2016 – 3 ^a Outorga	3.922.204	nov/22	R\$ 8,10	295.063	-	(182.511)	-	-	112.552
Plano 2014- 2016 – 2 ^a Outorga	3.355.229	out/21	R\$ 8,45	21.771	-	-	-	-	21.771
Plano 2014- 2016 – 1 ^a Outorga	1.687.686	set/20	R\$ 13,42	-	-	-	-	-	-
Plano 2011- 2013 – 3 ^a Outorga	3.072.418	jul/19	R\$ 8,13	-	-		-	-	-
Plano 2011- 2013 – 2 ^a Outorga	2.661.752	set/18	R\$ 8,96	-	-	-	-	-	-
Plano 2011- 2013 – 1 ^a Outorga	2.833.595	ago/17	R\$ 8,84	-	-	-	-	-	-
Total	17.532.884			316.834	-	(182.511)	-	-	134.323
Preço médio po	onderado do saldo	de outorgas	R\$ 8,16						

Tabela Programa de Ações (Performance Shares e Restricted Shares)

Identificação	Ações outorgadas	Data de vencimento	Preço	Saldo no	Outorgadas	Transferidas durante o exercício Pagas em Dinheiro				nheiro	Canceladas durante o exercício	Saldo no final do exercício	
Outorga			Outorga		durante o exercício	Volume Vested	Variação Performance	Adicional Dividendos	Volume Vested	Variação Performance	Adicional Dividendos		
Plano 2018- 2020 3ª Outorga	796.054	abr-23	14,40	796.054	-	-	-	-	-	-	-	-	796.054
Plano 2018- 2020 2ª Outorga	930.662	jul-22	11,28	687.895	-	-	-	-	-	-	-	-	687.895
Plano 2018- 2020 1ª Outorga	849.932	abr-21	14,41	199.594	-	-	-	-	-	-	-	-	199.594
Total	2.576.648			1.683.543	-	-	-	-	-	-	-	-	1.683.543
Preço médi	o ponderado d outorgas	lo saldo de	13,12										

Os dados significativos incluídos no modelo, para as Outorgas de opções de ações foram:

Data de outorga	Preço Base – média ponderada da ação no período de medição da Outorga	Volatilidade	Vida esperada da opção	Taxa de juros anual sem risco
Outorga 2011	R\$ 8,84	51,73% a.a.	6 anos	11,94%a.a
Outorga 2012	R\$ 8,96	50,46% a.a.	6 anos	8,89%a.a
Outorga 2013	R\$ 8,13	48,45% a.a.	6 anos	10,66%a.a
Outorga 2014	R\$ 13,42	44,60% a.a.	6 anos	10,66%a.a
Outorga 2015	R\$ 8,45	35,50% a.a.	6 anos	16,10%a.a
Outorga 2016	R\$ 8,10	36,70% a.a.	6 anos	11,73% a.a

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação Em 31 de março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Nota: Os dados significativos são característicos de plano baseado em opções, considerando utilização do valor justo (*fair value*) como o método adequado para calcular as despesas com a remuneração por opções.

O Preço Base da Ação de cada Outorga foi calculado através das médias ponderadas do preço das ações da TIM Participações, considerando os seguintes períodos:

- Plano 2011-2013 1ª Outorga volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações. no período dos 30 dias anteriores à data de 20/07/2011 (data em que o Conselho de Administração da TIM Participações aprovou o benefício).
- Plano 2011-2013 2ª Outorga volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações. no período de 01/07/2012 a 31/08/2012.
- Plano 2011-2013 3ª Outorga volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações. no período dos 30 dias anteriores à data de 20/07/2013.
- Plano 2014-2016 1ª Outorga volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações. nos 30 dias anteriores à data definida pelo Conselho de Administração da TIM Participações. (29 de setembro de 2014).
- Plano 2014-2016 2ª Outorga volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações. nos 30 dias anteriores à data definida pelo Conselho de Administração da TIM Participações. (29 de setembro de 2015).
- Plano 2014-2016 3ª outorga volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações. nos 30 dias anteriores à data definida pelo Conselho de Administração (29 de setembro de 2016).
- Plano 2018-2020 1ª outorga volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações. no período de 01 de março de 2018 à 31 de março de 2018.
- Plano 2018-2020 2ª outorga volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações. no período de 01 de junho de 2019 à 30 de junho de 2019.
- **Plano 2018-2020 3ª outorga** volume negociado e preço de negociação das ações da TIM Participações. no período de 01 de março de 2020 à 31 de março de 2020.

A Companhia reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com contrapartida no patrimônio líquido. Em 31 de março de 2021, as despesas atreladas aos referidos planos de benefícios de longo prazo totalizaram R\$2.597 (R\$ 1.796 em 31 de março de 2020).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação Em 31 de março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

27. Receita operacional líquida

Os saldos em 31 de março de 2021, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados.

Receitas de serviços prestados

As principais receitas de serviços advêm de assinaturas mensais, prestação de serviços separados de voz, SMSs, dados, pacotes de utilização combinada destes serviços, encargos de *roaming* e receitas de interconexão. As receitas são reconhecidas conforme sua utilização, líquidas de impostos sobre vendas e descontos concedidos sobre os serviços. Estas receitas somente são contabilizadas quando o montante do serviço prestado pode ser estimado de forma confiável.

As receitas são reconhecidas mensalmente, através do faturamento, e as receitas a faturar entre a data de faturamento e o final do mês (unbilled) são identificadas, processadas e reconhecidas no mês em que o serviço foi prestado. Estas receitas não faturadas são registradas com base em estimativa, que leva em consideração dados de consumo, número de dias transcorridos desde a última data de faturamento

As receitas de tráfego de interconexão e *roaming* são registradas de forma isolada, sem que sejam compensados os valores devidos a outras operadoras de telecomunicações (estes últimos são registrados como custo das operações).

Os minutos não utilizados pelos clientes e/ou os créditos de recarga em poder dos parceiros comerciais, relativos aos serviços do sistema pré-pago são registrados como receita diferida e apropriados ao resultado quando da efetiva utilização destes serviços pelos clientes.

A rubrica de receitas de serviços inclui também as receitas originadas por contratos de parceria financeira e conforme determinado em contrato o valor de receitas reconhecidas, no primeiro trimestre de 2021, em função de clientes TIM que abriram contas junto ao nosso parceiro financeiro C6, foi de aproximadamente R\$11 milhões (nota 36).

Receitas de vendas de mercadorias

As receitas com vendas de mercadorias (telefones, *mini-modems*, *tablets* e outros equipamentos) são reconhecidas quando as obrigações de performance associadas ao contrato são transferidas ao comprador. A receita de venda de aparelhos aos parceiros comerciais é contabilizada no momento de sua entrega física ao parceiro, liquida de descontos, e não no momento da venda ao cliente final, pois a Companhia não detém qualquer controle sobre a mercadoria vendida.

<u>Identificação dos contratos</u>

A Companhia efetua o monitoramento dos contratos comerciais em vigor, de modo a identificar as principais cláusulas contratuais e demais elementos presentes nos contratos que poderiam ser relevantes na aplicação do pronunciamento contábil IFRS 15 / CPC47 – Receita de Contrato com Clientes.

Identificação da obrigação de desempenho

Com base na revisão dos seus contratos, a Companhia verificou a existência de duas obrigações de desempenho:

- (i) venda de equipamentos; e
- (ii) prestação de serviços de telefonia móvel, fixa e internet.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação Em 31 de março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Sendo assim, a Companhia passou a reconhecer as receitas quando, ou à medida que, seja satisfeita a obrigação de desempenho ao transferir o bem ou o serviço prometido ao cliente; sendo o ativo considerado transferido quando ou à medida que o cliente obtiver o controle desse ativo.

Determinação e alocação do preco da transação à obrigação de desempenho

A Companhia entende que em algumas situações realiza venda de pacotes de serviços e venda de aparelhos celulares com desconto. De acordo com a IFRS 15 /CPC 47, a Companhia é requerida a realizar a alocação do desconto e reconhecer as receitas relacionadas a cada obrigação de desempenho com base em seus preços de venda independentes.

Custo para obtenção de contrato

Todos os custos incrementais relacionados com a obtenção de um contrato (comissões de vendas e outros custos de aquisição de terceiros) são contabilizados como despesas antecipadas (conforme descrito na nota 11) e diferidos no resultado no mesmo período que a receita associada a este ativo. Da mesma forma, certos custos de cumprimento do contrato, também são diferidos na medida em que eles se relacionem com obrigações de desempenho que estão satisfeitas ao longo do tempo.

	03/2021	03/2020
Receita Operacional Líquida	4.339.763	4.215.308
Receita operacional bruta	6.103.577	6.091.892
Receita de serviços	5.885.177	5.850.560
Receita de serviços – Móvel	5.431.982	5.426.617
Receita de serviços – Fixa	453.195	423.943
Venda de mercadorias	218.400	241.332
Deduções da receita bruta	(1.763.814)	(1.876.584)
Impostos incidentes	(1.167.076)	(1.196.711)
Descontos concedidos	(594.768)	(676.842)
Devoluções e Outros	(1.970)	(3.031)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação Em 31 de março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

28. Custos e despesas operacionais

	Controladora								
		03/2	021	03/2020					
	Custo de serviços prestados e mercadorias vendidas	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total		Custo de serviços prestados e mercadorias vendidas	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total
	(2.092.827)	(1.163.466)	(420.469)	(3.676.762)		(1.961.448)	(1.209.040)	(429.687)	(3.600.175)
Pessoal	(20.381)	(160.503)	(96.547)	(277.431)		(14.877)	(157.945)	(83.976)	(256.798)
Serviços de terceiros	(143.887)	(439.717)	(138.925)	(722.529)		(161.764)	(492.564)	(136.074)	(790.402)
Interconexão e meios de conexão	(475.423)	-	-	(475.423)		(374.214)	-	-	(374.214)
Depreciação e amortização	(1.206.658)	(64.509)	(156.615)	(1.427.782)		(1.160.368)	(60.455)	(187.782)	(1.408.605)
Impostos, taxas e contribuições	(8.977)	(197.362)	(9.802)	(216.141)		(8.334)	(179.973)	(8.340)	(196.647)
Aluguéis e seguros	(91.472)	(26.034)	(4.178)	(121.684)		(81.889)	(37.409)	(236)	(119.534)
Custo das mercadorias vendidas	(145.574)	-	-	(145.574)		(158.743)	-	-	(158.743)
Publicidade e propaganda	-	(150.895)	-	(150.895)		-	(87.816)	-	(87.816)
Perdas por créditos de liquidação duvidosa	-	(123.493)	-	(123.493)		-	(188.588)	-	(188.588)
Outros	(455)	(953)	(14.402)	(15.810)		(1.259)	(4.290)	(13.279)	(18.828)

	Consolidado					
		03/2021				
	Custo de serviços prestados e mercadorias vendidas	Despesas com comercialização	Despesas gerais e administrativas	Total		
	(2.092.827)	(1.163.466)	(420.481)	(3.676.774)		
Pessoal	(20.381)	(160.503)	(96.547)	(277.431)		
Serviços de terceiros	(143.887)	(439.717)	(138.937)	(722.541)		
Interconexão e meios de conexão	(475.423)	-	-	(475.423)		
Depreciação e amortização	(1.206.658)	(64.509)	(156.615)	(1.427.782)		
Impostos, taxas e contribuições	(8.977)	(197.362)	(9.802)	(216.141)		
Aluguéis e seguros	(91.472)	(26.034)	(4.178)	(121.684)		
Custo das mercadorias vendidas	(145.574)	-	-	(145.574)		
Publicidade e propaganda	-	(150.895)	-	(150.895)		
Perdas por créditos de liquidação duvidosa	-	(123.493)		(123.493)		
Outros	(455)	(953)	(14.402)	(15.810)		

A Companhia faz contribuições para planos de seguro de pensão públicos ou privados de forma obrigatória, contratual ou voluntária enquanto o empregado integra o quadro de funcionários da Companhia. Tais planos não trazem nenhuma obrigação adicional para a Companhia. Se o funcionário deixar de fazer parte do quadro de empregados da Companhia no período necessário para ter o direito de retirada das contribuições feitas pelas patrocinadoras, os valores aos quais o funcionário não tem mais direito e que podem representar redução nas contribuições futuras da Companhia aos funcionários ativos, ou um reembolso em dinheiro destes valores, são lançados como ativo.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação Em 31 de março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

29. Outras receitas (despesas), líquidas

	Controladora		Consolidado
	03/2021	03/2020	03/2021
Receitas			
Receita de subvenção, líquida	4.085	5.115	4.085
Multas s/ serviços de telecomunicações	13.681	12.748	13.681
Receita na alienação de ativos	331	439	331
Outras receitas	17.162	15.194	17.097
	35.259	33.496	35.194
Despesas			
FUST/FUNTTEL (1)	(33.581)	(33.911)	(33.581)
Impostos, taxas e contribuições	(931)	(330)	(931)
Provisão para processos judiciais e administrativos, líquida			
de reversão	(63.920)	(77.905)	(63.920)
Despesa na alienação de ativos	(2.067)	(6.059)	(2.067)
Outras despesas	(5.195)	(7.746)	(5.195)
	(105.694)	(125.951)	(105.694)
Outras receitas (despesas), líquidas	(70.435)	(92.455)	(70.500)

⁽¹⁾ Representam os gastos incorridos com as contribuições sobre as diversas receitas de telecomunicações devidas a ANATEL, conforme legislação em vigor.

30. Receitas financeiras

Os saldos em 31 de março de 2021, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados.

	03/2021	03/2020
Receitas financeiras	276.930	362.698
Juros sobre aplicações financeiras	23.070	17.107
Juros de clientes	6.744	8.708
Juros swap	10.133	4.840
Juros sobre leasing	5.191	4.937
Atualização monetária	21.379	25.324
Variação cambial (1)	210.278	301.321
Outras receitas	135	461

⁽¹⁾ Refere-se principalmente a instrumentos financeiros derivativos para mitigar os riscos de variações cambiais relacionados às dívidas em moeda estrangeira no montante de R\$199.002 (R\$277.765 em 31 de março de 2020) - (nota 36).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação Em 31 de março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

31. Despesas financeiras

Os saldos em 31 de março de 2021, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados.

03/2021	03/2020
(502.167)	(613.995)
(8.801)	(33.824)
525	(3.141)
(24.210)	(6.787)
(191.978)	(166.414)
(44.132)	(63.875)
(10.505)	(5.858)
(209.551)	(294.022)
(13.515)	(40.074)
	(502.167) (8.801) 525 (24.210) (191.978) (44.132) (10.505) (209.551)

- (1) Parte substancial relacionada a atualização monetária sobre processos judiciais, no montante de R\$ 29.504, vide nota 24 (R\$ 59.646 em 31 de março de 2020).
- (2) Refere-se principalmente a instrumentos financeiros derivativos para mitigar os riscos de variações cambiais relacionados às dívidas em moeda estrangeira no montante de R\$199.002 (R\$277.765 em 31 de março de 2020) (nota 36).

32. Despesas com imposto de renda e contribuição social

Os saldos em 31 de março de 2021, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados.

	03/2021	03/2020
Imposto de renda e contribuição social correntes		
Imposto de renda do período	(43.919)	-
Contribuição social do período	(16.308)	-
Incentivo fiscal – SUDENE/SUDAM (*)	34.930	-
	(25.297)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos		
Imposto de renda diferido	(47.830)	(72.529)
Contribuição social diferida	(17.236)	(26.110)
	(65.066)	(98.639)
Provisão para contingências de imposto de renda e contribuição social	-	-
	(65.066)	(98.639)
	(90.363)	(98.639)

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas com os valores refletidos no resultado está demonstrada a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação Em 31 de março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	03/2021	03/2020
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	367.252	271.381
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	(124.866)	(92.270)
(Adições) / exclusões:		
Adições, exclusões permanentes:		
Despesas não dedutíveis para fins de impostos	(2.104)	(7.660)
Incentivo fiscal SUDENE/SUDAM (1)	34.930	1.333
Outros valores	1.677	(42)
	34.503	(6.369)
Imposto de renda e contribuição social registrados ao resultado do período		
imposto de renda e contribuição social registrados do resultado do periodo	(90.363)	(98.639)
Alíquota efetiva	24,61%	36,35%

(1) Conforme mencionado na nota 25 c.3, para que subvenções para investimento não sejam computadas no lucro real, as mesmas devem ser registradas como reserva de incentivos fiscais, que somente poderá ser utilizada para absorver prejuízos ou ser incorporada ao capital social. A TIM S.A possui benefícios fiscais que se enquadram nestas regras.

33. Lucro por ação

Os saldos em 31 de março de 2021, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados.

O número de ações da TIM.S.A. antes da reorganização societária era 2.420.447.019, um número equivalente ao número de ações ordinárias da TIM Participações na data de incorporação. Consequentemente o lucro por ação básico e diluído foram calculados considerando o impacto retrospectivo da alteração na quantidade de ações conforme IAS 33/CPC 41.

(a) Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações emitidas durante o período.

	03/2021	03/2020
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	276.889	172.742
Quantidade média ponderada de ações emitidas (milhares)	2.420.804	2.420.447
Lucro básico por ação (expresso em R\$)	0,11	0,07

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação Em 31 de março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(b) Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluitivas.

	03/2021	03/2020
Lucro atribuível aos acionistas da sociedade	276.889	172.742
Quantidade média ponderada de ações emitidas (milhares)	2.420.980	2.420.647
Lucro diluído por ação (expresso em R\$)	0,11	0,07

O cálculo do lucro diluído por ação, considerou 176 milhares (200 milhares em 31 de março de 2020) de ações relacionadas com as outorgas do Plano 2011-2013 e do Plano 2014-2016, conforme mencionado na nota 26.

34. Saldos e transações com partes relacionadas

Os saldos em 31 de março de 2021, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados.

Os saldos das transações com empresas do Grupo Telecom Italia são os seguintes:

	Ativo		
	03/2021	12/2020	
Thomas In P. Con Ha (4)	4.407	4.620	
Telecom Italia Sparkle (1)	1.497	1.630	
Gruppo Havas (6)	11.210	-	
TI Sparkle (3)	2.581	1.915	
TIM Brasil (7)	6.262	6.129	
Outros	674	1.044	
Total	22.224	10.718	

	Pa	ssivo
	03/2021	12/2020
Telecom Italia S.p.A. (2)	62.244	75.317
Telecom Italia Sparkle (1)	14.318	10.576
TI Sparkle (3)	5.559	7.333
TIM Brasil (4)	6.145	6.145
Grupo Vivendi (5)	1.164	1.150
Gruppo Havas (6)	65.417	24.068
Outros	7.602	2.797
Total	162.449	127.386

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação Em 31 de março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	Rece	Receita	
	03/2021	03/2020	
Telecom Italia S.p.A. (2)	403	586	
Telecom Italia Sparkle (1)	42	903	
TI Sparkle (3)	828	1.041	
Total	1.273	2.530	

Custo/Despesa

	03/2021	03/2020
Telecom Italia S.p.A. (2)	23.365	26.814
Telecom Italia Sparkle (1)	8.901	2.759
TI Sparkle (3)	4.696	4.794
Grupo Vivendi (5)	1.164	1.163
Gruppo Havas (6)	83.566	54.159
Outros	6.026	5.461
Total	127.718	95.150

- (1) Os valores referem-se a *roaming*, serviços de valor adicionado VAS, cessão de meios e voz internacionalwholesale.
- (2) Os valores referem-se a roaming internacional, assistência técnica e serviços de valor adicionado VAS e licenciamento de uso de marca registrada, concedendo a TIM.S.A o direito de utilização da marca "TIM" mediante o pagamento de royalties no valor de 0,5% da receita liquida da companhia, sendo o pagamento efetuado de forma trimestral.
- (3) Os valores referem-se a aluguel de *links*, aluguel de EILD, aluguel de meios (cabo submarino) e serviço de sinalização.
- (4) Referem-se principalmente a depósitos judiciais feitos em razão de causas trabalhistas e transferências de funcionários.
- (5) Os valores referem-se aos serviços de valor adicionado VAS.
- (6) Dos valores descritos acima, no resultado, referem-se aos serviços de publicidade, dos quais, R\$ 74.371 (R\$ 53.134 em 31 de março de 2020), estão relacionados aos repasses de mídia.
- (7) Referem-se a depósitos judiciais feitos em razão de causas trabalhistas.

A Companhia possui ações de investimento social que contemplam doações, projetos desenvolvidos pelo Instituto TIM e patrocínios. Em 31 de março de 2021 a Companhia investiu R\$ 73.

Os saldos das contas patrimoniais estão registrados nos grupos: contas a receber de clientes, despesas antecipadas, fornecedores e outros ativos e passivos circulantes.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação Em 31 de março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

35. Remuneração da Administração

Os saldos em 31 de março de 2021, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados.

O pessoal-chave da Administração inclui: diretores estatutários e o Conselho de Administração. O pagamento do pessoal-chave da Administração pela prestação dos seus serviços está apresentado a seguir:

	03/2021	03/2020
Benefícios de curto prazo	5.830	4.174
Outros benefícios de longo prazo	492	818
Remuneração baseada em ações	1.622	1.100
	7.944	6.092

36. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Os saldos em 31 de março de 2021, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados.

Dentre os instrumentos financeiros registrados na Companhia destacam-se também os derivativos que são passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. A cada data de balanço tais passivos são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária, a variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos, na linha de receitas ou despesas financeiras.

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativo é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. A Companhia não aplica a "hedge accounting".

A Companhia, realiza transações com instrumentos financeiros derivativos, sem fins especulativos, apenas com o objetivo de i) reduzir riscos relacionados à variação cambial e ii) gerenciar exposição de taxas de juros. Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia estão representados especificamente por contratos de swap e opções.

Os instrumentos financeiros da Companhia estão sendo apresentados em atendimento ao IFRS 9 / CPC 48.

Os principais fatores de risco que a Companhia está exposta são os seguintes:

(i) Riscos de variações cambiais

Os riscos de variações cambiais relacionam-se com a possibilidade de a Companhia computar i) prejuízos derivados de flutuações nas taxas de câmbio aumentando os saldos de dívida com empréstimos e financiamentos obtidos no mercado e as despesas financeiras correspondentes ou ii) aumento de custo em contratos comerciais que possuam algum tipo de vinculação a variação cambial. Para que esses tipos de riscos sejam mitigados, a Companhia realiza: contratos de swap com instituições financeiras com o objetivo de anular os impactos decorrentes da flutuação das taxas de câmbio no resultado financeiro e contratos

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação Em 31 de março de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

comerciais com cláusulas de bandas cambiais com o objetivo de mitigar parcialmente os riscos cambiais ou ainda utilizar instrumentos derivativos para reduzir os riscos de exposição cambial em contratos comerciais.

Em 31 de março de 2021, os empréstimos e financiamentos da Companhia indexados à variação de moedas estrangeiras encontram-se integralmente protegidos, tanto em prazo quanto em valor, por contratos de swap. Os ganhos ou perdas com esses contratos de swap são registrados no resultado da Companhia.

Além dos riscos mencionados acima não existem outros ativos e passivos financeiros em montantes significativos que estejam indexados a moedas estrangeiras.

(ii) Riscos de taxa de juros

Os riscos da taxa de juros relacionam-se com:

- A possibilidade de variações no valor justo dos financiamentos obtidos pela Companhia indexados à TJLP, IPCA e/ou TLP, quando tais taxas não acompanharem proporcionalmente as taxas referentes aos Certificados de Depósito Interbancários (CDI). Em 31 de março de 2021, a Companhia não possuía nenhuma operação de swap atrelada a TJLP, IPCA e/ou TLP.
- A possibilidade de um movimento desfavorável nas taxas de juros causaria um aumento nas despesas financeiras da Companhia, em decorrência da parcela da dívida e das posições passivas que a Companhia possui nos contratos de swap atrelados a taxas de juros flutuantes (percentual do CDI). Todavia, em 31 de março de 2021, a Companhia mantém seus recursos financeiros aplicados em Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), o que reduz substancialmente esse risco.

(iii) Risco de crédito inerente à prestação de serviços

O risco está relacionado à possibilidade de a Companhia computar prejuízos derivados da incapacidade dos assinantes honrarem os pagamentos dos valores faturados. Para minimizar este risco, a Companhia realiza preventivamente análises de crédito de todos os pedidos imputados pelas áreas de vendas e monitora as contas a receber de assinantes, bloqueando a capacidade de utilização de serviços, entre outras ações, caso os clientes não paguem suas dívidas. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das contas a receber líquidas em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020 ou receitas de serviços prestados durante o período findo em 31 de março de 2021 e 2020.

(iv) Risco de crédito inerente à venda de aparelhos telefônicos e de cartões de telefones pré-pagos

A política do Grupo para venda de aparelhos telefônicos e distribuição de cartões de telefones pré-pagos está diretamente relacionada aos níveis de risco de créditos aceitos durante o curso normal do negócio. A seleção de parceiros, a diversificação da carteira de contas a receber, o monitoramento das condições de empréstimos, as posições e limites de pedidos estabelecidos para os negociantes, a constituição de garantias reais são procedimentos adotados pela Companhia para minimizar possíveis problemas de cobrança com seus parceiros comerciais. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das receitas de venda de mercadorias durante o período findo em 31 de março de 2021 e 2020. Não há clientes que tenham contribuído com mais de 10% das contas a receber líquidas de venda de mercadorias em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação Em 31 de março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

(v) Risco de Liquidez

- O risco de liquidez surge a partir da necessidade de caixa perante as obrigações assumidas. A Companhia estrutura os vencimentos de seus instrumentos financeiros não derivativos e de seus respectivos instrumentos financeiros derivativos, de modo a não afetar a liquidez.
- O gerenciamento da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia são efetuados diariamente para a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos operacionais e financeiros.
- Todas as aplicações financeiras da Companhia possuem liquidez diária e a Administração poderá, ainda que em casos específicos: i) rever a política de pagamento de dividendos; ii) emitir novas ações; e/ou, iii) vender ativos para aumentar a liquidez.

(vi) Risco de crédito financeiro

A previsão de fluxo de caixa é realizada e agregada pelo departamento de Finanças e Tesouraria da Companhia. Este departamento monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que a Companhia tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de investimento, financiamento da dívida, cumprimento de cláusulas contratuais, cumprimento das metas internas e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais.

O risco está relacionado à possibilidade da Companhia computar perdas derivadas da dificuldade de resgate das aplicações financeiras de curto prazo e dos contratos de swap, em razão de eventual insolvência das contrapartes. A Companhia minimiza o risco associado a esses instrumentos financeiros mantendo operações apenas com instituições financeiras de reconhecida solidez no mercado, além de seguirem política que estabelece níveis máximos de concentração de risco por instituição financeira.

Valor justo dos instrumentos financeiros derivativos:

Os instrumentos financeiros derivativos consolidados estão apresentados a seguir:

	03/2021		03/2021 12/2020	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Operações com derivativos	502.974	(13.320)	340.660	(36.166)
Outros derivativos	161.429	-	161.429	-
	664.403	(13.320)	502.089	(36.166)
Parcela circulante	399.641	(13.320)	262.666	(7.273)
Parcela não circulante	264.762	-	239.423	(28.893)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação Em 31 de março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Os instrumentos financeiros derivativos consolidados em 31 de março de 2021 vencíveis a longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

	Ativo
2022 2023	35.668
2023	17.834
2024 em diante	211.260
	264.762

Os outros derivativos são instrumentos de opções de subscrição de ações representam a opção da Companhia de subscrever 1,4% das ações do capital do C6, onde o Grupo/Companhia pagou um prêmio de subscrição de ações no valor de R\$6,2 milhões. Conforme requerimentos do IFRS9, o instrumento financeiro deve ser avaliado pelo seu valor justo, que, em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020, corresponde a R\$161 milhões. O impacto da marcação a mercado da opção de conversão de ações calculado de R\$155 milhões representa a diferença do valor justo da opção menos o montante pago pelo prêmio de subscrição de ações. Esse instrumento financeiro foi mensurado ao valor justo e será mensurado subsequentemente no resultado do exercício da companhia. Em março de 2021, a Companhia avaliou a remensuração do valor do justo do instrumento e não identificou necessidade de ajuste no período.

Os passivos financeiros não derivativos são substancialmente compostos pelas contas a pagar com fornecedores, dividendos a pagar e outras obrigações, cujo vencimento ocorrerá nos próximos 12 meses, exceto pelos empréstimos e financiamentos e arrendamento mercantil, cujo fluxos nominais de pagamentos estão divulgados nas notas 20 e 16.

Instrumentos financeiros consolidados mensurados pelo valor justo:

03/2021

	03/2021		
	Nível 1	Nível 2	TOTAL
Total do ativo	1.609.011	664.403	2.273.414
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	1.609.011	664.403	2.273.414
Instrumentos financeiros derivativos	-	502.974	502.974
Outros derivativos	-	161.429	161.429
Títulos e valores mobiliários	1.609.011	-	1.609.011
T. 11		42.220	42.220
Total do passivo	-	13.320	13.320
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-	13.320	13.320
Instrumentos financeiros derivativos	-	13.320	13.320

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação Em 31 de março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

12/2020

	Nível 1	Nível 2	TOTAL
Total do ativo	2.077.499	502.089	2.579.588
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	2.077.499	502.089	2.579.588
Instrumentos financeiros derivativos	-	340.660	340.660
Outros derivativos	-	161.429	161.429
Títulos e valores mobiliários	2.077.499	-	2.077.499
Total do passivo	_	36.166	36.166
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-	36.166	36.166
Instrumentos financeiros derivativos	-	36.166	36.166

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem prontos e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais de Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e compromissadas classificados como títulos para negociação.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
- O valor justo de *swaps* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, dados disponíveis da última transação relevante e análise de resultados com base em múltiplos de cias similares, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

Os valores justos dos instrumentos financeiros derivativos de moeda e taxas de juros da Companhia foram determinados por meio de fluxos de caixa futuros (posição ativa e passiva) utilizando as condições contratadas e trazendo esses fluxos a valor presente por meio de descontos pelo uso de taxa futura de juros divulgada por fontes de mercado. Os valores justos foram estimados em um momento específico, com base em informações disponíveis e metodologias de avaliação próprias.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação Em 31 de março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Ativos e passivos financeiros por categoria

Os instrumentos financeiros da Companhia por categoria podem ser assim resumidos:

31 de março de 2021

<u>de março de 2021</u>			
	Mensurados ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativo, conforme balanço patrimonial	6.681.256	2.273.414	8.954.670
Instrumentos financeiros derivativos	-	502.974	502.974
Outros derivativos	-	161.429	161.429
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	2.929.001	-	2.929.001
Títulos e valores mobiliários	-	1.609.011	1.609.011
Caixa e equivalentes de caixa	2.716.539	-	2.716.539
Arrendamento Mercantil – leasing	217.505	-	217.505
Depósitos judiciais	780.965	-	780.965
Outros valores a compensar	37.246	-	37.246
	Mensurados ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Passivo, conforme o balanço patrimonial	13.655.948	13.320	13.669.268
Empréstimos e Financiamentos	2.545.282	-	2.545.282
Instrumentos financeiros derivativos	-	13.320	13.320
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	2.661.325	-	2.661.325
Arrendamento mercantil leasing	8.397.313	-	8.397.313

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação Em 31 de março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

31 de dezembro de 2020

	Mensurados ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativo, conforme balanço patrimonial	6.756.810	2.579.588	9.336.398
Instrumentos financeiros derivativos	-	340.660	340.660
Outros derivativos		161.429	161.429
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	3.180.661	-	3.180.661
Títulos e valores mobiliários	-	2.077.499	2.077.499
Caixa e equivalentes de caixa	2.575.290	-	2.575.290
Arrendamento Mercantil – leasing	162.198	-	162.198
Depósitos judiciais	794,755	_	794.755
Depositos Judiciais			
· · · · · ·	43.906	-	43.906
_ ·	43.906 Mensurados ao custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	43.906 Total
_ ·	Mensurados ao		
Outros valores a compensar	Mensurados ao		
Outros valores a compensar Passivo, conforme o balanço patrimonial	Mensurados ao custo amortizado	meio do resultado	Total
Outros valores a compensar	Mensurados ao custo amortizado	meio do resultado	Total
Outros valores a compensar Passivo, conforme o balanço patrimonial Empréstimos e Financiamentos	Mensurados ao custo amortizado 14.391.175	meio do resultado	Total 14.427.341
Outros valores a compensar Passivo, conforme o balanço patrimonial	Mensurados ao custo amortizado 14.391.175	meio do resultado 36.166	Total 14.427.341 2.345.032
Outros valores a compensar Passivo, conforme o balanço patrimonial Empréstimos e Financiamentos Instrumentos financeiros derivativos Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações	Mensurados ao custo amortizado 14.391.175 2.345.032	meio do resultado 36.166	Total 14.427.341 2.345.032 36.166

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação - data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, as variações do valor justo são contabilizadas no resultado do exercício, no grupo de receitas e despesas financeiras.

Política de proteção de riscos financeiros adotada pela Companhia

A política da Companhia estabelece que devem ser adotados mecanismos de proteção contra riscos financeiros decorrentes da contratação de financiamentos, em moeda estrangeira, com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados a variações cambiais.

A contratação de instrumentos financeiros derivativos contra a exposição cambial deve ocorrer simultaneamente à contratação da dívida que deu origem a tal exposição. O nível de cobertura a ser contratado para as referidas exposições cambiais é de 100% do risco, tanto em prazo quanto em valor.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação Em 31 de março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Em 31 de março de 2021, não há quaisquer tipos de margens ou garantias aplicadas às operações com instrumentos financeiros derivativos da Companhia.

Os critérios de seleção das instituições financeiras obedecem a parâmetros que levam em consideração o rating disponibilizado por renomadas agências de análise de risco, patrimônio líquido e níveis de concentração de operações e recursos.

As operações com instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia e vigentes em 31 de março de 2021 e 31 de dezembro de 2020 estão demonstradas no quadro a seguir:

31 de marco de 2021

	_	CONTRA	PARTE		<u>%</u> Cober		TAXA SWAP	S MÉDIAS
<u>Moeda</u>	<u>Tipo de</u> <u>SWAP</u>	<u>Dívida</u> <u>SV</u>	<u>VAP</u> <u>Total C</u>		al Swap ta Ativa)¹			onta Passiva
USD	LIBOR X DI	KFW/ Finnvera	JP Morgan e Bank of America	386.046	386.046	100%	LIBOR 6M + 0,75% a.a.	85,25% do CDI
EUR	PRE X DI	Bank of America	Bank of America	598.903	598.937	100%	0,33% a.a.	108,05% do CDI
USD	PRE X DI	The Bank of Nova Scotia.	Scotiabank	1.129.742	1.130.525	100%	1,72% a.a.	134,53% do CDI
USD	PRE x DI	BNP Paribas	BNP Paribas	437.699	438.151	100%	3,32% a.a.	155% do CDI

¹ Em determinados contratos de swap, ponta ativa inclui o custo de imposto de renda (15%). Após os impostos relacionados, a cobertura se mantém em 100%.

31 de dezembro de 2020

	_	CONTRAI	PARTE		<u>%</u> Cober		TAXA <u>SWAP</u>	S MÉDIAS
<u>Moeda</u>	<u>Tipo de</u> <u>SWAP</u>	<u>Dívida</u> SV	<u>VAP</u> <u>Total D</u>		ta Ativa)¹	<u>Pon</u>	ta Ativa Po	onta Passiva
USD	LIBOR X DI	KFW/ Finnvera	JP Morgan e Bank of America	351.233	351.233	100%	LIBOR 6M + 0,75% a.a.	85,25% do CDI
EUR	PRE X DI	Bank of America	Bank of America	570.878	570.878	100%	0,33% a.a.	108,05% do CDI
USD	PRE X DI	The Bank of Nova Scotia.	Scotiabank	1.031.526	1.031.526	100%	1,72% a.a.	134,43% do CDI
USD	PRE x DI	BNP Paribas	BNP Paribas	399.725	399.725	100%	3,32% a.a.	155% do CDI

Quadro demonstrativo de análise de sensibilidade - efeito na variação do valor justo dos swaps

Para fins de identificação de possíveis distorções advindas das operações com instrumentos financeiros derivativos consolidados atualmente vigentes, uma análise de sensibilidade foi realizada considerando as variáveis CDI, Dólar Americano (USD), Euro (EUR) e Libor, individualmente, em três cenários distintos (provável, possível e remoto), e seus respectivos impactos nos resultados obtidos.

Nossas premissas observaram, basicamente, o efeito individual da variação do CDI, do USD, do EUR e da Libor, utilizados nas operações conforme o caso e, para cada cenário, foram utilizados os percentuais e cotações indicados a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação Em 31 de março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Cenário Sensibilidade ao CDI

Descrição	03/2021	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Valor justo em USD e EUR (KFW Finnvera, Scotia, BofA e BNP)	2.560.077	2.560.077	2.560.077	2.560.077
A) Δ Variação Acumulada Dívida			-	-
Valor justo da ponta ativa do swap (+)	2.560.077	2.560.077	2.560.077	2.560.077
Valor justo da ponta passiva do swap (-)	2.069.991	2.069.991	2.075.967	2.081.935
Resultado swap	490.086	490.086	484.110	478.142
B) Δ Variação Acumulado Swap			-5.976	-11.944
C) Resultado final (B-A)			-5.976	-11.944

Variável de risco	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
CDI	2,65%	3,31%	3,98%
USD	5,6973	5,6973	5,6973
EUR	6,6915	6,6915	6,6915
Libor	0,2053%	0,2053%	0,2053%

Cenário Sensibilidade ao USD

Descrição	03/2021	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Valor justo em USD e EUR (KFW Finnvera, Scotia, BofA e BNP)	2.560.077	2.560.077	3.052.127	3.544.178
A) Δ Variação Acumulada Dívida			492.051	984.101
Valor justo da ponta ativa do swap (+)	2.560.077	2.560.077	3.052.127	3.544.178
Valor justo da ponta passiva do swap (-)	2.069.991	2.069.991	2.069.991	2.069.991
Resultado swap	490.086	490.086	982.136	1.474.187
B) A Variação Acumulado Swap			492.051	984.101

C) Resultado final (B-A)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação Em 31 de março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Variável de risco	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
CDI	2,65%	2,65%	2,65%
USD	5,6973	7,1216	8,5460
EUR	6,6915	6,6915	6,6915
Libor	0,2053%	0,2053%	0,2053%

Cenário Sensibilidade ao EUR

Descrição	03/2021	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Valor justo em USD e EUR (KFW Finnvera, Scotia, BofA e BNP)	2.560.077	2.560.077	2.708.046	2.856.014
A) Δ Variação Acumulada Dívida			147.969	295.937
Valor justo da ponta ativa do swap (+)	2.560.077	2.560.077	2.708.046	2.856.014
Valor justo da ponta passiva do swap (-)	2.069.991	2.069.991	2.069.991	2.069.991
Resultado swap	490.086	490.086	638.054	786.023
B) Δ Variação Acumulado Swap			147.969	295.937
C) Resultado final (B-A)			_	_

C) Resultado final (B-A)

Variável de risco	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
CDI	2,65%	2,65%	2,65%
USD	5,6973	5,6973	5,6973
EUR	6,6915	8,3644	10,0373
Libor	0,2053%	0,2053%	0,2053%

Cenário Sensibilidade a Libor

Descrição	03/2021	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
Valor justo em USD e EUR (KFW Finnvera, Scotia, BofA e BNP)	2.560.077	2.560.077	2.561.172	2.562.267
A) Δ Variação Acumulada Dívida			1.095	2.190
Valor justo da ponta ativa do swap (+)	2.560.077	2.560.077	2.561.172	2.562.267
Valor justo da ponta passiva do swap (-)	2.069.991	2.069.991	2.069.991	2.069.991
Resultado swap	490.086	490.086	491.181	492.276
B) Δ Variação Acumulado Swap			1.095	2.190

C) Resultado final (B-A)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação Em 31 de março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Variável de risco	Cenário provável	Cenário possível	Cenário remoto
CDI	2,65%	2,65%	2,65%
USD	5,6973	5,6973	5,6973
EUR	6,6915	6,6915	6,6915
Libor	0,2053%	0,2566%	0,3079%

Como a Companhia possui instrumentos financeiros derivativos para fins de proteção das suas respectivas dívidas financeiras, as variações dos cenários são acompanhadas do respectivo objeto de proteção, mostrando assim que os efeitos referentes à exposição gerada nos swaps terão sua contrapartida refletidos na dívida. Para estas operações, a Companhia divulga o valor justo do objeto (dívida) e do instrumento financeiro derivativo de proteção em linhas separadas, conforme demonstrado acima no quadro demonstrativo de análise de sensibilidade, de modo a informar sobre a exposição líquida da Companhia em cada um dos três cenários mencionados.

Salienta-se o fato de que as operações com instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia tem como único objetivo a proteção patrimonial. Desta forma, uma melhora ou piora em seus respectivos valores de mercado equivalerá a um movimento inverso nas correspondentes parcelas do valor da dívida financeira contratada, objeto dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia.

As análises de sensibilidade referentes aos instrumentos financeiros derivativos vigentes em 31 de março de 2020 foram realizadas considerando, basicamente, as premissas relacionadas às variações nas taxas de juros de mercado e a variação do dólar americano utilizadas nos contratos de swap. A utilização destas premissas nas análises se deve exclusivamente às características dos instrumentos financeiros derivativos, os quais apresentam exposição somente às variações na taxa de juros e de câmbio.

Quadro com ganhos e perdas com derivativos no período

	03/2021	03/2020
Resultado líquido em operações de Derivativos	184.926	275.818
Resultado de operações com outros derivativos	-	-

Gestão de capital

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade do Grupo para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a Administração poderá rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação Em 31 de março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Movimentação dos passivos financeiros

As variações em passivos decorrentes de atividades de financiamento, tais como empréstimos e financiamentos, arrendamento mercantil e instrumentos financeiros estão apresentadas abaixo:

	Empréstimos e financiamentos	Arrendamento mercantil	Instrumentos financeiros derivativos (ativos) passivos
24 2020	2.245.022	0.270.025	(4.65.022)
31 de dezembro de 2020	2.345.032	8.378.835	(465.923)
Ingressos	-	377.234	-
Remensuração	-	(94.299)	-
Encargos financeiros	8.786	196.592	14.077
Variações cambiais, líquidas	199.002	-	(199.002)
Pagamentos	(7.538)	(461.049)	(234)
31 de março de 2021	2.545.282	8.397.313	(651.083)

37. Planos de pensão e outros benefícios pós-emprego

Os saldos em 31 de março de 2021, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados.

	03/2021	12/2020
PAMEC/apólice de ativos e Plano médico	7.346	7.346

ICATU, SISTEL e FUNCESP

A Companhia vem patrocinando planos de previdência privada de benefícios definidos para um grupo de empregados oriundos do antigo sistema TELEBRÁS, que atualmente estão sob a administração da Fundação Sistel de Seguridade Social e do ICATU Fundo MULTIPATROCINADO. Além dos planos provenientes do Sistema TELEBRÁS, existe também o plano administrado pela FUNDAÇÃO CESP decorrente da incorporação da AES Atimus.

Os referidos planos de pensão, bem como os planos médicos, estão resumidamente explicados abaixo:

PBS Assistidos (PBS-A Tele Celular Sul e PBS-A Tele Nordeste Celular): plano de benefícios da SISTEL, o qual tem característica de benefício definido e inclui os empregados inativos que faziam parte dos planos patrocinados pelas empresas do antigo Sistema TELEBRÁS;

PBS (PBS Tele Celular Sul e PBS Tele Nordeste Celular): plano de pensão para empregados inativos, sendo tal plano de benefícios multi-patrocinado sob administração do ICATU Fundo MULTIPATROCINADO;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação Em 31 de março de 2021

(Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

Convênio de Administração: convênio de administração de pagamento de aposentadoria a aposentados e pensionistas, para os aposentados das predecessoras da Companhia sob administração do ICATU Fundo MULTIPATROCINADO;

PAMEC/Apólice de Ativos: plano de assistência médica ao complementado, para os aposentados das predecessoras da Companhia;

AES Telecom: Parcela do plano de previdência complementar e pensão, administrado pela Fundação CESP, que compete à Companhia, tendo em vista a aquisição da Eletropaulo Telecomunicações Ltda (AES Atimus), sucedida pela TIM Fiber SP LTDA, posteriormente incorporada à TIM Celular que foi incorporada pela Companhia.

Plano Médico Fiber: Provisão para manutenção de plano de saúde como benefício pós-emprego aos ex-colaboradores da AES Atimus (conforme estabelecido na lei 9656/98, artigos 30 e 31), que foi adquirida e incorporada pela TIM Celular e que posteriormente foi incorporada pela Companhia.

38. Seguros

Os saldos em 31 de março de 2021, apresentados abaixo, representam os montantes individuais e consolidados.

A Companhia mantem política de monitoramento dos riscos inerentes às suas operações. Por conta disso, em 31 de março de 2021, a Companhia possuía contratos de seguros em vigor para cobertura de riscos operacionais, responsabilidade civil, riscos cibernéticos (cyber), saúde, entre outros. A Administração da Companhia entende que as apólices representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas. Os principais ativos, responsabilidades ou interesses cobertos por seguros e os respectivos montantes são demonstrados a seguir:

Modalidades	Valores Segurados
Riscos Operacionais	R\$ 35.446.138
Responsabilidade Civil Geral – RCG	R\$ 80.000
Riscos cibernéticos (cyber)	R\$ 29.233
Automóvel (Frota Executivos e Operacionais)	R\$1.000 para Responsabilidade Civil Facultativo (Danos Materiais e Danos Corporais) e R\$100 para Danos Morais.

39. Informações suplementares ao fluxo de caixa

	Controladora		Consolidado
	03/2021	03/2020	03/2021
Transações que não envolvem caixa			
Adições ao imobilizado e intangível - sem efeito no caixa	(319.158)	(643.466)	(319.158)
Aumento das obrigações de leasing - sem efeito no caixa	319.158	643.466	319.158

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação Em 31 de março de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

40. Eventos subsequentes

Contrato de crédito

Em abril de 2021, a Companhia firmou dois contratos de mútuo com os Bancos BNP e Bank of Nova Scotia, no valor total de R\$1,1 bilhão. Esses contratos têm prazo de vencimento de três anos.

Contingência tributária

Em março de 2011, a Companhia recebeu o auto de infração nº 10480.721765/2011-46 lavrado pela Receita Federal no valor de R\$1.265 milhões que trata de IRPJ e CSL relativo a: (i) ágio; (ii) compensação indevida de prejuízos fiscais e bases negativas; (iii) uso supostamente indevido do benefício fiscal Sudene; (iv) deduções de IRRF; (v) dedução de estimativas e (vi) multas.

O resultado do julgamento em primeira instância administrativa foi pela manutenção integral da autuação, mas o recurso voluntário apresentado pela empresa foi julgado parcialmente provido. A empresa foi intimada do acórdão no dia 28/04/2021 e, com isso, restou confirmado o êxito parcial de R\$ 736 milhões (valores históricos) e R\$ 1,4 bilhão (valores atualizados).

Do total mencionado acima, R\$ 43 milhões (valores históricos) e R\$ 79 milhões (valores atualizados) já estavam classificados como risco remoto e o restante, como risco possível. Todo o montante correspondente ao êxito parcial será definitivamente excluído da contingência tributária e o valor remanescente seguirá sua discussão no curso do processo administrativo que ainda será levado à apreciação da Câmara Alta do CARF.

Celebração do acordo com as IHS de participação acionária na FiberCo

No dia 5 de maio, a TIM S.A. informou aos seus acionistas e ao mercado em geral que, em reunião do Conselho de Administração da Companhia realizada no mesmo dia, foi aprovado um acordo ("Acordo") entre a TIM S.A. e a IHS Fiber Brasil - Cessão de Infraestruturas Ltda. ("IHS"), com vistas a aquisição de participação societária na FiberCo Soluções de Infraestrutura Ltda. ("FiberCo"), empresa constituída pela Companhia para segregação de ativos de rede e prestação de serviços de infraestrutura.

A IHS é uma grande e diversificada provedora de infraestrutura de telecomunicações, focada em mercados emergentes e atuação em 9 países da África, Oriente Médio e América Latina. A IHS, além de possuir mais de 28 mil torres, busca a expansão da cadeia de valor nos serviços de infraestrutura.

No Acordo, fica estabelecida a alienação por parte da TIM de 51% do capital social da FiberCo em favor da IHS, permanecendo os restantes 49% sob o controle da Companhia. A relação entre as sócias será regulada por acordo de acionistas, a ser celebrado no momento de fechamento da transação.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS - continuação Em 31 de março de 2021 (Em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

A base inicial de ativos da FiberCo será constituída pela contribuição de infraestrutura de rede secundária da TIM que cobre, aproximadamente, 6,4 milhões de domicílios, sendo 3,5 milhões em FTTH e 3,5 milhões em FTTC. Além disso, serão transferidos à FiberCo outros ativos, contratos e empregados, todos exclusivamente relacionados às suas atividades. Estas transferências só irão se concretizar após o Acordo ser aprovado pelas autoridades competentes.

Neste contexto, o valor (Enterprise Value) da FiberCo ficou estabelecido em R\$ 2,6 bilhões. A transação contempla componentes primária (R\$ 609.000.000,00) destinada ao caixa da FiberCo e secundária (R\$ 1.027.590.000,00) a serem pagos a TIM.

A FiberCo nasce com a missão de implantar, operar e manter infraestrutura de última milha para acessos de banda larga a ser oferecida no mercado de atacado. Não obstante, os termos do Acordo definem a TIM como cliente âncora, tendo a prerrogativa de 6 meses de exclusividade após a entrada em novas áreas.

Espera-se que essa transação possa suportar o plano da Companhia para aceleração da oferta de serviços de conectividade em fibra para clientes B2C e B2B. Dessa maneira, o plano de negócios da FiberCo tem a expectativa de atingir 8,9 milhões de domicílios cobertos em FTTH em 4 anos. A FiberCo participará ainda de outros projetos de infraestrutura, como o FTTSite, junto com a TIM.

Esta transação sempre foi encarada pela Companhia sob a ótica industrial, buscando a evolução e crescimento do seu negócio de banda larga. Entretanto, os impactos positivos de ordem financeira e econômica não podem ser deixados de lado. A expectativa é que o negócio possibilitará a Companhia "desconsolidar" uma parte relevante do seu CAPEX, provocando um efeito positivo em seu fluxo de caixa. Em paralelo, a TIM espera utilizar os proventos dessa transação para auxiliar no cumprimento de suas obrigações de investimento como, por exemplo, na aquisição dos ativos da Oi Móvel.

Esta operação está sujeita à satisfação de certas condições precedentes, incluindo, entre outras, a contribuição de ativos descrita acima e a obtenção de autorizações das autoridades competentes, como a da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL e do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal da TIM S.A. ("Companhia"), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Artigo 163 da Lei das Sociedades por Ações, procederam à revisão e análise das informações trimestrais, acompanhadas do relatório de revisão limitada da Ernst & Young Auditores Independentes S/S ("EY"), relativas ao período findo em 31 de março de 2021 e, considerando as informações prestadas pela Administração da Companhia e pelos Auditores Independentes, julgam as informações apropriadas para apresentação ao Conselho de Administração da Companhia, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Rio de Janeiro (RJ), 05 de maio de 2021.

WALMIR KESSELI

JARBAS T. BARSANTI RIBEIRO

Presidente do Conselho Fiscal

Membro do Conselho Fiscal

JOSINO DE ALMEIDA FONSECA

Membro do Conselho Fiscal

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Pietro Labriola (Diretor Presidente), Adrian Calaza (Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores), Bruno Mutzenbecher Gentil (Business Support Officer), Mario Girasole (Regulatory and Institutional Affairs Officer), Leonardo de Carvalho Capdeville (Chief Technology Information Officer), Jaques Horn (Diretor Jurídico) e Alberto Mario Griselli (Chief Revenue Officer), na qualidade de Diretores Estatutários da TIM S.A., declaram, nos termos do inciso VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, que reviram, discutiram e concordaram com as informações trimestrais da Companhia referentes ao período encerrado em 31 de março de 2021.

Rio de Janeiro, 05 de maio de 2021.

PIETRO LABRIOLA

ADRIAN CALAZA

Diretor Presidente

Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores

MARIO GIRASOLE

LEONARDO DE CARVALHO CAPDEVILLE

Regulatory and Institutional Affairs Officer

Chief Technology Information Officer

BRUNO MUTZENBECHER GENTIL

ALBERTO MARIO GRISELLI

Business Support Officer

Chief Revenue Officer

JAQUES HORN

Diretor Jurídico

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES

Pietro Labriola (Diretor Presidente), Adrian Calaza (Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores), Bruno Mutzenbecher Gentil (Business Support Officer), Mario Girasole (Regulatory and Institutional Affairs Officer), Leonardo de Carvalho Capdeville (Chief Technology Information Officer), Jaques Horn (Diretor Jurídico) e Alberto Mario Griselli (Chief Revenue Officer), na qualidade de Diretores Estatutários da TIM S.A., declaram, nos termos do inciso V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 07 de dezembro de 2009, que reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes da Companhia referente às informações trimestrais da Companhia, relativas ao período encerrado em 31 de março de 2021.

Rio de Janeiro, 05 de maio de 2021.

PIETRO LABRIOLA

ADRIAN CALAZA

Diretor Presidente

Diretor Financeiro e Diretor de Relações com Investidores

MARIO GIRASOLE

LEONARDO DE CARVALHO CAPDEVILLE

Regulatory and Institutional Affairs Officer

Chief Technology Information Officer

BRUNO MUTZENBECHER GENTIL

ALBERTO MARIO GRISELLI

Business Support Officer

Chief Revenue Officer

JAQUES HORN

Diretor Jurídico